

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

MARIO APARECIDO VALLE CRUCES

**Reincidência Criminal Sob o Enfoque dos Processos
Psicossociais**

São Bernardo do Campo
2006

MARIO APARECIDO VALLE CRUCES

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Reincidência Criminal sob o Enfoque dos Processos Psicossociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Pesquisa realizada com o apoio do CAPES

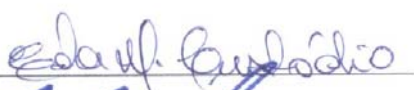
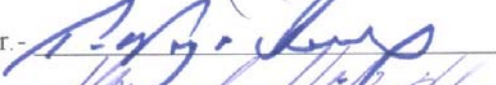

**Orientadora: Profa. Dra. Eda Marconi
Custódio**

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
São Bernardo do Campo
2006

MARIO APARECIDO VALLE CRUCES

Reincidência Criminal sob o Enfoque dos Processos Psicossociais

Banca Examinadora

Presidente.- 
Titular.- 
Titular.- 

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
São Bernardo do Campo
2006

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Eda Marconi Custódio, mais que uma orientadora, uma amiga. Nos congressos nacionais e internacionais de psicologia tive o privilégio de conhece-la e participar de alguns trabalhos com os seus alunos da graduação de psicologia na UMESp. No mestrado acreditou e incentivou-me a concluir esta pesquisa com suas inúmeras contribuições. Sem ela, o trabalho final não seria possível de ser realizado. Minha admiração, gratidão e amizade. Aprendi muito com ela, que é um exemplo de profissionalismo.

À profa. Dra. Marília Martins Vizzotto, mais que uma professora uma co-orientadora, uma amiga. Ensinou-me muito desde a entrevista de seleção do programa de pós graduação em Psicologia da Saúde com ética, firmeza e afeto nos atendimentos aos alunos da graduação e da pós-graduação. Minha admiração e amizade.

Ao prof. Dr. Manuel Morgado Rezende, pelo importante ensinamento e participação na Banca do Exame de Qualificação.

Ao prof. Dr. Paulo Correa Vaz Arruda, pelo importante ensinamento e participação na Banca do Exame de Defesa.

À Betty e à Andrea, secretárias da Pós-Graduação, que sempre nos orientaram quanto aos procedimentos administrativos com muita dedicação e paciência.

Ao Diretor Técnico de Departamento do Presídio Desembargador “Adriano Marrey” de Guarulhos, Cássio Ribeiro de Campos, por autorizar a pesquisa nos prontuários criminológicos.

A Diretora de Centro de Reabilitação do Presídio Desembargador “Adriano Marrey” de Guarulhos Regina Lucia de Araújo, pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho.

Ao Assistente Social, José Amaro Torres, amigo na Diretoria do Núcleo de Reabilitação, com qual compartilho meus dias de trabalhos na unidade prisional e que sempre me apoiou na realização deste trabalho. Com sua ampla formação acadêmica ensinou muito sobre o Direito Criminal e o Serviço Social, além de ser um exemplo de ética profissional e compromisso com o Serviço Público Estadual.

A Andréa Paula Piva, Ex Diretora de Centro de Reabilitação do Presídio Desembargador “Adriano Marrey” de Guarulhos, por me convidar a assumir o cargo de Diretor de Reabilitação em 1999.

A Alacir, minha mulher e companheira, vinte anos de convivência, que sempre acreditou em mim encorajando-me para que desse os primeiros passos da graduação em Psicologia, sem esta ajuda não saberia dizer qual seria a minha história. Sei que muito tenho que apreender como pessoa, psicólogo e pesquisador.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos os funcionários da Universidade Metodista de São Paulo.

Ao CAPES por ter financiado parcialmente este trabalho.

VALLE CRUCES. M. A. Reincidência Criminal sob o Enfoque dos Processos Psicossociais. Dissertação de Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo, Curso de Pós- Graduação em Psicologia da Saúde.

UMESP– 2006. 163 p.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo pesquisar a reincidência criminal por meio de três estudos exploratórios. No primeiro foi utilizado o Perfil do Detento no Estado de São Paulo, ano de 2003, documento elaborado pela Secretaria da Administração Penitenciária, selecionando-se dele a população de 1.280 sujeitos do gênero masculino do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos. Foram encontradas prováveis associações à reincidência criminal nos seguintes fatores: idade, número de delitos cometidos e escolaridade. No segundo utilizou-se um levantamento aleatório, através do número de matrícula dos presos, que atingiu 11% dos 1.654 registrados e classificados em 2004. Os dados dos prontuários criminológicos dessa população carcerária, que foi de 182 sujeitos, foram comparados aos do primeiro estudo. Os resultados corroboraram tendências de associação entre idade, escolaridade, números de delitos e reincidência criminal. No terceiro estudo foram analisados 30 protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (DFH) aplicados em sentenciados do gênero masculino que tinham entre 18 e 35 anos de idade, condenados pelo artigo 157§2º do Código Penal Brasileiro (Assalto a Mão Armada), em regime inicialmente fechado. Esta investigação teve como objetivo conhecer as características de personalidade das pessoas que cometeram crimes. Encontraram-se alguns traços de personalidade que podem estar associados à criminalidade ou a reincidência. Não foram detectadas características psicóticas, mas perturbações e desvios na sexualidade, agressividade, imaturidade, dificuldade de elaboração de frustrações. Estes resultados podem alicerçar o uso das técnicas projetivas nas entrevistas de inclusão. Para tanto se propõe o uso do Desenho da Figura Humana de Machover (1949), com análise proposta por Lourenção Van Kolck (1984). Na discussão dos resultados e nas conclusões foram retomados os fatores que se apresentaram associados à reincidência e alguns temas que se mostraram de interesse para outras pesquisas no campo da psicologia criminal ou penitenciária. Pretendeu-se buscar subsídios que pudessem contribuir para a prevenção da reincidência, com base numa compreensão psicossocial do comportamento criminoso e sempre sob o enfoque da psicologia da saúde. As pessoas envolvidas na execução da pena deverão dar mais ênfase à entrevista de inclusão para cumprir o que determina a Lei de Execução Penal, executando o exame de classificação.

Palavras- chaves: Reincidência Criminal, Psicologia Forense, Teste do Desenho da Figura Humana e Reintegração Social.

VALLE CRUCES. M. A. Criminal Reincidence under the glass of Psycho-Social Processes

Dissertation for Master Degree. Program Health Psychology, Universidade Metodista de São Paulo.
UMESP – 2006. 163 p.

ABSTRACT

The present study has a the objective to investigate Criminal Reincidence by means weans of three exploratory studies. In the first study, Criminal Profile was to be used as an experiment in the state São Paulo, 2003. This document elaborated by the Prison Administration Secretary, was the extract a certain group of from a population of 1.280 inmates from Presidium Desembargador "Adriano Marrey " - Guarulhos as a sample for this first stage of the project. Reasonable association tips to criminal Reincidence were found in the next following fact: age number of crimes committed and scholarity. In the study, several other subjets were picked out at ransom, with the help of inmates registration numbers, about 11% of registered and classified total population in 2004. Data from criminal files on 182 subjects from that population was later compared to the data obtained in the first study and it showed association of some tendency with: age, number of crimes and with criminal Reincidence. Thirty other of the Draw-A-Person Test (DAP) drausing analysed on masculine subjects from 18 to 35 years old, convicted by Art 157§ 2º Brazilian Penal Code (CPB) armed robbery in iniacially-closed regime. This investigation aims to know more about personality tips of who committed such crime. Consequently, some personality traces were found to be closely associated to criminality and or to Reincidence according to the Draw-A-Person Test. On likely, psychotic characteristics, perturbations with emotions, immaturity, misleading sexuality and or sexual behaviour, agressives, and great difficulty in dealing with frustration were net found in any of the case. By using a projective technic test social reinsertion can reinforced making inclusion interviews much stronger. For thais purpose, the use of the Draw-A-Person Tests by Machover (1949) the analysis proposed by Lorenção Van Kolck (1984). In discussing of tea to Reincidence were of certain relevance. It also showed of relative in priest for further investigation in the fields of crime psychology or penitentiary psychology. It was to find subsidies through more knowlegement to contribute in any way to preventing Reincidence on a baseviour always under the look of Health Psychology.

Keywords: Crime Reincidence - Forense Psychology - Draw-A-Person Test - Psychosocial Reinsertion.

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	1
1.1	Prisões Brasileiras.....	2
1.2	O Trabalho do Psicólogo no sistema Penitenciário.....	9
1.3	O Trabalho do Preso no Sistema Penitenciário.....	17
1.4	A Educação no Presídio.....	19
1.5	Reincidência Criminal.....	35
1.6	Avaliação Psicológica no Sistema Penitenciário.....	39
1.7	Objetivo.....	49
2.	Método.....	50
2.1	Etapa da Pesquisa.....	50
2.2	Sujeitos.....	51
2.3	Instrumentos.....	52
2.4	Procedimento para Coleta dos Dados.....	52
3.	Resultado e Discussão.....	54
3.1	Características Sócio Demográficas.....	55
3.2	Características de Personalidade nos Desenhos da Figura Humana.....	70
3.3	Resultados no Teste do Desenho da Figura Humana.....	77
3.4	Características Psicossociais da Reincidência Criminal.....	103
4.	Conclusão.....	106
5.	Referências.....	110
	Anexos.....	113
	Anexo A Perfil do Preso no Estado de São Paulo Presídio Desembargador “Adriano Marrey”.	114
	Anexo B Estudo Exploratório dos prontuários Criminológicos Presidio Desembargador “Adriano Marrey”.	129
	Anexo C Desenho da Figura Humana (DFH)	134
	Anexo D Autorização para Coleta de Dados Presídio Desembargador "Adriano Marrey"	146
	Anexo E Parecer Consubstanciado do CEP- UMESP	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Atualmente você trabalha ou não. Para quem você trabalha.....	18
Tabela 2.	Quantos dias na semana você trabalha.....	19
Tabela 3.	Com quem você gasta a maior parte do dinheiro que você ganha.....	19
Tabela 4.	Antes de ser preso, até que não da escola você tinha estudado.....	23
Tabela 5.	Depois que foi preso, você continuou estudando ou começou estudar.....	23
Tabela 6.	Depois de ser preso, até que não da escola já estudou ou está estudando.....	24
Tabela 7.	Quantia e distribuição de crimes cometidos pela população.....	26
Tabela 8.	Classificação Criminal.....	26
Tabela 9.	Idade cronológica.....	26
Tabela 10.	Quantia e distribuição de crimes cometidos pela população.....	27
Tabela 11.	Classificação do Código Penal Brasileiro (CPB).....	28
Tabela 12.	Você já cumpriu pena, foi posto em liberdade e voltou a ser preso por ter sido enquadrado em algum delito.....	54
Tabela 13.	Classificação processual.....	55
Tabela 14.	Você nasceu no Brasil ou Qual estado.....	55
Tabela 15.	Local de nascimento.....	56
Tabela 16.	Nos finais de semana você costuma receber visitas aqui no presídio. Com que frequência você costuma receber visitas.....	57
Tabela 17.	Nos finais de semana você recebe visitas intimas aqui no presídio. Com que frequência você costuma receber visitas intimas aqui.....	57
Tabela 18.	Quais são as pessoas que costumam visitar você nos finais de semana.....	57
Tabela 19.	Você já teve passagem por alguma unidade da FEBEM, mesmo que tenha sido em outro estado.....	59
Tabela 20.	Estado Civil.....	59
Tabela 21.	Estado Civil.....	60
Tabela 22.	Quantas pessoas moravam com você antes de ser preso.....	61
Tabela 23.	Com quem você morava antes de ser preso.....	61
Tabela 24.	Você tem filhos Quantos.....	62
Tabela 25.	Com quem seus filhos estão.....	62
Tabela 26.	Falando ainda da sua condenação atual por quantas penitenciárias você passou até agora, no Estado de São Paulo, sem contar que você está atualmente.....	63
Tabela 27.	Falando apenas da sua condenação atual quanto tempo você passou em Delegacia de Policia e/ou Cadeia Pública antes de vir para o presídio.....	63
Tabela 28.	Pensando apenas no tempo em que você está cumprindo pena, você teve algum problema de saúde nos últimos 12 meses.....	68
Tabela 29.	Você é soropositivo.....	68
Tabela 30.	Idade.....	71

Tabela 31.	Escolaridade.....	72
Tabela 32.	Local de Nascimento.....	72
Tabela 33.	Filiação.....	73
Tabela 34.	Estado Civil.....	73
Tabela 35.	Profissão por situação processual.....	74
Tabela 36.	Profissão.....	74
Tabela 37.	Raça.....	75
Tabela 38.	Idade.....	76
Tabela 39.	Descritiva das idades por situação processual.....	76
Tabela 40.	Posição da folha em relação à situação processual.....	77
Tabela 41.	Localização na página.....	77
Tabela 42.	Tamanho em relação à folha.....	78
Tabela 43.	Qualidade do grafismo.....	80
Tabela 44.	Traço.....	81
Tabela 45.	Resistências.....	82
Tabela 46.	Tema.....	83
Tabela 47.	Estereótipo.....	83
Tabela 48.	Ação ou movimento.....	85
Tabela 49.	Perspectiva.....	85
Tabela 50.	Postura da figura.....	85
Tabela 51.	Transparências.....	85
Tabela 52.	Simetria.....	86
Tabela 53.	Articulações.....	87
Tabela 54.	Pormenores.....	88
Tabela 55.	Anatomia interna ou transparência do corpo.....	88
Tabela 56.	Complementos.....	89
Tabela 57.	Proporções.....	90
Tabela 58.	Tratamento diferencial dado a qualquer área.....	90
Tabela 59.	Ordem das figuras.....	91
Tabela 60.	Tratamento diferencial da figura.....	91
Tabela 61.	Tipos de imagem do corpo.....	92
Tabela 62.	Cabeça.....	93
Tabela 63.	Cabelo.....	94
Tabela 64.	Rosto.....	95
Tabela 65.	Bigode e barba.....	96
Tabela 66.	Olhos.....	96
Tabela 67.	Sobrancelhas e pestanas.....	98
Tabela 68.	Nariz.....	99
Tabela 69.	Boca.....	100

Tabela 70.	Lábios.....	101
Tabela 71.	Dentes.....	102
Tabela 72.	Língua.....	102

Lista de abreviaturas utilizadas

Agente de Escolta e Vigilância Penitenciário (AEVEP)
Agentes de Segurança Penitenciários (ASP)
Alas de Progressão Penitenciárias (APP)
Centro de Detenção Provisória (CDP)
Centro de Observação Criminológica (COC)
Centro de Progressão Penitenciário (CPP)
Centro de Ressocialização (CR)
Código Penal Brasileiro (CPB)
Comissão Técnica de Classificação (CTC)
Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo (COESP)
Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP)
Institutos Penais Agrícolas (IPA)
Lei de Execução Penal (LEP)
Ministério da Saúde (MS)
Normas Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS)
Programa de Educação Básica (PEB)
Regime Aberto (RA)
Regime de Observação (RO)
Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)
Regime Disciplinar Especial (RDE)
Regime Semi-Aberto (RSA)
Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)
Sistema Único de Saúde (SUS)

Os enigmas do universo só lentamente se revelam à nossa investigação; existem muitas questões a que a ciência não pode dar resposta. Mas o trabalho científico constitui a única estrada que nos pode levar a um conhecimento da realidade externa a nós mesmos. FREUD,S.*O futuro de uma ilusão* (1927[1978] p.108)

1. INTRODUÇÃO:

Este estudo se baseia em minha prática profissional como psicólogo da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), tendo como local de exercício o Presídio Desembargador “Adriano Marrey” em Guarulhos, na Grande São Paulo. Iniciei minhas atividades ali em setembro de 1998 e em novembro de 1999 assumi o cargo de Diretor Técnico de Serviço do Núcleo Interdisciplinar de Reabilitação, função que desenvolvo até a presente data.

Escrever sobre essa prática cotidiana proporciona uma resignificação do que é vivido. É uma tarefa árdua, mas traz consigo, como compensação, a reflexão, a inovação e o questionamento.

Meu primeiro ano de trabalho no Adriano Marrey caracterizou-se pela execução de perícias e de exames criminológicos para a Diretoria Técnica do Centro de Reabilitação e para a Comissão Técnica de Classificação (CTC). Estes exames eram realizados em pessoas sentenciadas e os laudos produzidos utilizados, principalmente pelos juizes, nas decisões sobre a progressão das suas penas privativas de liberdade e quando da concessão de benefícios como o Regime Semi-Aberto (RSA), o Livramento Condicional (LC), o Indulto, a Comutação de Pena e ainda para outras finalidades.

Em 1.º de dezembro de 2003 entrou em vigor a Lei nº 10.792, modificando a anterior Lei de Execução Penal (LEP). E com ela, a substituição do parecer obrigatório da Comissão Técnica de Classificação ou do exame criminológico para redução do rigor penal e concessão de benefícios por um parecer do diretor do estabelecimento prisional sobre a conduta carcerária do sentenciado. Como consequência dessa alteração legal, o papel do psicólogo nas instituições prisionais foi redimensionado. Sua função não era mais realizar exames criminológicos de que dependia, como acima exposto, o tratamento prisional a ser dado ao sentenciado, e sim realizar entrevistas de inclusão que permitissem a elaboração de projetos específicos a cada unidade prisional.

A função técnico-administrativa como Diretor nesse estabelecimento ampliou-me a visão sobre as instituições que atuam na defesa da sociedade, do sistema prisional

e das reações por vezes extremadas que resultam do confinamento de pessoas em choque com sua natural ânsia por liberdade. Pude perceber também que os funcionários que trabalham no sistema penitenciário vivem sob tensão constante e quanto maior seu envolvimento direto com os problemas institucionais e com as pessoas confinadas e seus familiares, maior a exposição a riscos à sua incolumidade física e mesmo à vida, especialmente nos momentos de convulsão que com indesejável frequência sofrem as unidades prisionais.

Uma melhor compreensão, contudo, sobre o papel e desafios do psicólogo nesse contexto passa necessariamente por um conhecimento mais detalhado sobre a organização do sistema penitenciário e dos seus múltiplos desencontros ao longo do tempo.

Não temos a pretensão de abranger a totalidade dos problemas envolvidos com a aplicação das leis de execução das penas e do sistema penitenciário organizado para seu cumprimento, mas das que causaram maior impacto sócio-político e na atuação profissional do psicólogo nos presídios.

1.1 PRISÕES BRASILEIRAS

A prisão, símbolo do direito de punição do Estado, teve, por ocasião de sua implantação no Brasil, utilização variada: serviu como alojamento de escravos e ex-escravos, como asilo para menores e crianças de rua, foi confundido com hospício ou casa para abrigar doentes mentais e, finalmente, serviu como fortaleza para encarcerar os inimigos políticos (PEDROSO, 2002, p15).

É o monumento máximo da construção da exclusão social, cercado por muros altíssimos ou isolado em ilhas e lugares inóspitos. Escondia-se nele uma realidade nada agradável e em boa parte desconhecida da população, como os maus tratos, a tortura, a promiscuidade e os vícios.

O uso da violência sempre fez parte do contexto sócio-político brasileiro, na medida em que a ele recorreram instituições vinculadas direta ou indiretamente ao Estado e à Igreja. Nesse sentido o Estado, institucionalizando as práticas repressivas,

teve um papel de gerenciador da estrutura e das ações punitivas, delegando à Igreja o papel de legisladora.

Observamos que durante o período do Brasil colonial, o poder eclesiástico atuou intimamente com o poder real, estabelecendo os tipos de crime e de castigo, numa estrutura bipolar de produção de Leis.

A Igreja e o Estado construíram interesses similares no exercício do poder, o que propiciou uma confluência nas formas como atuaram perante a sociedade e como manipularam juntos os conceitos e significantes de criminalidade.

As formas de dominação portuguesa durante o período colonial tiveram também uma influência decisiva na construção da legislação brasileira, principalmente quanto ao viés punitivo aplicado aos pecados, delitos estes determinados pelos dogmas da Igreja Católica que também, como instituição, fez parte do universo de exclusão nos locais por ela conquistados.

PEDROSO (2002) destaca que devemos observar atentamente a Inquisição portuguesa, cuja atuação fez-se significativa no Brasil através das Visitações. A primeira visitação ocorreu em 1591, concentrando-se na Bahia e em Pernambuco; a segunda, em 1618, na Bahia e a terceira e última no Grão-Pará e Maranhão, de 1763 a 1768.

Segundo PEDROSO (2002, p16) “um longo silêncio ocultou a história das prisões no Brasil, o que não quer dizer essa seja uma história menor que as outras. O silêncio foi compartilhado por toda sociedade que interiorizou: todos nós temos uma certa carga de cumplicidade.”

Esse processo ocorreu também na formação do Estado brasileiro: uma mistura de razões ideológicas, hipocrisia, interesses legítimos e escusos e o silêncio ou segredo sobre atos que pudessem macular a imagem virtuosa que desejavam para ele perante a sociedade. Cada nação tem os seus segredos e os seus mistérios. O Brasil não foi exceção. Para compreender o momento atual do sistema carcerário no Brasil temos que entender seu passado, não tão longínquo.

Assim, analisando a dinâmica da existência do preso e das prisões, constata-se que está diretamente relacionada à manutenção do poder do Estado. O criminoso coloca em risco as instituições legais com seu comportamento anormal, infringindo as regras estabelecidas para o convívio social. E por essa conduta recebe ele o castigo previsto na Lei penal.

O Código Criminal do Império, de 1830, por exemplo, previa no seu artigo 30.º a pena de morte, com execução do condenado à força se comprovada sua culpa em ato contra a segurança interna do Império, a família real e a tranquilidade pública.

Um temor imaginário, absorvido pelo Código e difundido pela sociedade, estigmatizava os indivíduos rotulados de marginais. Eram eles os vadios, escravos, negros e estrangeiros.

Os vadios que fossem encontrados perambulando pelas ruas, sem nenhuma ocupação, tinham o prazo de 8 dias para se empregarem, ou então seriam enquadrados nas penas estabelecidas pelo Código Criminal de 1830.

Assim como os negros, os estrangeiros eram tidos como grupos perigosos e, se entrassem nas cidades, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, deveriam apresentar-se ao Oficial do Quarteirão e ao Juiz de Paz para informar que tipos de negócio os traziam até ela.

As primeiras Leis autorizando a perseguição, prisão e deportação de trabalhadores imigrantes, datam de 1890. Essas leis estabeleciam penas de 1 a 3 anos de prisão para trabalhadores que incitavam greve.

A primeira menção à prisão no Brasil é feita no Livro V das Ordenações Filipinas do reino, que decreta a Colônia como presídio de degradados. A pena era aplicada aos alcoviteiros, culpados de ferimentos por arma de fogo, duelos, entrada violenta ou tentativa de entrada em casa alheia, resistência a ordens judiciais, falsificação de documentos e contrabando de pedras e metais preciosos.

Conforme PEDROSO (2002 p.35), o debate sobre a implantação de um sistema penitenciário adequado à realidade brasileira se deu conjuntamente com o desenvolvimento do conceito de arquitetura penitenciária, fatores decisivos para a implantação das casas de recolhimento de presos. No Brasil, a polêmica girou em torno dos sistemas básicos de aprisionamento, o regime a ser aplicado.

No Estado da Pensilvânia, USA, ergueu-se em 1786 a penitenciária que deu nome ao sistema celular ou de isolamento absoluto. Essa modalidade de regime determinava que o detento devesse ficar recluso e isolado dia e noite, recebendo o modelo assim fixado o nome de “pensilvânico”.

A prisão de Auburn, em Nova York, inovou em 1816, estabelecendo um regime em que os presos eram mantidos isolados em suas celas durante a noite, mas durante o dia o trabalhavam em comum com os demais. À noite o silêncio absoluto era um procedimento de segurança e de ordem interna.

A prisão de Walnut Street adotou o sistema de classificação dos detidos, segundo a natureza do crime e sem obrigação de trabalho.

A prisão de Pittsburg, inaugurada em 1817, determinava ao preso o isolamento celular dia e noite, proibindo o trabalho e a Penitenciária de Cherry Hill, fundada em 1821, adotou um sistema com isolamento dia e noite, juntamente com trabalho celular.

O regime Irlandês ou progressivo utilizava um sistema intermediário, funcionando na transição entre o cerceamento da liberdade e a liberdade progressiva.

A partir da organização dos regimes do sistema penitenciário inicia-se a realização concreta e objetiva deste sistema vigente até os dias de hoje.

Uma mera utopia é o que estabelece a Constituição brasileira de 1824, determinando que as prisões deviam ser seguras, limpas, arejadas e nelas separados os presos conforme a natureza do crime. A realidade no século XIX no cumprimento da pena por parte do detento ficava bem distante, porém, da quimera constitucional.

As prisões, para muitos dos que as observam do lado de fora permanecem, até hoje, como locais misteriosos, onde estão 'guardadas' a maldade e as perversidades humanas. As representações atribuídas às instituições prisionais incluem em seu universo tudo que o homem respeitável deve se manter afastado se não quiser cruzar seus portões. Sabemos que essa observação nos revela ao senso comum, não fazem esconder importância das verdades sobre as prisões, suas vergonhas origens e as razões de sua permanência em nossa sociedade. (Lopes 1998,p.13)

Estudar as instituições, portanto, é uma tentativa de romper com os preconceitos históricos que estão constituídos de forma indelével no imaginário popular. A leitura do sistema carcerário utilizando-se a análise psicossocial das estratégias de dominação das camadas desprovidas de conhecimento e de educação pode auxiliar na busca da verdade.

O estudo exploratório dos prontuários dos presos revela-nos a origem do crime, do julgamento e a condenação relacionada com a sua periculosidade em face da Lei. Mas não há um estudo científico para balizar este procedimento e incorre-se num risco sem precedentes na execução da pena, que deveria visar a sua recondução ao convívio social.

Devido a este fato, as pessoas envolvidas na execução da pena deverão dar mais ênfase à entrevista de inclusão para cumprir o que determina a LEP executando o exame de classificação.

“Uma instituição total pode ser definida como local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal”.(GOFFMAN, 1974, P.11)

PEDROSO (2002) reafirma que o sistema carcerário, à luz da história social, deve ser abordado sob o aspecto de instituição estruturada com base no poder de punição do Estado e reveladora do aparato de exclusão da sociedade. Foi em torno da idéia de corpo social que as “instituições totais” exerceram seus efeitos, interferindo no imaginário popular e colaborando para a construção da idéia de “classes perigosas” como símbolo de oposição ao bom cidadão.

As instituições prisionais surgiram como modalidade de pena substitutiva aos suplícios, banimento, desonras, multas, ou seja, como uma tentativa, na interpretação dos que acabam por instituí-la, de humanizar a punição que deveria ser aplicada àqueles que se comportavam de um modo considerado desviante.

Foi proposto, em 1930, o “Regimento das Correições”, que pretendia organizar o regime carcerário. Em 1935, surgiu o Código Penitenciário da República, que passou a legislar em direção ao ordenamento de todas as circunstâncias que envolviam a vida do condenado pela Justiça.

Vale a pena ressaltar que, no ano anterior, já havia sido criado o Fundo e o Selo Penitenciário (1934) preocupados com a arrecadação de dinheiro e impostos para investimento nas prisões. Creio que nunca foi criado um Fundo para a Prevenção da Criminalidade, ações de profilaxia, uma psicologia preventiva.

No entanto, Lopes (1998) mostra como o sistema foi sendo reproduzido e como as formas criminais, blasfêmias, usuras, foram gradativamente cedendo lugar ao pequeno furto e assalto tal como conhecemos atualmente: 53.2% dos prisioneiros que cumprem pena estão condenados por assalto a mão armada: O artigo 157 que contempla esse delito, assim o descreve:

“Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzindo à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. E o parágrafo § 2º, declara que a pena aumenta-se de um terço até a metade se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma” (Código Penal Brasileiro, Decreto Lei nº 2.848, 07 de dezembro de 1940)

E tenta-se buscar, com a humanização na execução da pena, um atendimento mais justo ao preso, com reformas lentas e pontuais. Segundo Rocha (1994)

Como síntese teríamos que é perfeitamente possível trabalhar, com base em Foucault, um modelo que complementa o saber penitenciário, suas criminologias, suas psicologias, suas psiquiatrias e mesmo suas sociologias como um saber de guerra cujo objetivo, motivado pelo resultado da confluência dos piores instintos, é dominar seu instinto, é dominar seu inimigo, no caso, os prisioneiros e qualquer veleidade insubmissa de sua população de origem, os pobres. (p.49)

Foucault (1977/1993) relata que, no fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, mistura-se o processo de punição que não teve a mesma cronologia nem as mesmas razões de ser. De um lado supressão do espetáculo punitivo, o cerimonial da pena vai sendo extinto e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração.

Na passagem dos séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros e na qual cada um deles é igualmente representado; mas ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz o processo de dominação característico de um tipo particular de poder.

As instituições penais surgem a partir do século XIX, espalham-se pelo mundo, porém suas origens mais remotas se localizam no século XVI. Segundo Lopes (1998), nesses trezentos anos a história das prisões esteve marcada por fatos que foram definindo um perfil das populações que, preferencialmente, ocupavam os espaços contidos por seus gigantescos muros de pedra.

Segundo Foucault (1977/1993), o protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na segunda metade do século XVIII entre aos filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados das assembleias. É preciso punir de outro modo, eliminar a confrontação física entre soberano e condenado, o conflito frontal entre a vingança do príncipe, a cólera contida do povo, por intermédio do suplicado e do carrasco. O suplício tornou-se rapidamente intolerável. Passa a ser visto como revoltante, na perspectiva do povo, pois ele revela a tirania, o excesso, a sede de vingança e o cruel prazer de punir.

No século XIX, o homem descoberto no criminoso se tornaria o alvo da intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar. É início do domínio de uma ciência e de praticas penitenciária criminológicas.

Os presídios aparecem como uma forma de substituir o que era visível: suplício, banimento, desonra. Atendendo ao desejo dos homens acabaram por instituir e

humanizar a punição, que deveria ser aplicada a quem se comportasse de modo considerado desviante.

Quando observamos uma prisão com sua muralha de aproximadamente 10 metros de altura, vigiadas hoje por Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciário, denominados (AEVP), armados com armas de grosso calibre, quando se avista as celas com suas janelas com grades de ferro, onde às vezes aparece o detento, quase impossível deixar de imaginar que alguma coisa terrível deve estar acontecendo para estar tão guardado. Talvez por isso que Rocha (1994) diz,

"Muitos imaginam que as prisões estão repletas de assassinos perversos e de estupradores mortais, as figuras mais próximas daquele mal que desde tempos imemoráveis sempre marcou com tragédia a existência dos seres humanos: algo próprio de raros Cains, não é destino de muitos Joses. Só coisas assim podem compatibilizar-se com as muralhas, as grades e as armas atentas; estas forças temos a impressão, devem guardar coisas pelo menos tão graves quanto elas próprias."(Rocha 1984,p.60)

Como poderemos observar no presídio investigado, os culpados de homicídios correspondem a 8,3 % da população representando 147 pessoas e os de estupro e atentado violento ao pudor não são mais 0.2 % da população, o que representa 4 pessoas. Não que isto seja insignificante. Mas, convenhamos, é muito menos do que somos levado a imaginar, ou seja, que a maioria dos presos não está lá por prática horrível sistemática.

1.2 O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

No Brasil, o psicólogo vem trabalhando no sistema penitenciário desde a década de setenta, sempre ligado à questão da avaliação criminológica, com os exames de periculosidade.

O ingresso do psicólogo no Sistema Penitenciário ocorreu no Instituto de Biotipologia Criminal de acordo com Sá (1986). Este Instituto foi extinto em 1979 e a equipe de Perícias Criminológicas foi transferida para a Casa de Detenção de São Paulo. Mas as atividades continuaram basicamente as mesmas: fazer exames e laudos de perícias criminológicas realizadas em sentenciados com a finalidade de compor e instruir pedidos, na sua grande maioria, benefícios.

Em 11 de julho de 1984, foi instituída a Lei n.º 7.210 de Execução Penal (LEP) em vigor a partir de 13 de junho de 1984, publicada no Diário Oficial da União. Esta Lei ratificou a importância do campo de trabalho da psicologia no sistema penitenciário, permitindo a devida instrumentação jurídica com a avaliação psicológica das condições pessoais dos sentenciados.

A seguir apresentaremos alguns tipos de regime de cumprimento de pena e benefícios para melhor compreensão do leitor. Tais regimes e benefícios estão previstos no Código Penal Brasileiro (CPB) e na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84 e a 10.792/03).

- Centro de Detenção Provisória (CDP): estas instituições foram criadas recentemente, pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), para abrigar as pessoas que estão aguardando o julgamento de seus delitos pelos juizes. Salientamos ainda que quando a pessoa, mesmo em gozo de algum benefício comete outro delito e é presa, pode ser levada da Delegacia de Polícia para um CDP após os procedimentos de praxe. Hoje este procedimento é denominado de Inclusão Automática, uma tentativa de “humanização” na prisão pois desta forma as pessoas não ficam mais presas nas Delegacias de Polícias. Teoricamente todo CDP deve ter um a equipe técnica mínima de saúde composta por: Psicólogo, Assistente Social, Médico, Auxiliar de enfermagem e Enfermeiro.

De acordo com o CPB, as pessoas são condenadas a Penas Privativas de Liberdade impostas pelo juiz restringindo a liberdade de ir e vir.

- Regime Fechado: é cumprido em Penitenciárias ou Centros de Ressocialização (CR). Geralmente os juizes fecham seus pareceres nas condenações com regime de pena inicialmente fechado.

- Regime Semi-Aberto (RSA): é cumprido em Centros de Progressão Penitenciárias (CPP), Alas de Progressão Penitenciárias (APP), Institutos Penais Agrícolas (IPA) ou Centro de Ressocialização (CR). Neste regime, o preso tem direito

de deixar a unidade durante o dia para trabalhar e retornar em horário determinado. O direito ao RSA pode ser solicitado quando um sexto da pena for cumprido.

No RSA, ou como já foi intitulado, IPA, a pena deve ser cumprida em colônia agrícola industrial ou similar podendo o sentenciado ser alojado em celas coletivas. Além do fato de indicar que deva ser realizado um exame criminológico, ter o parecer da CTC, na LEP não há nenhum detalhamento sobre as condições que devem ser apreciadas para a progressão. Neste tipo de regime, o trabalho externo também é admissível, bem como cursar escolas profissionalizantes, segundo grau ou superior. Observamos que estes procedimentos eram feitos até a reforma da LEP em 1.º de dezembro de 2003; a partir desta data basta o sentenciado ter bom comportamento carcerário e o lapso temporal para pleitear o benefício devido.

- Regime Aberto (RA): pode ser cumprido na modalidade de Prisão Albergue Domiciliar (PAD) ou Casa do Albergado, onde houver esta instituição. Na Capital de São Paulo não existem albergues para cumprimento de pena. Quando o juiz concede o RA, é permitido ao sentenciado cumpri-lo na modalidade Regime Aberto domiciliar, ou seja em casa.

Somente terá acesso ao RA, segundo o artigo 114º da LEP o sentenciado que estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente, cumprindo as condições especiais que implicam em permanecer em local determinado no repouso e nas folgas, cumprir os horários fixados, não se ausentar da cidade sem autorização e responder por suas atividades quando solicitado pelas autoridades.

- Regime Disciplinar Diferenciado (RDD): é destinado a presos provisórios e condenados que cometeram faltas graves ou oferecem alto risco se permanecerem em unidades comuns. A internação na unidade de RDD, feita mediante ordem judicial, será no máximo de 360 dias, em cela individual e com restrições de visitas e banho de sol. O Presídio de Presidente Bernardes é um exemplo de espaço para RDD.

- Regime Disciplinar Especial (RDE): este tipo de regime também é destinado a presos provisórios e condenados que cometem faltas graves, como tentativa de fuga e participação em rebelião. A internação nas unidades de RDE será no máximo de 360

dias, porém em celas coletivas. Também este tipo de tratamento de pena é utilizado como procedimento de desinternação do RDD. Observamos que este tipo de tratamento penal teve sua aplicação oficializada através da reforma da LEP em 1º de dezembro de 2003.

- Penas alternativas: são as penas restritivas de direito e substituem as penas privativas de liberdade desde que menores de quatro anos, em crime em que não houver violência ou grave ameaça à vítima. Isso quando o réu for primário e as circunstâncias do crime indicarem ser conveniente sua aplicação. Tipos de penas alternativas: prestação de serviço à comunidade; prestação pecuniária (espécie de indenização); interdição temporária de direito, por exemplo, a proibição de frequentar bares ou dirigir; limitação de fim de semana.

- Medida de Segurança: é imposta pelo juiz sempre que o réu não tiver condições de perceber a ilegalidade do ato que cometeu. Consiste em internação em hospital de custódia e tratamento ou tratamento ambulatorial, dependendo da gravidade do distúrbio apresentado. A medida de segurança só termina após um exame chamado “cessação de periculosidade” em que os médicos psiquiatras devem atestar se o paciente está apto para voltar ao convívio social.

- Livramento Condicional (LC): é a última etapa do sistema penitenciário progressivo. Com o LC antecipa-se a liberdade ao condenado. A concessão desse benefício supõe o reajustamento social do criminoso, tendo em vista que seu comportamento carcerário e suas outras condições revelam que os fins reeducativos da pena foram atingidos teoricamente.

Os sentenciados devem ter bons antecedentes de comportamento carcerário, não ser criminoso habitual e, no caso de reincidentes, que já tenham cumprido a metade da pena.

- Suspensão condicional da pena, *Sursis*: o condenado a pena privativa de liberdade por tempo igual ou inferior a dois anos tem o direito de tê-la suspensa por um período de até quatro anos, a ser determinado pelo juiz, desde que seja primário. Neste período, terá de cumprir algumas condições que lhe serão impostas.

- Indulto: significa o perdão da pena. Todo final de ano o Presidente da República assina o decreto que prevê as situações em que o indulto poderá ser concedido. No mesmo decreto são previstas as situações em que é possível a comutação de pena, que é a redução de pena em proporções e mediante o preenchimento de condições previstas no próprio decreto.

- Remição de pena pelo trabalho: os sentenciados têm direito de trabalhar, dentro ou fora do estabelecimento prisional, dependendo do regime. A cada três dias trabalhados, um dia é reduzido da pena. Como não há trabalho para todos no sistema prisional, alguns juízes admitem remição pelo estudo, ou seja, o sentenciado que estudar no presídio pode ter sua pena diminuída.

- *Habeas Corpus*: é um instrumento que garante o direito de ir e vir em determinadas situações como, por exemplo, o tempo para aguardar o julgamento quando excede o tempo do processo para o julgamento.

Até 1984 todo examinado era avaliado no Centro de Observação Criminológica (COC), que recebeu as atividades, técnicas e a experiência da Equipe de Perícias Criminológica, foi extinta em 1984 atendendo o artigo da LEP n.º 7.210, (1984 p.30)

Artigo. 6.º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação e elaborará programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativa de liberdade e restritiva de direito, devendo propor, à autoridade competente, as progressões dos regimes, bem como as conversões, das penas. Artigo. 112 A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo Juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior e seu mérito indicar a progressão. Parágrafo único: A decisão será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário.

Era feitos o Estudo Social, o Exame Psicológico e o Exame Psiquiátrico e se elaborava um estudo Jurídico sobre o caso e de acordo com Sá (1986). Finalmente, era confeccionado o parecer tentando, desta forma, compreender o ato delituoso e o da reincidência criminal. Tinha-se ao final um enfoque estritamente psiquiátrico, pois era o psiquiatra o profissional encarregado do parecer final. Os outros profissionais eram apenas atores coadjuvantes. O COC, não tem mais, esta função pois cada unidade

prisional deverá ter uma comissão técnica (CTC), composta de Psicólogo, Psiquiatra e o Assistente Social para atender o que determina a LEP, conforme exposto anteriormente.

Com a CTC passa-se a fazer reuniões para discutir os exames realizados e o parecer final contava com todos os exames e estudos e era por todos assinados.

Em 1.º de dezembro de 2003 é editado a Lei n.º 10.792/03 que trouxe profundas mudanças na LEP. Dentre essas alterações se destaca a do art. 112, que exigia cumprimento de lapso temporal da pena, o exame criminológico e o parecer da CTC. Hoje, como já informamos, essas avaliações foram eliminadas, bastando o cumprimento de determinado lapso temporal, variável conforme o tipo do crime e o bom comportamento carcerário.

A Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo (COESP) foi criada em 1978 e era subordinada à Secretaria da Justiça. Esse órgão tem o objetivo de implantar e coordenar as políticas penitenciárias. Atualmente o sistema penitenciário paulista segue os comandos da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), criada em 1993. A partir desta data a COESP está subordinada à SAP e não existe mais a figura de um só coordenador. Foram criadas varias Coordenadorias no Estado de São Paulo descentralizando o poder.

A Resolução SAP n.º 115, de 04 de dezembro de 2003 define os critérios para avaliação de comportamento carcerário e dá outra providência no Parágrafo único:

“O parecer, o laudo e o exame criminológico são instrumentos de classificação do condenado, individualização e acompanhamento da execução de sua pena, não podendo servir para avaliar seu mérito ou comportamento artigo; 6.º da LEP”

O fim do exame criminológico definido pela reforma da LEP e o papel dos psicólogos no sistema prisional têm sido uma preocupação do CFP (Conselho Federal de Psicologia) e do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional). Prova disto é a reunião realizada em Brasília em 10/11/2005 onde, entre outros assuntos, foi debatida a atuação do Psicólogo no sistema prisional (CFP, 2005, p10).

Apesar de toda a mudança na LEP, o desafio de entender a reincidência criminal continua sem resposta. Quais as condições psicossociais que tornam mais provável a reincidência criminal? É um assunto que já vem sendo historicamente discutido e tratado através dos diversos critérios de avaliação criminal. Investigar fatores que possam estar associados à reincidência é um desafio a ser resolvido.

A atenção à conduta delituosa e da conduta do reincidente criminal é uma questão de saúde mental e os programas preventivos não deixam de ser uma questão de saúde pública. Autores como Sá (1986) têm se dedicado a este estudo tentando entender o ato criminal.

O ato delituoso, incluído a reincidência, não é entendido como expressão de doença, mas de um 'defeito de adaptação, de uma adaptação não eficaz, adaptação essa que se desenvolve em decorrência de um interjogo de múltiplos fatores. Assim como a doença física tem sua história natural também se poderia dizer que a conduta criminal, incluída a reincidência, tem a sua história natural. Sá (1986).

As instituições penais têm alcançado, nos últimos anos, os holofotes da imprensa. O destaque dado pelos noticiários (rebeliões, fugas, motins e tentativas de resgates) não é animador. Não se fala, por exemplo, em projetos de reabilitação para os sujeitos encarcerados, mas sabe-se de uma grande quantidade de pessoas que, ao receberem benefícios da justiça ou ao terminarem de cumprir integralmente suas penas, voltam a reincidir no crime.

O comportamento de insubmissão dos presos, no entanto, consegue trazer a público as condições inumanas a que os mesmos são submetidos, tais como a superlotação e as péssimas condições de higiene e saúde. Buscando ser ouvidos em suas reivindicações, utilizam as mais variadas formas de manifestar sua revolta. Apenas nesses pequenos momentos, esta população excluída da sociedade pode relatar à opinião pública suas angústias e um pouco da realidade cotidiana desses locais onde está inserida.

Uma matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* de 20 de maio de 1997, conforme Lopes (1998), registrava o acontecimento de 56 motins em distritos policiais, cadeias públicas e penitenciárias de São Paulo, apontando como principal causa desencadeadora a superpopulação. De acordo com a mesma matéria havia no Brasil, em

1995, um total de 144.484 presos para um total de 68.597 vagas e, portanto, um excedente de 75.887 presos. Já em 1997, segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária, o déficit em São Paulo era de 25 mil vagas. A situação mostrava-se ainda mais complexa, pois mesmo que fossem construídas unidades suficientes para acomodar os presos, haveria 150 mil mandatos de prisão a serem cumpridos.

Segundo Lopes (1998), a crise no sistema de encarceramento não é atual. Embora o ex-secretário da administração penitenciária, tenha afirmado que a construção de novas unidades prisionais não é a única solução para o problema, é interessante notar que o número de prisões quadruplicou nos últimos 20 anos.

Até 1985 o sistema penitenciário de São Paulo contava com 16 unidades, como consta no estudo feito por Sá em 1986 e no final de 1998, quando iniciamos nossas atividades profissionais no Sistema Penitenciário, haviam 59 unidades. Os dados atualizados informam que o número atual é de 144 unidades prisionais no Estado de São Paulo. Podemos observar que em 7 anos foram construídas 85 instituições penais o que permite supor que políticas públicas em vigor continuam reconhecendo o encarceramento como meio eficaz de enfrentar o fenômeno da criminalidade.

É incontestável que as prisões nunca atenderam ao propósito de conter e reabilitar as pessoas nelas detidas. São depósitos de excluídos da sociedade e as condições em que funcionam transformam-nas em verdadeiras escolas de criminalidade e violência, estando, portanto muito distantes do objetivo dos cientistas e dos estudiosos da criminologia.

O trabalho do psicólogo no Brasil dentro do sistema penitenciário é relativamente recente como já foi afirmado no presente estudo. Desde 1984, a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (LEP), em seu artigo 5.º adequou o espaço para o psicólogo na Comissão Técnica de Classificação ao propor que os condenados deverão ser classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal do condenado e do internado. Apesar das alterações ocorridas nesta Lei em 1º de dezembro de 2003, tanto o papel da C T C, responsável pela elaboração do programa individualizador da pena privativa de

liberdade adequada ao condenado ou preso provisório, quanto o psicólogo, responsável pela elaboração do exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução, permaneceram praticamente inalterados.

Essas atividades realizadas pelos psicólogos e sua participação em equipe técnica ao longo destes anos já deveriam ter permitido o acúmulo de informações sobre as pessoas atendidas nos presídios, entretanto pesquisas e relatos de estudos são raros. Ao realizar revisão de literatura brasileira pertinente ao tema, apenas estudos como os de Sá (1986), Rocha (1994), Maranhão (1995), Adorno (1996) Lopes (1998) e Esteves, Alves e Castro (2005) foram encontrados. Diante disso nos propomos a levantar mais alguns elementos que permitam avançar no estudo de características psicossociais de pessoas apenas.

O próprio Ministério da Justiça têm interesse em conhecer um pouco mais a população encarcerada no Brasil. Em 2002 / 2003 encomendou uma pesquisa sobre as características sócio demográficas dos detentos do Brasil, pesquisa que é conhecida como Perfil do Detento no Estado de São Paulo de 2003. Desta pesquisa apresentaremos alguns dados relativos aos 1.280 presos entrevistados no Presídio Desembargador “Adriano Marrey” de Guarulhos onde realizamos nosso estudo.

A partir de pesquisas como essa se busca conhecer o criminoso, o reincidente criminal para se saber quais políticas de reabilitação podem ser propostas para evitar retorno ao mundo do crime. Supõe-se que o trabalho e o estudo realizados pelo detento no presídio sejam estratégias adequadas à reintegração social.

1.3 O TRABALHO DO PRESO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Podemos verificar na tabela 1 que 512 presos não trabalham, não porque não querem mas na realidade não tem trabalho para os mesmos e se houvesse trabalho, nos estabelecimentos penitenciários não há local adequado para a instalação de oficinas de laborterapia e para confecção de artesanatos "manuais". Apenas 24 presos declararam ter esta atividade que é realizada dentro da própria cela, arquitetonicamente preparada para abrigar seis pessoas, e que tem, em média, de oito a doze pessoas "morando"

juntas. Outro fator relevante é o espaço para armazenamento dos materiais para confecção dos artesanatos e dos já confeccionados.

Quanto aos presos que trabalham em firmas, total de 465 pessoas, estas firmas estão instaladas na parte térrea dos dois pavilhões subdivididos em quatro Raios. Os 256 presos que prestam serviço para o presídio estão distribuídos em serviços de manutenção do prédio, faxina, cozinha geral, copa administrativa, padaria, dispensa de alimentos e outros serviços gerais. Aqueles que trabalham na Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP) exercendo as funções de auxiliares dos advogados da Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ) ou como monitores presos em sala de aula, são remunerados através da FUNAP com salário próximo do mínimo estipulado na LEP. Esta Lei é a que regulamenta o trabalho no sistema penitenciário.

No art.28 observa-se que o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. No art. 29 o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela não podendo ser inferior a 3/4 do salário mínimo.

Um outro fator relevante na laborterapia é que a cada três dias trabalhados representa um dia a menos no cumprimento da pena, direito este garantido na LEP como já foi mencionado anteriormente no tópico remissão de pena.

Tabela 1. Atualmente você trabalha ou não.

Para quem você trabalha.¹

	Quantidade	Porcentagem
Não trabalha	512	40.0
Firma/ Patronato	465	36.3
Casa (Presídio)	256	20.0
Funap	17	1.3
Manual/ Artesanato	24	1.9
Outros	11	0.9
Não Respondeu	1	0.1
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

A Lei de Execução Penal no capítulo III do trabalho, seção I em seu Artigo 33 que regulamenta a jornada normal de trabalho não será inferior a seis, nem superior a

oito horas, com descanso nos domingos e feriados. Mas no Parágrafo único observa que poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal. Podemos verificar na tabela 2 abaixo, os dados relativos ao dias trabalhados 70.5% trabalham 5 dias na semana e 7.8% trabalham 6 dias na semana. e atendendo ao que recomenda a Lei. Mas 13.2% trabalham 7 dias da semana, deve ser verificado se estas pessoas têm atribuição de horário especial de trabalho.

Tabela 2. Quantos dias na semana você trabalha.

	Quantidade	Porcentagem
1 Dia	2	0.3
2 dias	4	0.5
3 dias	9	1.2
4 dias	50	6.5
5 dias	539	70.5
6 dias	60	7.8
7 dias	101	13.2
Total	765	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 3. Com quem você gasta a maior parte do dinheiro que você ganha.

	Quantidade	Porcentagem
Comigo mesmo	518	70.1
Família	311	42.7
Outro	7	0.9
Total	836	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

1.4 A EDUCAÇÃO NO PRESÍDIO

¹ Para facilitar a leitura deste estudo foi modificado o número das tabela no corpo do trabalho entretanto; no anexo A, foi mantida a seqüência encontrada no original do CD Rom Perfil do Detento no Estado de São Paulo da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (Brasil 2003).

Para ter o Atestado de Conduta Carcerária boa, durante a execução da pena não significa apenas a ausência de faltas disciplinares, mas deveriam ser observados a boa convivência do sentenciado com companheiros de prisão, aplicação no trabalho e no estudo.

A educação, conforme Português (2001), desde os primórdios do sistema prisional é vista como atividade que visa a proporcionar a reabilitação dos indivíduos presos. Entretanto, observa-se que o programa de intervenção penitenciário reforça de forma acentuada a disciplina com a finalidade de ajustar os indivíduos às normas, procedimentos e valores do cárcere, afirmando que o fim preciso da organização penitenciária é a manutenção da ordem e o controle da massa carcerária. Quais são as possibilidades para uma educação autêntica?

Dentro das prisões, as contradições do processo de ajustamento materializam-se nas possibilidades concretas das pessoas detidas. O difícil é tentar preservar-se como indivíduo ou como sujeitos quando se subjugam plenamente aos valores da instituição e do sistema social, o que levou Rocha (1994) a:

“Estudar a resistência dos prisioneiros e do controle carcerário, sob a hipótese central de que esta seria muito mais forte e presente que seu raro registro na literatura especializada fazia supor, Nosso objeto de estudo, portanto, estava definido em torno do conjunto de recursos pelos quais as pessoas presas conseguem manter a identidade, os valores de origem e grupais, a perspectiva de vida e de liberdade, a despeito das longas condenações e de todos os fortes e rigorosos meios de controle e sujeição utilizados pela instituição penitenciária” (Rocha, 1994, p3).

A educação formal não permanece, em absoluto, neutra nesse processo pleno de contradições, de subjugação e resistência. Uma das características do educador ou qualquer outro profissional em presídios é saber lidar com os conflitos, saber trabalhar com as contradições. Pois as normas e procedimentos provenientes da segurança, a ordem interna e disciplina das unidades prisionais prescrevem as atividades não só as escolares, mas os atendimentos técnicos. Todos estão em vigilância constante. Como promover a educação do preso se o processo requer o desenvolvimento de

“... potencialidades humanas, tais como: autonomia, a crítica, a criatividade, a reflexão, a sensibilidade, a participação, o diálogo, o estabelecimento de vínculos afetivos, a troca de experiências, a pesquisa, o respeito e a tolerância absolutamente compatíveis com a educação escolar, especialmente a destinada aos jovens e adultos” (Português, 2001, p7).

Nos estabelecimentos penais, a educação para os presos compõe a área de reabilitação e a manutenção das atividades escolares é coordenada através da Diretoria de Educação que esta subordinada hierarquicamente à Diretoria de Reabilitação.

Na década de 70, as escolas no interior dos presídios, regulavam-se através da rede regular de ensino estadual. O calendário escolar, e todo material didático, os processos de avaliação e promoção de series era idêntico aos do ensino das crianças da rede pública. Esta constatação levou o autor a considerar:

“A inadequação dessa proposta é patente. O primeiro aspecto reside na renúncia em inserir os encarcerados na educação destinada aos adultos, corporifica no cenário educacional brasileiro desde a década de 1930. Um segundo aspecto a qualidade desse ensino relaciona-se à extrema rotatividade da população carcerária entre as unidades do sistema penal. Um ensino de oito séries anuais, afóra a possibilidade de repetência dos alunos, praticamente inviabiliza a conclusão dessa fase escolar pelos encarcerados. Em 1979 cessaram as atribuições da Secretaria de Estado da Educação na manutenção das escolas nas prisões. Tal interrupção ocasionou uma lacuna na realização dessas atividades”(Português, 2001, p.9).

A FUNAP preenche esta lacuna firmando convenio com as instituições responsáveis pela educação de jovens e adultos, a Fundação Roberto Marinho. E passa a desempenhar um papel importante na organização das atividades escolares, possibilitando a adequação do ensino aos presos com a figura do educador preso.

"Educador preso, o quadro docente composto por prisioneiros vem ocupando cada vez mais um espaço significativo, em termos qualitativos e quantitativos. Esta ação está em fase de implantação para todas as unidades prisionais do Estado, seguindo o princípio do educador popular, considerando a realidade de cada espaço. O Educador Preso, por ter o domínio da linguagem e da realidade dos presos, consegue provocar o maior interesse e a maior eficácia no processo educacional." (FUNAP, 2005)

Segundo Português (2001), a organização da educação no sistema penitenciário efetivou-se observando a diretriz programática da Fundação Mobral, posteriormente Fundação Educar, no que respeita ao ensino de 1ª a 4ª série. Denominado Programa de Educação Básica (PEB), foi subdividido em três etapas, PEB I, PEB II e PEB III, caracterizando, no sistema penitenciário, o Nível I .Para o ensino de 5ª a 8ª série, o Nível II, conforme diretrizes da Fundação Roberto Marinho, que pressupõem a organização de grupos de alunos por disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, e o exercício da pluridocência. O calendário letivo em todas as escolas do sistema penitenciário paulista é organizado de fevereiro a julho.

Após um recesso de quinze dias, o reinício das aulas ocorre no mês de agosto, estendendo-se até meados de dezembro. Entretanto, os motivos para cancelamento das aulas não são poucos, normalmente por questões de segurança da unidade prisional.

Um dos grandes problemas para o cancelamento das aulas ou atendimentos técnicos, ocorre normalmente por questões de segurança na unidade prisional. As blitz são comuns, bem como os boatos de "acerto de contas" entre os detentos. Quando as ocorrências são concretas na sala de aula, tais como a descoberta de um túnel para fuga ou esconderijo de armas, as atividades escolares são suspensas por um período muito grande se comparado ao mesmo acontecimento em outro local da prisão. Há falta de funcionários, os Agentes de Segurança Penitenciários (ASP). No presídio Desembargador "Adriano Marrey" os professores e os técnicos que necessitem adentrar nos pavilhões são escoltados pelos ASP's, para garantir a segurança do profissional.

A aula é paralisada, uma vez por mês, no dia do pagamento do pecúlio. Como é notório não é permitida a circulação de dinheiro no presídio. Aqueles detentos que trabalham em atividade remunerada apresentam uma lista de compras a ser efetuada pelo setor de Contas Bancárias (Setor de Pecúlio) da penitenciária, que compra e repassa os produtos para os detentos.

No trabalho os alunos são dispensados para as aulas. Em momentos de pico de produção não há essa abertura, ocorrendo então a opção pela oficina que, além do aspecto financeiro envolvido, possibilita a remição de pena pelo trabalho. Abaixo reproduzimos texto do MEC para que o leitor possa melhor compreender a proposta de Educação no Presídio.

"Os ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, se comprometeram nesta terça-feira, 27 de outubro, a levar programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos a todas as prisões do país. Eles formalizaram a decisão num protocolo de intenções e anunciaram a realização de um projeto-piloto a partir de novembro, em presídios de Goiás, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. A ação dos ministérios visa a alfabetizar a população carcerária e oferecer todo o ensino básico na modalidade de educação de jovens e adultos. Para obter a adesão da população carcerária, o MEC e o MJ estão construindo um projeto de lei, que será enviado ao Congresso Nacional este ano e prevê a remissão da pena pela educação, como já ocorre com o trabalho. A proposta em estudo prevê que a cada três dias de aula, seja reduzido um dia na prisão, além de outras vantagens nos três níveis de certificação: ao concluir a 4ª e a 8ª série do ensino fundamental e ao terminar o ensino médio. Será tarefa do Ministério da Justiça, coordenar e articular a mobilização de gestores estaduais do

sistema para a abertura de turmas de alfabetização. Em conjunto, o MEC e o MJ assumem o compromisso de incentivar as áreas estaduais responsáveis pelo sistema prisional e pela educação a elaborar um plano estadual de educação para as pessoas em cumprimento de penas; e definir os estados e as ações complementares que possibilitarão a continuidade dos estudos dos egressos do Brasil Alfabetizado" (www.mec.gov.br, 30/10 2005).

A Secretária da Administração Penitenciária, desde 2001, vem orientando os Diretores de estabelecimentos penais de São Paulo a remeterem à Vara de Execução Criminal, o pedido de remissão de pena através do tempo de estudo. Já é uma prática da Magistratura no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe ao Juiz a concessão do pedido, pois não faz parte da matéria da LEP. Este benefício pode ser um grande fator de reintegração social para os presos pois incentiva o estudo. Podemos observar nas tabelas abaixo o déficit educacional no sistema penitenciário.

Tabela 4. Antes de ser preso, até que ano da escola você tinha estudado.

	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto/ não freqüentou a escola	164	12.8
Fundamental incompleto	766	59.8
Fundamental completo	79	6.2
Médio incompleto	125	9.8
Médio completo	98	7.7
Superior incompleto	24	1.9
Superior completo	24	1.9
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 5. Depois que foi preso, você continuou estudando ou começou estudar.

	Quantidade	Porcentagem
Sim e estou estudando até hoje	236	24.5
Sim, mas atualmente não estou estudando	245	29.3
Não	799	62.4
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 6. Depois de ser preso, até que ano da escola já estudou ou está estudando.

	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto/ não freqüentou a escola	107	8.4
Fundamental incompleto	766	59.8
Fundamental completo	95	7.4
Médio completo	112	8.8
Superior incompleto	31	2.4
Superior completo	30	2.3
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Observamos na tabela 4 a porcentagem de 12.8% que representa um total de 164 pessoas não alfabetizadas. Mas na tabela 6, este número continua sendo significativo, pois se observa a porcentagem 8.4%, que é de 107 pessoas que ainda continuam sem freqüentar a escola. E na tabela 4 os que não completaram o Ensino Fundamental representam 59.8%, que é de 764, pessoas com a mínima formação escolar. Mais significativo é o que demonstra a tabela 5, dados de 799 pessoas, 62.4% da população que não estuda após o encarceramento. Mas se compararmos com a tabela 1 verifica-se que 512 pessoas não trabalham, o que representa 40% da população e um total 773 pessoas trabalham em diversas funções e serviços, representando 60% da população carcerária. Continua-se dando mais ênfase, ao trabalho do que à educação, pois o trabalho tem elementos reforçadores que podemos supor: sair do pavilhão para trabalhar em algumas atividades, ganhar algum dinheiro para fazer compras através do pecúlio e a remissão de pena pelo trabalho. Podemos levantar a hipótese de que, sem uma educação efetiva e sem trabalhos profissionalizantes ainda haverá um número expressivo de reincidência criminal porque não é mostrado a esse sujeito nada de diferente na sua vida.

**Tabela 7. Quantia e distribuição de crimes cometidos
pela população (Delitos já julgados)**

	Quantidade	Porcentagem
Roubo	937	53.2
Furto	107	6.1
Tráfico de drogas	238	13.5
Homicídio	147	8.3
Porte de Arma	104	5.1
Porte de droga	24	1.4
Receptação	64	3.6
Estelionato	19	1.1
Dos Crimes contra a vida	11	1.6
Dos Crimes contra a fé pública	36	2.0
Dos Crimes contra o patrimônio	23	1.3
Dos Crimes contra a saúde	17	1.0
Dos Crimes contra a administração pública	5	0.5
Dos Crimes contra a paz pública	10	0.5
Dos Crimes contra a liberdade	8	0.5
Atentado violento ao pudor	2	0.1
Estupro	2	0.1
Dos crimes contra o respeito	0	0.0
Dos crimes Sexuais	0	0.0
Dos crimes contra a organização do trabalho	0	0.0
Dos crimes contra a honra	0	0.0
Total de Delitos	1.762	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Na verdade a população desta prisão é formada por jovens pobres com menos de 35 anos, que geralmente começaram a trabalhar antes dos 14 anos e cumprem pena por delitos de pequena monta contra a propriedade. Verificamos que o delito denominado na Tabela 5 acima como roubo, classificado tecnicamente C.P.B Artigo 157 §2º Assalto a Mão Armada, representa 53.2% da população carcerária na época da pesquisa feita, em 2002, e publicada em 2003.

Observou-se que no mês de fevereiro de 2004, através do levantamento dos 182, prontuários criminológicos que, 74,73% dos presos foram classificados como reincidentes criminais e 25,27% como primários, isto é, nunca foram presos ou cometeram outros delitos; constatando-se, portanto um número expressivo de reincidente criminal.

Tabela 8. Classificação Criminal.

	Quantidade	Porcentagem
Primários	46	25,27
Reincidentes	136	74,73
Total	182	100

Fonte: Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2004)

Quanto à idade cronológica observou-se que 51,10%, encontram-se entre 18 e 25 anos, o que faz reforçar a tese de que devemos promover mais pesquisas na área da criminologia, levando em conta a saúde mental dessas pessoas que estão detidas, pois estes dados são expressivos. Para muitos de nós estas pessoas estariam ainda descobrindo o mundo. No levantamento de dados feito através dos laudos criminológicos em que se utilizou o teste DFH por situação processual (primários e reincidentes) estes resultados não diferem muito nem quanto à idade dos primários, mínima de 19 anos e máxima de 30 anos e quanto à idade dos reincidentes, mínima de 23 anos e a máxima de 35 anos.

Tabela 9. Idade Cronológica.

Faixa etária	Quantidade	Porcentagem
18 a 25 anos	93	51,10
26 a 30 anos	15	8,24
31 a 35 anos	10	5,49
36 a 40 anos	37	20,33
41 a 45 anos	08	4,40
46 a 50 anos	11	6,04
51 a 55 anos	03	1,65
56 a 60 anos	01	0,55
Acima de 60 anos	04	2,20
Total	182	100

Fonte: Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2004)

A partir destes levantamentos, que gerou muitas preocupação para a sociedade foi delineada a pesquisa em pauta. Verificamos que no 1º levantamento de 2003, os delitos, devido à prática criminosa Assalto a Mão Armada, artigo 157 § 2 do Código Penal Brasileiro, foram cometidos por 937 pessoas, representando 53.2 % desta população e que no 2º levantamento este número também é significativo, 59 pessoas, de uma amostragem de 182 e representando 32.42 %. Temos um termômetro valioso para repensarmos em um método de prevenção da criminalidade e reintegração social.

Tabela 10. Classificação do Código Penal Brasileiro (CPB)

Artigos	Quantidade	Porcentagem
157 § 2º Roubo	59	32,42
12. Tráfico de droga	35	19,23
155. Furto	32	17,58
121. Homicídio	23	12,64
157 §3º. Roubo seguido de morte	12	6,59
10. Porte de Arma	10	5,49
180. Receptação	07	3,85
213 / 214 Atentado Violento ao Pudor/Estupro	02	1,10
Outros	02	1,10
Total	182	100

Fonte: Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2004)

**Tabela 11. Quantia e distribuição de crimes cometidos pela população
(Delitos já julgados)**

	Quantidade	Porcentagem
Roubo	937	53.2
Furto	107	6.1
Tráfico de drogas	238	13.5
Homicídio	147	8.3
Porte de Arma	104	5.1
Porte de droga	24	1.4
Receptação	64	3.6
Estelionato	19	1.1
Dos Crimes contra a vida	11	1.6
Dos Crimes contra a fé pública	36	2.0
Dos Crimes contra o patrimônio	23	1.3
Dos Crimes contra a saúde	17	1.0
Dos Crimes contra a administração pública	5	0.5
Dos Crimes contra a paz pública	10	0.5
Dos Crimes contra a liberdade	8	0.5
Atentado violento ao pudor	2	0.1
Estupro	2	0.1
Dos crimes contra o respeito	0	0.0
Dos crimes sexuais	0	0.0
Dos crimes contra a incolumidade pública	11	0.6
Dos crimes contra a organização do trabalho	0	0.0
Dos crimes contra a honra	0	0.0
Total	1.762	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Ainda assim, a instituição penal costuma ser apresentada por seus defensores como uma instituição de combate ao crime, função que ela supostamente exerceria pela combinação dos efeitos punitivos, intimidativos e correccionais de suas penas de internação.

Afinal, faz 29 anos que Foucault (1977/1993) nos mostrou claramente, em *Vigiar e Punir*, que a constatação de que a prisão não combate o crime é tão velha quanto a própria prisão.

As prisões modernas, segundo Rocha (1994), estão vinculadas desde sua origem a casa de trabalhos forçados que católicos e protestantes administravam em vários países europeus.

Apresentadas por diferentes autores, entre eles Foucault, as instituições citadas costumam ser as Rasphuis, Spinnhus e Tuchthuis consideradas as instituições modelares das prisões atuais.

Surgiu na Holanda século XVI e tinham como características comuns a sujeição ao trabalho e o aprisionamento dos pobres. Historicamente, outros exemplos se seguiam. A Casa dos Rapazes Maus, instituição anexa ao Hospício de São Miguel em Roma, criada em 1703 por iniciativa do papa Clemente I. Tinha a função de aprisionar e reformar jovens criminosos. Mas na realidade operava, com sua tecnologia disciplinar, a favor do enquadramento daqueles jovens aos princípios do trabalho e da religião. Outras instituições lembradas são a Maison de Force de Gand, Gloucester na Inglaterra e as Americanas Walmut Street e Auburn.

Ao examinar as instituições penais observarmos que as prisões estão vinculadas desde sua origem não ao enfrentamento do crime e na resolução de seus problemas, sociais mas ainda à punição dos chamados marginais e com isso obter uma força de trabalho.

Rocha ainda relata como é possível identificar elementos fundamentais para se refletir sobre as prisões modernas. As vantagens do encarceramento de mendigos e vadios. Entretanto, pode-se destacar a quantidade de novos operários para baratear os custos da mão de obra. O que torna possível colocar, em campos opostos, prisioneiros trabalhadores e trabalhadores livres; diferença entre os mercedores de castigos e os mercedores da caridade (Lopes, 1998, p.6).

É incontestável negar que esta prática continua até hoje. Mesmo passando tanto tempo, as prisões são locais de exploração do trabalho, da mão de obra barata, um trabalho sem sentido.

A partir das experiências do cotidiano, que ainda nos fazem refletir sobre o surgimento das primeiras prisões, pode-se notar que a idéia do trabalho penal é tida como elemento fundamental na correção dos criminosos.

Ainda é patente, em muitos níveis da sociedade, a visão que os homens que superlotam as prisões optaram pela vadiagem, pelo ócio ou pela delinquência como forma de sobrevivência. E esse conceito é reforçado diariamente pelos meios da comunicação.

A idéia de que o trabalho é a principal forma de inserção social ajustada povoa a mente de muitos. Assim, acredita-se que os criminosos, em sua maioria, são os que não querem trabalhar e não aqueles que foram excluídos das possibilidades sociais de trabalho.

"É comum nos cruzamentos das grandes avenidas, ouvir, daqueles que vendem de tudo um pouco, que deveríamos ajuda-los porque estão ali trabalhando, que são pobres, mas são honestos, que optaram por trabalhar ao invés de roubar" (Lopes 1998, p.8)

O trabalho de Rocha (1994) mostra como as prisões de Gloucester, Walnut Street e Auburn, fundadas em 1777, 1790 e 1819 foram gradativamente incorporando a idéia das prisões como locais de encarceramento de pobres. Foi proposto desde a sua criação, enfatizando os benefícios que poderia ser utilizado a mão de obra dos presos racionalmente. Essas instituições ficaram conhecidas por sua disciplina rígida, suas punições cruéis e pela imposição de um trabalho, notadamente desumano, aos condenados. Que como Foucault:

"Construir uma penitenciária onde os detentos isolados sejam obrigados aos trabalhos mais servis e mais compatíveis com a ignorância, a negligência e a obstinação dos criminosos; andar numa roda para movimentar uma máquina, fixar um cabreste, polir mármore, bater cânhamo, raspar pau- campeche, retalhar trapos, fazer cordas e sacos". (Foucault 1977/1993 pp.109 -110).

Segundo Rocha (1994) estas prisões marcam a expansão da cela de isolamento, proposto em substituição aos açoites e mutilações, como forma de impedir a resistência dos prisioneiro. Nesse modelo, conhecido nas prisões americanas como modelo pensilvânico Rocha, informa o que é observando no dia a dia do presídio ou seja a tortura que se tornou posteriormente um recurso técnico usado por todas as prisões e que permanece até hoje como modo especial de punição: são as celas de isolamento, as "solitárias", onde os sentenciados podem permanecer até 30 dias, praticamente isolados. A solitária é conhecida na gíria da cadeia como "Pote".

"Alguns dirão que o isolamento aumenta a incidência da loucura carcerária, outros dirão que não há provas conclusivas; alguns mencionarão o inconveniente do aumento de suicídios e outros responderão que as diferenças estatísticas não são significativas. a tecnologia da solidão chegaria a tomar conta da maioria das penitenciárias, para depois ocupar seu lugar como castigo especial, na forma de 'solitárias', 'celas fortes' e também dos 'quartos terapêuticos' dos manicômios onde são simulados os tratamentos". (Rocha,1994,p.83)

Observa-se nos discursos de vários pensadores da sociologia, da criminologia, da psicologia e do direito penal, a idéia de que as sociedades modernas têm produzido, devido a sua estruturação econômica um alto índice de criminalidade.

De acordo com Rocha (1994), a guerra contra as camadas mais pobres iniciou com a expansão européia no século XVI, envolvendo todas as modalidades de sujeição do homem ao trabalho compulsório para outrem.

"Isto ocorreu tanto no plano das experiências de coerção como no plano da acumulação econômica, houve expansão comercial com o movimento da revolução industrial mas tudo ocorreu à sombra da força dos escravos brancos que deixam as costas da Inglaterra para ir às plantações na América do Norte, enquanto cidades como as de Bristol e Liverpool enriqueciam com os lucros da escravidão negra. Já a escravidão branca refere-se a força de trabalho dos deportados para as colônias como força de trabalho" (Rocha, 1994, p.108).

Na transição do modelo de produção feudal para o modelo de produção capitalista não se fez grandes convulsões sociais. O conflito se deu no período de 1789 a 1848. Nesse período, a classe trabalhadora que lutou ao lado da burguesia separa-se dessa. E a partir daí constituem-se como grupos opostos a burguesia e a classe trabalhadora.

A burguesia acreditava que realizava o sonho da revolução, pois com ela havia surgido o trabalhador livre; mas essa liberdade era uma ilusão. A grande oferta de mão de obra leva o trabalhador a vender sua força de trabalho. E, embora mais organizado, esse trabalhador se torna mais uma entre tantas mercadorias e seu trabalho torna-se alienado e fragmentado.(Lopes, 1998).

As mudanças econômicas e políticas não se distanciam do desenvolvimento do pensamento científico, o qual conduzia e traduzia, com os recursos de que dispunha, a

visão da burguesia liberal. A ciência colaborou no final do século XIX com o processo de aprisionamento dos pobres.

Observamos que, o pensamento científico apresenta resultado, no final do século XIX, marcando vários acontecimentos na esfera da ciência. O século XVIII, marca a separação entre manicômios e as prisões, mas não tinha como assegurar a própria sobrevivência e sua subsistência.

Rocha (1994) afirma que na primeira metade do século XIX, esse saber alienista estabelece um poder tipicamente policial-carcerário, e amplia seus tentáculos para além do espaço da loucura, ao realizar, em criminosos, exames que poderiam resultar na imputabilidade dos mesmos. Esse poder, que a princípio entra em choque com os juizes, por ameaçar sua autoridade no que diz respeito à aplicação de sentenças, torna-se posteriormente vantajoso; a justiça passa a ter em seus julgamentos o apoio de uma ciência natural.

Lopes (1998) amplia esta proposta citando Morel, a partir da metade do século XIX. É considerado um dos fundadores da psiquiatria, esse autor expande, com sua teoria da degenerescência, os espaços ocupados pelo saber médico da época.

Com Morel muda-se o eixo da avaliação diagnóstica da loucura, As alienações, que antes eram consideradas fenômenos perceptíveis por meio de seus sintomas visíveis, passam, com Morel, a ter uma causa, uma gênese. Desde então, busca-se a etiologia dos sintomas a ser indicadores da evolução de um mal diagnosticado a partir de sua causa. A teoria da degenerescência marcava assim degenerações como desvio do tipo humano normal, que são transmissíveis pela hereditariedade e se deterioram progressivamente no sentido da extinção.

Para Rocha (1994) a proposta da teoria da degenerescência é de absoluta gravidade. Ela marca como incuráveis e fadadas ao desaparecimento, não sem antes ocorrer o profundo agravamento de seus males, não só às pessoas diretamente suspeitas, como também seus ascendentes e descendentes. Mais grave ainda, a nova medicina sinaliza a degeneração como ameaça terrível que pesa sobre toda a humanidade mas apresenta a si própria como único canal de salvação.

Tudo nos leva a sair da falsa posição em que nos colocam e a não permanecer como contempladores inativos de tanta causas destruidoras da espécie humana. Devemos provar que, qualquer que seja a dificuldade da situação, a medicina, longe de ser impotente, como pretendem alguns de seus detratores, pode ainda, apesar da predominância dos casos incuráveis, tornar-se para a sociedade um precioso meio de salvação.

Somente ela pode, efetivamente, avaliar a natureza das causas que produzem as degenerescências na espécie humana, somente ela pode dar a indicação positiva dos remédios a serem empregados.

Lopes (1998) fala de Morel apenas como médico mas o sentido elementar de humanidade não permite ignorar o outro lado do problema. Quando o abarrotamento das habitações ultrapassa certos limites determina, quase necessariamente, uma eliminação de todas as delicadezas, uma confusão imunda de corpos e de funções fisiológicas, uma crua nudez animal e sexual, que não são humanas, mas bestiais.

Ficar sujeito a essa influencia marca profundamente a experiência do detento e mais profunda e quanto mais elas continuarem atuando. As crianças, nascidas sob essa maldição, recebem o batismo da infâmia. É comum ouvir dos funcionários quando as mulheres dos presos vão até a unidade prisional para fazer os procedimentos de praxe para confeccionar os documentos para efetuar o Registro de Nascimento da criança: “Mais um ladrão no mundo”.

Para "salvar a Humanidade" a nova medicina, naturalmente, precisa ser dotada de extraordinários poderes e recursos. Ela se propõe como especial conselheira de todas as posições de comando social, uma vez que só a intervenção geral e preventiva pode salvar a humanidade da propagação daquele mal incurável. Ela pleiteia poderes junto aos poderosos, naturalmente. Mas qual será, exatamente, a parte da humanidade que ela tem em vista para sua intervenção. Esta resposta já estava respondida por Morel antes mesmo da publicação de seu tratado, quando ele preparava suas linhas gerais observando a população pobre da região onde trabalhava como diretor de um asilo.

Observa-se que a teoria da degenerescência servia como uma luva para interpretar a miséria popular européia. É verdade, também, que ela chega num momento em que já estava aparecendo a noção de "classes perigosas" como algo separado dos trabalhadores pobres em geral. Mas é, ainda, o ponto mais alto do terror que a miséria causa, uma vez que sua simples visão já se tornara intolerável mesmo aos olhos das fortunas que se formavam às suas custas.

A teoria da degenerescência segundo Rocha (1984), consegue responder tanto aquele perigo que os ricos denunciavam, como aquela miséria que lhe dói na culpa. Identificando racionalmente estes contraditórios, ela consegue ainda formar a sentença condenatória dos "perigosos miseráveis". São miseráveis e perigosos porque são degenerados, como eram seus pais e como será cem vezes mais a geração descendente amaldiçoada de seus filhos; todos condenados à extinção. E não por uma justiça da qual se possa apelar, ou por um arbítrio que se possa acusar de perverso, estão todos condenados, pela própria natureza em nome da qual fala a ciência da nova medicina mental, a desaparecerem da humanidade da qual se degeneram.

A doutrina da degenerescência teve rápido e largo sucesso, algo como o desejo de rotulação. A teoria vai ao encontro desses aspectos, com a sua possibilidade diagnósticas, com absoluta gravidade amplamente utilizada pelas políticas de higiene mental que se espalham por todas as partes do mundo onde se fizesse sentir a influência européia e fossem necessárias suas formas de sujeição das populações pobres.

Como expõem Rocha (1994) nas prisões e casas de correção de jovens, asilos de pobres e de idosos e nas fábricas e nas concentrações urbanas da população pobre, a teoria da degenerescência de Morel fez proliferar os manicômios, multiplicou extraordinariamente as internações e tornou-as virtualmente perpétuas.

Com suas bases foi criada a Antropologia Criminal de Cesare Lombroso, 1876, assim como a própria Criminologia, pretensa, ciência natural de criminalidade. A teoria da degenerescência é também considerada como introdutora dos princípios de endogeneidade e de herança biológica na psiquiatria, além de ter fornecido o núcleo da noção de personalidade psicopáticas.

“Foi o valioso núcleo da Doutrina das Degenerações do genial psiquiatra francês Morel que se nos deparou o germe da noção de Personalidade Psicopáticas. Convém não esquecer que o conceito das degenerações representa, em última análise, a introdução em patologia mental do princípio da endogeneidade. É necessário ainda ter presente que o conceito das degenerações abriu caminho às investigações da herança biológica, as quais como se sabe, atingiram em nossos dias enorme desenvolvimento, a ponto de se poder considerar a atual etapa da evolução psiquiátrica como a da investigação do genótipo. Nobre de Mello” (1979, p.201 apud Rocha).

A observação de Nobre de Mello considerando a "atual etapa de evolução psiquiátrica como época da investigação do genótipo" é perfeitamente apropriada para os nossos dias, não só pelo desenvolvimento do conhecimento "Projeto Genoma".

1.5 REINCIDÊNCIA CRIMINAL

"O problema da reincidência ou "recidivismo" criminal não é apenas um agravante da questão da criminalidade primária, mas constitui a espinha dorsal das chamadas carreiras criminais, ao redor das quais o fenômeno da criminalidade adquire uma dimensão estrutural dentro da sociedade. A reincidência criminal representa o fracasso do esforço social pela re-socialização dos infratores e a consolidação da sua exclusão. A compreensão deste fenômeno e da sua antítese os programas e possibilidades de re-socialização são uma necessidade preeminente. Ora, a pesquisa social em criminologia no Brasil reconhecidamente caminha muito lentamente, e a questão da reincidência participa com destaque desta grave lacuna". (Fandiño, 2001, p.6)

Estudar a reincidência criminal e tentar aprofundar a discussão sobre o significado, e consequência da criminalidade e a reincidência criminal, no entanto a essência da questão continua sendo o desafio o da "probabilidade da reincidência criminal".

Os autores e suas teses alongam-se e se aprofundam nas discussões sobre o significado, implicações e controvérsias do termo reincidência criminal. Para fins metodológicos o presente trabalho de mestrado têm como base à investigação sobre a reincidência criminal. A presente pesquisa representa ter uma tentativa de avaliar quantitativamente a questão do recidivismo com um caráter eminentemente exploratório dos prontuários criminológicos, em função da base de dados disponível.

Neste trabalho procuramos fazer um recorte da reincidência criminal, delimitando a categoria de apenados no art. 157§ 2º (Assalto a Mão Armada), fazendo

uma análise comparativa utilizando o teste projetivo gráfico, Desenho da Figura Humana em detentos que são primários e os reincidentes criminais.

O Código Penal, em seu artigo 46, *caput* e parágrafo único apresenta:

"Verifica-se a reincidência quando o agente cometa novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país e no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. Parágrafo único Para efeito reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento da pena e a infração tiver decorrido de tempo superior a cinco anos"

Quais condições, pessoais, tornam mais provável reincidência criminal? sua estrutura de personalidade, os aspectos sociais a estrutura familiar. Esta é uma questão que já vem sendo estudada há muito tempo, mas será que foram compreendidos quais os fatores psicossociais que levam este sujeito a cometer o delito.

A delinquência e a reincidência já foram investigadas por diversos critérios de avaliação, o fisionômico; frenologia; antropologia criminal; biotipologia criminal e tabelas de índice, conforme expõem Maranhão (1998), seja sob o ângulo da classificação dos sujeitos que cometeram crime, "delinquentes", através dos diversos sistemas de classificação, conforme exposto.

Verifica-se que, 63.0 %, o que representa 806 pessoas que já cumpriram suas penas, receberam algum benefício e voltaram para o cárcere. Quanto aos 47.3%, podemos supor que estas 473 pessoas tiveram seus benefícios revogados através das apelações do Ministério Público e foi decretado o mandado de prisão, sem terem cometido outro delito. Devido a algum motivo, devem continuar cumprindo suas penas no sistema penitenciário.

Tabela 11. Você já cumpriu pena, foi posto em liberdade e voltou a ser preso por ter sido enquadrado em algum delito.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	806	63.0
Não	473	37.0
Total	1.279	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003).

Observamos que quando ocorre fuga de presos, ou tentativas de motins e rebeliões e até mesmo homicídio intramuros, os famosos acertos de contas entre os presos, ai é despertado os holofotes dos meios de comunicação, promovendo assim grandes protestos e muitas vezes atingindo proporções de verdadeiros espetáculos aos escândalo público.

Ao estudarmos as sociedades existentes há séculos atrás ou a contemporaneidade constata-se que os homens desconhecem a privação de liberdade como sanção penal. Mas isto não quer dizer, como já vamos, que no entanto, as prisões sejam instituições recentes e que nunca cumpriram o seu papel.

Como foi apresentado em tópico anterior tenho observado, ao longo desses anos que trabalho no sistema penitenciário, que o ato delituoso e a reincidência criminal tem aumentado em proporções alarmantes, podemos verificar que na pesquisa de Sá, fez, em 1986, o Estado de São Paulo contava com 15 unidades prisionais e 10.027 presos, contando com a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, e hoje contamos com 144 unidades prisionais e com aproximadamente 137.938 pessoas presas. Como já foi relatado em tópico anterior.(dados atualizados em 01/11/2005, extraídos da pagina (www.sap.sp.gov.br.).

"A necessidade de constituir os serviços de assistência jurídica- psicossocial como meio de combate eficaz à reincidência criminal. Enquanto não estiver suficientemente difundida, esta idéia e não forem corretamente cumpridas, as normas de higiene mental e convivência social baseada no conhecimento exato do que pode esperar do homem destas gerações, é evidente que continuará existindo um extraordinário número de delinquentes". (Mira y López 2000, p.215)

A tentativa de se obter estudos sobre a reincidência ou da prevenção da reincidência criminal e até do programa da individualização da pena como se propõe

desde a criação da LEP, são preocupações que fazem parte da psicologia. A prevenção à reincidência criminal nos levaria a pensar em uma psicologia preventiva, uma psico-higiene. Como afirma Sá (1986):

"O preso, supostamente, cometeu ato ou atos de agressão social e ele pode reunir condições, ou estar sujeito a condições que o predisponham mais ou menos a retornar ao crime. O trabalho dos profissionais técnico junto ao preso, visando melhor promover sua reintegração social e prevenir a reincidência, situa-se, em termos amplos, no âmbito de uma política de saúde mental da população". (Sá, 1986, p.2)

É necessário estudar e tentar compreender a reincidência criminal em pessoas que conseguiram ser beneficiadas com pareceres favoráveis dos Juizes da Vara de Execução Criminal. São pessoas que, em certo momento, entraram em gozo dos benefícios tais como RA, RSA, LC e Indulto ou ainda cumprem integralmente a sua pena. Podem ser consideradas as pertencentes aos grupos de reincidêntes.

Segundo Sá (1986) interessa na identificação das condições e fatores de risco, levantar hipóteses sobre os significados da relação entre os mesmos e as reincidências, na busca de uma melhor compreensão sobre o fenômeno. Assim, pois em consonância com os pressupostos teóricos já abordados e os que serão abordados, interessa pesquisar a reincidência, enfocando-a como ato delituoso que, a priori, é a expressão não necessariamente de desajuste psicológico, perturbação mental embora não esteja descartada tal hipótese, mas de um comprometimento mais ou menos sério, da adaptação da conduta na sociedade.

Fatores pessoais à ligação da crise atual com problemas semelhantes do passado, o fato de estes terem sido ou não resolvidos podem desencadear a reedição de mecanismos de defesa ou formas de solução. A percepção de situação atual como problemática e geradora de tensão depende da experiência, das predisposições individuais, do passado de cada um, do significado que a situação tem para o sujeito.

Sobre estes aspectos a psicologia deve-se debruçar e estudá-los de forma consistente. A avaliação psicológica promovida pelos profissionais poderia contemplar estas questões.

1.6 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Desde o surgimento, a prisão tornou-se a pena por excelência, regando os castigos corporais, os suplícios físicos, desonras, banimentos, esforços extenuantes, como já foi dito anteriormente (Rocha,1994). Esta instituição tem duplo papel: o de punir e o de reabilitar ou, como se diz agora, a reintegração social.

Baseada nesta dupla função a pena restritiva de direito, exercida no domicílio, e restritiva da liberdade, exercida no presídio, consolidou-se desde os primórdios do século XIX, inicialmente na Europa e, posteriormente, para o restante do mundo.

Considerando a tarefa da reintegração social dos apenados ou dos detidos, os conhecimentos foram se acumulado através do tempo, numa tentativa de conhecer a personalidade desses sujeitos, utilizando-se da aglutinação de varia áreas do conhecimento, entre elas a sociologia, a psiquiatria, o serviço social, a pedagogia, o direito e a arquitetura.

O principio da realidade efetiva-se quando o sujeito transgressor perde o contato com o mundo exterior. Depois que é feita a inclusão do detento, ele é encaminhado para as celas que são denominadas de prova e teoricamente deveria ficar neste setor por aproximadamente 30 dias, em Regime de Observação (RO), para que seja feito todo os procedimento de inclusão e classificação.

Seria desejável, que a equipe técnica efetua-se uma avaliação, utilizando-se de instrumentos, como testes projetivos gráficos, para efetivamente balizar seu parecer na entrevista de inclusão, mas isto não ocorre. Simplesmente é feita a entrevista e lançada no portal eletrônico da SAP.

Neste período, a equipe técnica deveria fazer o procedimento como determina a LEP. Mas este procedimento padrão não é seguido em face de falha na estrutura física e técnica da unidade prisional.

Na matéria publicada no boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), com o seguinte titulo: Progressão do regime fechado para semi-aberto;

Indeferido do pedido pelo juízo da execução com base no exame criminológico, Constrangimento ilegal em virtude da alteração promovida pela LEI nº 10.792/03 constata-se:

"A progressão de regime de cumprimento de pena (fechado para o semi-aberto) passou a ser direito do condenado, bastando que se satisfaçam dois pressupostos: primeiro, de caráter objetivo, que depende do cumprimento de pelo menos 1/6 (um sexto) da pena; o segundo, de caráter subjetivo, relativo ao seu comportamento carcerário, que deve ser atestado pelo diretor do estabelecimento prisional. Embora substituir a exigência de parecer da Comissão Técnica de Classificação e a submissão do presidiário a exame criminológico, como condição à eventual direito de progressão do regime fechado para o semi-aberto, por um simples atestado de boa conduta firmado pelo diretor de estabelecimento prisional, essa foi a intenção do legislador ao editar a Lei nº 10.792/03, que deve ser observado pelo juízo das Execuções Penais, sob pena de violação ao disposto no aludido art. 112 da LEP, em sua nova redação.. Na hipótese, o juízo da Vara de Execuções Penais, da Comarca de Ponta Grossa afirmou na decisão pelo Tribunal estadual que o sentenciado cumpriu mais de um sexto da pena, restando, assim satisfeito o primeiro requisito necessário à progressão pretendida. Quanto ao segundo requisito, o impetrante trouxe o atestado de bom comportamento carcerário do ora paciente, atendendo ao disposto no art. da LEP, com a redação dada pela Lei nº 10.792/03. Ordem concedida para reconhecer o direito do paciente à progressão do regime de pena".IBCCRIM-ano12-nº 147 - fevereiro 2005

Como se observa esta matéria deixa clara a substituição da avaliação técnica psiquiátrica, psicológica e do serviço social, pelo atestado de boa conduta carcerária, ou seja, temerário à concessão de benefício de progressão de pena sem a devida classificação, conforme determina a LEP. Apenas atendendo a exigência do Boletim Informativo e o Atestado de Conduta Carcerária, fica evidente que as políticas de reintegração social vão na contra mão da história da criminologia.

Nenhuma técnica, nenhum procedimento avaliativo está presente nestes documentos e em nenhum momento o sentenciado é visto pelo diretor do presídio. Apenas atende-se aos tramites burocráticos das instituições carcerárias e à política do esvaziamento das instituições penais.

O sentenciado retorna à sociedade com comportamentos iguais ou piores daqueles com que ele entrou no sistema penitenciário, pois não lhe foi oferecido nenhum serviço técnico sistemático ou oportunidade de rever seu comportamento anti-social.

TEIXEIRA e BORDINI (2004) fizeram uma pesquisa sobre os processos de execução penal do Estado de São Paulo em 2002, que apontou o baixo percentual de presos que obtêm benefícios. As autoras observaram que, a partir do levantamento feito na VEC, existia uma utilização ideológica dos juizes e dos operadores do direito, pois quando os laudos apontavam a conclusões desfavoráveis, eram quase integralmente (87,4%) acompanhados pelos juizes na suas decisões. Quando as conclusões dos laudos eram opostas, ou seja, favoráveis à progressão de pena, apenas 45% das decisões acompanhavam o parecer da CTC.

Segundo as autoras, também é possível discutir a má qualidade dos laudos e a utilização ideológica pelos operadores do direito, os Juizes em especial, é um fato. Os laudos psicológicos se tornavam efetivamente aproveitáveis quando não eram recomendados os benefícios de progressão de pena; os juizes atrelavam aos seus despachos trechos dos laudos embasando, assim, o seu indeferimento.

As avaliações criminológicas e parecer da CTC deveriam compor uma avaliação que contemplasse o que propõe a LEP, o programa de acompanhamento, individualização da penas e classificação do apeando.

A entrevista de inclusão deveria ser acompanhada de exame de personalidade e ser uma avaliação longitudinal do preso, levando em conta a sua conduta e a sua efetiva participação nas atividades propostas para uma reintegração social.

Como foi colocado no inicio deste trabalho, o exame criminológico era realizado no sistema penitenciário do Estado de São Paulo, exigido pelo artigo n.º112 da Lei de Execução Penal (LEP) n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, atendendo à Procuradoria de Assistência Judiciária do Estado de São Paulo, representada nos estabelecimentos penitenciários através da Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP) e segundo a determinação do Juiz da Vara de Execução Criminal.

De acordo com o Art. 6º, desta mesma lei, a Comissão Técnica de Classificação (CTC) deve existir em cada estabelecimento, ser presidida pelo Diretor Técnico de Departamento (Diretor Geral) e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se trata de condenado à pena

privativa de liberdade. O Núcleo Interdisciplinar de Reabilitação é encarregado do exame criminológico para obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação com vistas à individualização da execução da pena.

Este trabalho pretende contribuir para o avanço da utilização do teste do Desenho da Figura Humana (DFH) de Machover (1949) em exames para a classificação adequada das penas, estudando as características de personalidade de um grupo social de indivíduos que estejam cumprindo pena privativa de liberdade. O DFH tem sido um dos instrumentos sistematicamente utilizado pelas comissões técnicas.

Um teste projetivo gráfico, o DFH é um deles, necessita demonstrar que avalia ou revela o mundo interno do sujeito, gerando interpretações similares ou diferentes nos grupos sociais a serem pesquisados, pois “a validade de um teste refere ao que o teste mede e até que ponto o faz” (Anastasi, 1977, p.117).

Uma avaliação padronizada auxilia os profissionais porque permite incorrer em um número menor de erros que poderiam inferir no resultado e comprometer o diagnóstico do sujeito, principalmente quando o sujeito depende de uma avaliação para serem tomadas decisões quanto ao seu futuro jurídico.

Anzieu (1978) alerta para a necessidade de padronizar ainda mais a aplicação das técnicas projetivas, as quais perdem seu sentido se cada examinador usar uma técnica pessoal ou não seguir as instruções do autor do instrumento.

O exame criminológico está sujeito a erros nesse sentido, pois o aspecto técnico nem sempre é avaliado e há, em muitos casos, falta de comprometimento e de competência, assim como ausência de sensibilidade do profissional que o utiliza e, portanto questionamos se está assegurado o uso correto do teste do Desenho da Figura Humana nestes meios.

O Desenho da Figura Humana é uma técnica projetiva muito usada no sistema penitenciário pela sua praticidade na aplicação, tendo em vista seu baixo custo operacional e também pelas possibilidades de projeção da personalidade. Goodenough

(1951) em sua revisão histórica, publicada em 1926, afirma que os estudos apontam ser a evolução do desenho paralela ao desenvolvimento intelectual.

Goodenough em 1926 criou um teste de inteligência através do Desenho da Figura Humana. Koppitz (1973) fez uma extensa pesquisa com os DFH investigando aspectos evolutivos dos desenhos e dividindo os itens em esperados, pouco comuns e excepcionais de acordo com a idade e o sexo da criança. Machover (1974) publicou em 1949 um método de avaliação da personalidade baseado na interpretação do DFH, tentando sistematizar a aplicação e análise do desenho.

Gottsfritz (2000) fez um estudo sobre o DFH nos periódicos brasileiros, num período de aproximadamente 18 anos, entre (1974-1992) numa média de 19 publicações. Constatou que o instrumento ainda é um teste dos mais usados em pesquisas que avaliam condutas de personalidade.

Em nosso meio os testes projetivos gráficos ainda necessitam de mais estudos que auxiliem no estabelecimento e no incremento de normas e também no avanço da sua utilização na população a ser diagnosticada. Nossa proposta não é estabelecer normas específicas para população encontrada, mas conhecer algumas características do grupo a partir do DFH.

Questiona-se se há ressocialização ou controle social. A reforma dos sistemas penitenciários que vimos até hoje deu-se sob a influência da ressocialização ou do “tratamento” reeducativo e ressocializador como fim último da pena. A esperança é de se utilizar o exame criminológico no cárcere como meio de instrumentar não só os técnicos, mas todos os funcionários envolvidos na ressocialização, revitalizando o objetivo inicial que foi se perdendo quase que completamente.

Isso ocorreu, em parte, como mostram pesquisas empíricas, pelas dificuldades estruturais e pelos escassos resultados que a instituição carcerária apresenta quanto à reabilitação. A realidade prisional apresenta-se muito distante daquilo que é necessário para fazer cumprir as funções de ressocialização.

O contato diário com o presídio estimula meu interesse em buscar respostas para as questões que surgiram. Porque o trabalho de reabilitação não é possível nas prisões? Será que o instrumento que o psicólogo utiliza não é útil para avaliar este público alvo?

A aplicação do teste projetivo gráfico Desenho da Figura Humana, na avaliação psicológica, tem a função de dar suporte técnico e subsidiar os procedimentos de reabilitação, alicerçar a segurança e disciplina, articulando-o com o exame criminológico para obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação com vistas à individualização da execução das penas. Na área criminal, outros embaraços surgem e a questão da transferência e contratransferência se torna mais complexa em função das concepções e das representações que temos das pessoas presas.

Será importante, com o tempo, desenvolver critérios através de pesquisas que comparem a pessoa encarcerada àquela em gozo de liberdade para criar parâmetros que permitam desvendar o seu limite de uso.

Na área clínica o teste projetivo gráfico desempenha inestimável papel revelando aspectos profundos e inconscientes (Van Kolck,1984). A hipótese que sustenta o uso das técnicas projetivas gráficas é a de que o sujeito desenha o que sente, e não o que vê (Hammer,1991).

Apesar do conceito teórico aparentemente estar claro, observa-se a dificuldade no estabelecimento de uma “medida projetiva”, tornando os desenhos instrumentos de avaliação psicológica particularmente suscetíveis a críticas e questionamentos, dadas as dificuldades de se comprovar os pressupostos teóricos que permeiam a interpretação dos mesmos, isto é, como é desenhar o que sente. (Gottsfritz, 2000).

A interpretação do DFH é um meio de se obter um resultado, um entendimento a partir do desenho, não é uma quantificação de dados observáveis, mas a compreensão de seus significados simbólicos. Considerar as intrincadas reações entre as impressões subjetivas do observador e os elementos obscuros projetados no desenho é fundamental.

Macfarlane e Tuddenham em 1966 (apud Gottsfriz, 2000, p. 2) afirmam que “a necessidade de interpretação segrega os testes projetivos do campo científico, já que a interpretação requer operações subjetivas e não explícitas e um vocabulário tão vago e tão carente de precisão, que exclui toda possibilidade de comprovação ou refutação”.

Esta é uma pontuação bastante contundente, que pode transformar os testes projetivos em material inútil ou descartável. É claro que o rigor científico deve ser respeitado, mas a busca das razões das diferenças nos resultados pode propiciar um melhor entendimento dessas “operações subjetivas” e permitir a verificação e normatização do caminho da interpretação. Segundo Laplanche e Pontalis (1992) a interpretação é a elucidação dos conflitos defensivos e do desejo que está presente “em qualquer produção do inconsciente”.

O pressuposto é que o DFH também é uma produção inconsciente e neste sentido, o sujeito muitas vezes não compreende sua produção e a percebe como estranha, de modo similar ao que acontece nos sonhos. “Assim, a interpretação de desenhos também é uma tentativa de se chegar ao material latente, tornando seu sentido possível de ser compreendido” (Gottsfriz, 2000, p.3). O teste projetivo também é uma via de acesso ao inconsciente. O inconsciente, no entanto, não é mensurável, pois não é possível medir ou quantificar aspectos subjetivos.

Freud (1915/1978) em seu texto sobre o inconsciente, tenta esclarecer as características de seu funcionamento. Relata que o inconsciente é atemporal, portanto regido por um tempo que não é o do relógio. Em outras palavras, um fato ocorrido há muitos anos, pode ser relatado como se tivesse ocorrido ontem, o tempo não passou, não foi registrado para aquele sujeito. Utiliza predominantemente o deslocamento para lidar com as representações incômodas e está sujeito ao princípio de prazer em contraponto ao princípio da realidade.

O inconsciente é de natureza plástica e maleável, tornando sua investigação vulnerável a tais características. A projeção, outro pressuposto da teoria psicanalítica, é considerada um fenômeno básico da natureza humana e é dificilmente tangível, pois cada indivíduo faz usos pessoais e originais de simbolismos que tornam as produções gráficas cheias de enigmas, tal é o funcionamento do psiquismo.

O teste do Desenho da Figura Humana há muito tempo vem sendo pesquisado por inúmeros autores quer na avaliação psicológica em processos seletivos, no contexto psicoterápico ou em psicodiagnóstico, mas na maioria das vezes em pessoas que estão em pleno gozo de sua liberdade.

Santiago (1995) afirma que se podem adotar diversos modelos para obter uma compreensão ou conclusão diagnóstica sobre um paciente e que entre eles estão os propostos por Ocampo e Arzeno (1981) norteando o trabalho de grande parte dos profissionais da área, pois o fato de:

"Terem sistematizado com propriedade os conceitos concernentes ao psicodiagnóstico sob uma ótica psicanalítica e oferecerem dele uma concepção ampla e enriquecedora, principalmente no que diz respeito à relação transferência contratransferência e à devolução diagnóstica ao paciente no final do processo contribuiu para divulgar seu trabalho em nosso meio". (Santiago, 1995, p.9)

Os testes psicológicos surgiram para suprir a necessidade de um instrumento técnico e científico que possibilitasse a distinção entre o doente mental e o débil mental, aquelas perturbações emocionais que poderiam ou não ser acompanhadas por degeneração intelectual (Anastasi, 1977).

Apesar de os testes psicológicos serem oriundos de uma linha de pesquisa jovem na Psicologia, pode-se dizer que os testes projetivos gráficos são ainda mais recentes na utilização da avaliação de personalidade. Esta é uma área que precisa ser muito pesquisada para estabelecer sua fidegnidade, alcance e seus limites, dando parâmetros para a sua utilização.

Observamos, no entanto, que os progressos alcançados nesta área vêm sendo lentos, pois há muitos embaraços específicos encontrados na mensuração da personalidade. Um deles é que envolve aspectos subjetivos, tanto da parte do sujeito investigado quanto da subjetividade daquele que analisa.

Descrever uma personalidade, compreender os modos possíveis de expressão deste funcionamento interno é um dos objetivos do psicólogo que trabalha com

exames criminológicos e que utiliza os testes projetivos gráficos como ferramenta, em conjunto com a entrevista, para confeccionar seu relatório.

Quem critica os testes projetivos gráficos pode cair na armadilha de negar suas possibilidades e perder o auxílio de um instrumento valioso na confirmação das hipóteses levantadas durante as entrevistas.

As revisões dos testes projetivos gráficos são importantes, pois é através delas que serão reavaliadas a validade e a fidegnidade dos mesmos. Os testes projetivos gráficos necessitam de mais estudos que auxiliem no estabelecimento e no incremento de normas e também no avanço da sua utilização na população a ser pesquisada.

A fidegnidade dos resultados dos testes projetivos gráficos também está sujeita a variáveis e o controle delas depende do grau de experiência e treinamento do avaliador para que sua subjetividade não interfira nos resultados.

Anzieu (1978) define a situação de aplicação do teste com base em semelhanças e diferenças em relação à entrevista psicanalítica. O indivíduo submetido a um teste projetivo encontra-se livre para falar e se expressar como na entrevista, mas o número de sessões não é livre e a atividade é sugerida, mas, como na psicanálise, vale aquilo que espontaneamente vem à consciência.

O material coletado com o DFH poderia voltar a fazer parte dos autos do processo na Vara de Execução Criminal e dar suporte a Juizes e a Promotores do Ministério Público, pessoas leigas na área da Psicologia, para que, com base neste relatório, emitam julgamentos e pareceres de sentença.

Os testes projetivos, além de poderem ser comparados à entrevista, têm outras características. Arzeno (1995, p.86) enumera algumas vantagens na utilização das técnicas projetivas gráficas. Ela afirma que “a linguagem gráfica, assim como a lúdica, é a que está mais próxima do inconsciente e do ego corporal ... é um instrumento acessível às pessoas de baixo nível de escolaridade e/ou com dificuldade de expressão oral” que é a característica mais freqüentemente encontrada na população a ser

pesquisada, já que os detentos têm baixo nível de escolaridade pois poucos concluíram o Nível Fundamental.

Segundo Gottsfritz (2000) outra grande vantagem do teste gráfico é sua perpetuidade, ou seja seu registro permanece no tempo. No conteúdo verbal dificilmente poderá ser reproduzida com exatidão a fala do indivíduo, a modulação de voz, as pausas e alterações que faz. O desenho, no entanto, fica registrado na folha, servindo como um documento ou prova que, quando necessário, será possível consultar. Partindo desse pressuposto, como a avaliação criminológica de uma pessoa presa se repete em vários momentos no decorrer da execução de sua pena para atender pedidos, seria útil usar este instrumento para verificar suas alterações e comparar sua evolução, fixação ou regressão da estrutura de sua personalidade.

Arzeno (1995) enumera também cuidados que se deve ter na aplicação e no uso das técnicas gráficas e alerta para a necessidade de complementar todo teste gráfico com inquérito e associações verbais que possibilitem suas correta interpretação. Sugere comparar o material coletado com outros testes projetivos para fazer o diagnóstico em bases mais confiáveis, e não incorrer em erros de interpretação pelo desconhecimento da produção típica de cada idade e de cada grupo social.

Os testes projetivos gráficos estão a serviço da entrevista e vice-versa e podem ser vistos como elemento catalisador, de aprofundamento e de confirmação da hipótese levantada sobre as pessoas privadas de liberdade. É neste ponto que devemos estabelecer o alcance e o limite das técnicas projetivas.

Este estudo também pretende ratificar a aplicação do DFH em sentenciados para a classificação de regime de pena.

OBJETIVO

O objetivo do presente estudo é investigar fatores psicossociais tais como características sócio demográficas e de personalidade, relacionados à reincidência criminal tendo em vista que as pesquisas no campo da psicologia penitenciária são praticamente inexistentes em nosso país.

Atualmente, na cidade de São Paulo, temos observado um crescimento acentuado da população carcerária. O censo penitenciário de 1995 mostrava que havia um total de 58.778 presos, enquanto que em 2003 o sistema penitenciário detinha 99.026 pessoas presas nas 128 unidades da SAP e 24.906 sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública, totalizando 123.932 pessoas presas no Estado de São Paulo (dados extraídos da Editoração eletrônica da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo em 2003).

A preocupação com esses números fica evidente tanto na mídia em geral quanto nas medidas e nas políticas públicas editadas pelos governantes e nas atividades desenvolvidas por estudiosos da criminologia que parecem ter modificado a Lei de Execução Penal nº 7.209 (Parte Geral do Código Penal) e 7.210 Lei de Execução Penal, ambas de 11 de julho de 1984 e a 10.792/03 em função desta preocupação.

Ambas enfatizam a importância dos Exames Criminológicos, dos Exames de Personalidade e da avaliação do sentenciado com finalidades prognósticas para fins de individualização e de acompanhamento de penas. A avaliação psicológica, no entanto, tem sido realizada apenas para fins de promoção no regime de cumprimento da pena e os programas previstos na LEP nunca foram colocados em prática, faltando elementos científicos para dar-lhes sustentação.

Independentemente do tempo de atuação que o psicólogo tenha, atender o que determina a LEP é um constante desafio. Para contribuir nessa área planejou-se esta pesquisa que tem como objetivo investigar fatores psicossociais associados à reincidência criminal. A pesquisa será conduzida em um presídio da Grande São Paulo, no qual se encontram pessoas condenadas a execução de pena em regime inicialmente fechado.

2. MÉTODO

Segundo Severino (2000, p.145) "... qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte de sua vida, a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito." Em função disso, no presente estudo, o pesquisador recorrerá às experiências vividas, aos conhecimentos adquiridos durante os anos de trabalho no Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos, em São Paulo.

O problema definido, isto é buscar levantar fatores relacionados à reincidência criminal sob o enfoque dos fatores psicossociais, exigiu que algumas decisões fossem tomadas quanto à coleta e interpretação dos dados.

Os dados foram coletados no local onde o pesquisador atua há sete anos como psicólogo e há seis anos como Diretor Técnico do Núcleo Interdisciplinar de Reabilitação. A pesquisa foi dividida em três etapas.

2.1 Etapas da pesquisa

1ª Etapa

Informações que caracterizem e permitam que se conheçam as pessoas presas são escassas, havendo pouca interlocução entre o sistema penitenciário e o "mundo lá de fora". Em função disso, realizou-se o Censo Penitenciário do Estado de São Paulo do ano de 2002, que teve como objetivo traçar o perfil da população do Sistema Penitenciário do Estado, levantando a história, os hábitos, os valores e as necessidades dessas pessoas, com o objetivo de melhor compreendê-las, suscitar e fundamentar políticas públicas.

Na primeira etapa dessa pesquisa foi feita a análise documental dos dados do referido Censo, selecionando-se os da população carcerária do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" que contava, na época, com 1.280 pessoas presas. Os dados selecionados caracterizam essas pessoas e servirão como base de comparação para as etapas de coleta de dados subseqüentes.

2ª Etapa

Utilizou-se um levantamento de dados a partir do número de matrícula dos presos, que atingiu a amostra de 182 prontuários criminológicos, 11% da população carcerária desta unidade prisional. Essa população corresponde a 1.654, presos registrados e classificados em 2004. A partir dos prontuários criminológicos foram analisados dados percentuais relevantes a variáveis da vida criminal e presidiária dos sujeitos tais como idade, tipo de delito, escolaridade, profissão, origem e vínculos familiares, obtidos nesta data. Estes novos dados permitiram observar as tendências mais frequentes relacionadas ao perfil sócio demográfico do grupo.

3ª Etapa

Foram analisados 30 protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana, em sentenciados do sexo masculino entre 18 e 35 anos de idade, condenados no artigo 157§2º (Assalto a Mão Armada), do Código Penal Brasileiro, em regime inicialmente fechado. Esta investigação tem como objetivo buscar as características de personalidade das pessoas que cometeram crimes. Com este trabalho pretende-se prestar uma contribuição para as entrevistas de inclusão e a devida classificação dos sujeitos privados de liberdade. O uso das técnicas projetivas pode alicerçar as entrevistas. Para tanto propõe-se o uso do Desenho da Figura Humana de Machover com análise proposta por Lourenção Van Kolck (1984).

2.2 Sujeitos:

1ª Etapa

Conta com 1.280 pessoas do sexo masculino estudado no Censo Penitenciário de 2002. Perfil do Detento no Estado de São Paulo, correspondendo ao total da população carcerária do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos na época. Estes dados constam de uma editoração eletrônica disponível na Secretaria de Administração Penitenciária (Brasil 2003).

2ª Etapa

Foram pesquisados 182 prontuários criminológicos da população carcerária da unidade prisional Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos correspondente a uma amostra de 11% da população de 1654 detentos em fevereiro de 2004

3ª Etapa

30 sujeitos do sexo masculino com idade variando entre 18 a 35 anos com o perfil típico de réus primários (15 sujeitos) e (15 sujeitos) reincidentes conforme definido nas etapas anteriores.

2.3 Instrumentos:

1ª Etapa

Documentos do Perfil do Detento do Estado de São Paulo do ano 2002/2003.

2ª Etapa

Prontuários criminológicos do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos São Paulo.

3ª Etapa

Desenho da Figura Humana, segundo análise proposta por Lourenção Van Kolck (1984).

2.4 Procedimentos para coleta dos dados

1ª Etapa

Por solicitação da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo foram avaliados dados sobre o comportamento e o perfil da população carcerária. O objetivo pretendido era traçar um amplo perfil do preso condenado no Estado de São Paulo a partir de sua história, hábitos, valores e necessidades. A Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP) fez um levantamento que procurou, por meio de entrevistas, atualizar dados do sistema penitenciário construindo o Censo Penitenciário 2002. A pesquisa durou nove meses e durante esse período foram realizadas entrevistas abrangendo apenas condenados. Tais entrevistas eram abrangentes e analisaram dados de comportamento

reação, opinião, expectativa e o perfil de cada preso, a fim de segmentar e conhecer os diferentes públicos existentes dentro de cada presídio. O processo também incluiu perguntas-chaves que ajudaram a concluir a pesquisa qualitativa, tomando como base a interpretação do preso em relação aos diferentes tópicos abordados, tais como, família, trabalho, educação e recuperação. Os dados qualitativos do referido Perfil, embora muito importantes para o presente estudo, não foram disponibilizados ao pesquisador.

2ª Etapa

Foram avaliados 182 prontuários criminológicos escolhidos aleatoriamente que correspondem a 11% da população carcerária e avaliados os dados sobre o comportamento e o perfil da população que contava, na época da pesquisa, com 1.654 presos registrados e classificados de 2004. Este levantamento nos prontuários criminológicos teve o objetivo de coletar dados relativos às variáveis da vida criminal e presidiária dos sujeitos tais como idade, tipo de delito, escolaridade, profissionalização, reincidência criminal e origem.

3ª Etapa

A escolha do teste do Desenho da Figura Humana para esta pesquisa foi balizada na observação de que os psicólogos que compunham a equipe técnica desde 1998 utilizavam esta técnica para avaliar os presos em seus exames criminológicos. Dos prontuários criminológicos remetidos de outras unidades prisionais do Estado de São Paulo também se observou que o DFH era utilizado com frequência tendo em vista que a maioria dos laudos psicológicos estavam alicerçados tecnicamente com o instrumento pois trata-se de um teste que atende às necessidades a que se propõem e tem um baixo custo operacional. A categorização da interpretação foi feita segundo os critérios adotados por Lourenço Van Kolck (1984).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na apresentação e discussão dos resultados do presente trabalho serão feitos alguns comentários sobre os dados gerais dos estudos: Perfil do Detento no Estado de São Paulo, Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de 2003; Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de 2004 e a análise dos protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana de 30 detentos. Os resultados relativos ao perfil do detento e ao estudo exploratório dos prontuários serão apresentados conjuntamente e em seguida serão apresentados os dados referentes aos protocolos de DFH de 30 detentos. Após, o leitor observará uma síntese interpretativa estabelecendo um perfil sócio demográfico e de personalidade do criminoso primário e/ou reincidente.

Segundo Sá (1986), os estudos sobre a incidência e a reincidência criminal podem permitir o conhecimento de características da população carcerária de uma unidade prisional tais como: sócio-cultural, região, cidade, bairro, tudo pode influenciar em termos de ajuda e apoio, ou em termos de cobrança e de exigência, ou ambas as coisas, para determinar comportamentos socialmente mais ou menos, adequados. Partindo destes levantamentos podemos alicerçar projetos, na unidade prisional, de trabalhos com vistas à reintegração social do preso.

A preocupação com a reincidência criminal se justifica pois os dados de pesquisas tem demonstrado o retorno à prática delito como uma atividade constante (Sá, 1986, 1997; Fandiño, 2005).

A nossa pesquisa tem constado uma taxa alta de reincidência criminal, como pode ser observado nas tabelas abaixo.

Tabela 12. Você já cumpriu pena, foi posto em liberdade e voltou a ser preso por ter sido enquadrado em algum delito.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	806	63.0
Não	473	37.0
Total	1.279	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 13. Classificação processual

Situação	Quantidade	Porcentagem
Primários	46	25,27
Reincidentes	136	74,73
Total	182	100

Fonte: Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2004)

A taxa de reincidente, tal como observada na tabela 12, era de 63.0 % de uma amostra de 1.280 presos o que representa 806 pessoas presas e na segunda etapa (Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de 2004 foi de 74.73%. A taxa de reincidentes aqui encontrada é praticamente a mesma encontrada na pesquisa de Sá (1986) que nos informa estar a taxa de reincidentes na época entre 67 e 70%. Apesar do distanciamento de época, aproximadamente 20 anos, o número de reincidentes continua expressivo.

3.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS

As tabelas 14 e 15 nos reforçaram sobre a origem destes detentos nos dois estudos realizados.

Tabela 14. Você nasceu no Brasil ou Qual estado.

	Quantidade	Porcentagem
São Paulo	755	59.0
Bahia	80	6.3
Paraná	37	2.9
Minas Gerais	54	4.2
Pernambuco	92	7.2
Ceará	25	2.0
Alagoas	14	1.1
Piauí	9	0.7
Rio de Janeiro	16	1.3
Mato Grosso do Sul	4	0.3
Paraíba	19	1.5
Rio Grande do Sul	2	0.2
Sergipe	1	0.1
Rio Grande do Norte	15	1.2
Mato Grosso	1	0.1
Estrangeiros	130	10.2
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 15. Local de Nascimento

	Quantidade	Porcentagem
São Paulo	92	50,55
Pernambuco	15	8,24
Bahia	15	8,24
Minas gerais	10	5,49
Ceará	04	2,20
Paraná	04	2,20
Rio G. do Norte	03	1,65
Paraíba	03	1,65
Piauí	02	1,10
Maranhão	02	1,10
Goiás	02	1,10
Rio de Janeiro	03	1,65
Outros Países	27	14,84
Total	182	100,0

Fonte: Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2004)

Dado obtido nos dois estudos não permitiu subdividir as regiões dos estados pois, o material disponível só registrava as capitais dos estados brasileiros. Também não foi possível expor quais os países de origem, apenas destaca-los como estrangeiros. Observamos na tabela 14 que o percentual de 75.5% da população carcerária é oriundo do Estado de São Paulo e nos dados da tabela 15 também, a grande maioria é do Estado de São Paulo (50.55 %). Segundo Sá (1986) pode ser que os detentos de outros estados tenham uma maior propensão a entrar na vida do crime.

Mas tabela 15 é possível levantar a hipótese que a dificuldade de adaptação possa ser comum tanto para as pessoas que nasceram no Estado de São Paulo oriundos de outros estados brasileiros.

Estes dados podem ser apurados em futuras pesquisas, bem como os bairros de origem para que se possa delinear trabalhos psicossociais mais intensos em certas regiões, fazendo assim uma política de prevenção à criminalidade.

As questões seguintes buscaram avaliar a vida social dos detentos.

Tabela 16. Nos finais de semana você costuma receber visitas aqui no presídio.

Com que frequência você costuma receber visitas.

Recebe visitas	Quantidade	Porcentagem
Não Recebe Visita	164	12.8
Toda a semana	663	51.9
Três vezes por mês	47	3.7
Duas vezes por mês	188	14.7
Uma vez por mês	186	14.5
Menos de uma vez por mês	32	2.5
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 17. Nos finais de semana você recebe visitas intimas aqui no presídio.

Com que frequência você costuma receber visitas intimas aqui.

	Quantidade	Porcentagem
Não Recebe Visita	351	31.5
Toda a semana	485	43.5
Três vezes por mês	39	3.5
Duas vezes por mês	142	12.7
Uma vez por mês	86	7.7
Menos de uma vez por mês	11	1.0
Total	1,114	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 18. Quais são as pessoas que costumam visitar você nos finais de semana.

	Quantidade	Porcentagem
Companheira	764	68.5
Mãe	567	50.8
Irmãos	516	46.2
Filhos	281	25.2
Pai	167	15.0
Amigo	242	21.7
Tios	73	6.5
Avós	18	1.6
Netos	3	0.3
Outros	191	17.1
Total	1.116	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Examinando as tabelas acima nota se, que os detentos que não recebem visita na instituição penal representa apenas 12.8 %. Mas 51.9 % recebem visita nos finais de semana. Vale ressaltar que a figuras femininas tais como companheiras, chegam a 68.5

% e a materna é 50.8 %. A figura paterna atinge apenas 15.0% o que nos permite pensar nos pressupostos teóricos da psicanálise. A influência das relações definidas de autoridade, na família se o pai ocupa uma posição de liderança ou alguém que possa desempenhar este papel e ajudar o detento na hora da crise. A família pode funcionar como um ego auxiliar se esta estiver estruturada. A influência de membros da comunidade durante o desequilíbrio pode ser de grande ajuda durante a crise a pessoa fica mais susceptível de ser influenciado por outro do que em períodos de funcionamento estável. Para as pessoas com necessidades de dependência de autoridade, busca-se saber se há aqueles que tem papéis formais, tais como assistentes sociais, psicólogos e religiosos, e outros membros da comunidade podem dar suporte ao egresso do sistema penitenciário. Podemos sugerir que em cada cidade do estado de São Paulo possa abrigar departamentos de reintegração social.

Hélio Pelegrino faz uma análise sobre as possibilidades dos seres humanos romperem pactos sociais, infringirem a lei estabelecida por conta de dinamismos familiares e em particular com a figura do pai.

"A ruptura como o pacto social, em virtude da sociopatia grave como é o caso brasileiro, pode implicar a ruptura, ao nível do inconsciente, com o pacto edípico. Não nos esqueçamos que o pai é o primeiro e fundamental representante, junto à criança, da Lei da cultura. Se ocorre, por retroação, uma tal ruptura, fica destruído, no mundo interno o significado paterno, o Nome do Pai, e em consequência, o lugar da Lei. Um tal desastre psíquico vai implicar o rompimento da barreira que impedia em nome da lei a emergência dos impulsos delinqüenciais pré edípicos. Assistimos a uma verdadeira volta do recalçado. Tudo aquilo que ficou reprimido ou suprimido em nome do pacto com pai, vem a tona sob forma de conduta delinqüente e anti-social". PELLEGRINO Texto datilografado e extraído do Folhetim (Jornal Folha de São Paulo de 11 de setembro de 1993)

É possível construir um esboço hipotético do comportamento delituoso e da reincidência criminal. Segundo Sá (1986), a história de vida dos um reeducandos poderiam ser teoricamente esquematizada nos seguintes períodos:

Pré-delinqüência: parece cabível conceber este primeiro como um período que se caracteriza pelo acúmulo gradativo dos efeitos de microfatores negativos, os quais iriam provocar, mais cedo ou mais tarde, mais ou menos intensamente a diminuição gradativa na eficácia adaptativa da conduta, tudo dependendo dos efeitos neutralizadores, compensadores dos micros fatores positivos.

Período delinqüencial: a passagem para o período que poderá se dar como resultado de todo um processo evolutivo, de um acúmulo gradativo de microfatores negativos, desde a mais tenra infância, passagem por alguma unidade da FEBEM, mesmo que tenha sido em outro estado.

Tabela 19. Você já teve passagem por alguma unidade da FEBEM, mesmo que tenha sido em outro estado.

	Quantidade	Porcentagem
Sim, como menor infrator	146	11.4
Sim, como menor carente	24	1.9
Não	1.108	86.7
Total	1.278	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Partindo do pressuposto teórico de Klein (1933,1934), que não era uma estudiosa da criminologia mas procurava compreender o surgimento do superego e nas primitivas relações deste com impulsos destrutivos internos estão as raízes da conduta anti-social e criminal.

Verificamos que, 146 pessoas passaram por instituição como jovem infrator, representando, 11,4 %, apesar de que como já relatado anteriormente não temos como comprovar esta informação, pois estes jovens, não são cadastrados no sistema da PRODESP, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os que foram internados, como crianças carentes, representam 1.9 % desta população, 24 pessoas. Mas o que merece uma futura investigação é que 86.7 %, isto é 1.108 presos alegam nunca terem passado por instituições e enveredaram para a criminalidade.

Tabela 20. Estado Civil.

Estado Civil.	Quantidade	Porcentagem
Casado/ Amasiado	793	62.0
Solteiro	433	33.9
Total	1.269	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 21. Estado Civil

	Quantidade	Porcentagem
Casados/ Amasiado	46	25,27
Separados	06	3,30
Solteiros	130	71,43
Total	182	100.0

Fonte: Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2004).

Observamos que a soma das pessoas que residiam com os presos e muito superior o número de sujeitos examinados. Em nossos atendimentos diários no sistema penitenciário, verificamos nos seus relatos dos familiares e mesmo dos presos, que residem geralmente várias pessoas em uma só casa.

Tentando fazer uma análise, da estrutura sócio-familiar, desses sujeitos, através das tabelas acima, poderemos concluir que: 639 detentos moravam com o cônjuge ou amasia, representando 54.6 % dessa população que a idade cronológica da grande maioria é de 18 a 35 anos, nos levando supor a precocidade das uniões consensuais, mas observamos que 433 pessoas, o que representa 33.9 % da população carcerária, relatam ser solteiros, o que ratifica nossa pesquisa feita em 2004, no estudo dos prontuários criminológicos, quanto ao estado civil, onde se constata há 25.27% de casados, 71.43 % de solteiros e 3.30 % de separados.

Os presos detidos afirmam viver com um número aparentemente adequado de pessoas antes de serem encarceradas, 58.3% afirmam que viviam com duas até cinco pessoas. No cárcere isto não se observa.

O presídio estudado foi projetado para abrigar 1.160, presos, sendo dividido em 8 presos em cada celas. Em 2004 iniciou-se a mudança de população, deixando de fato, de ser um presídio, onde abrigaria presos condenados ou aguardando condenação e cumprindo suas sentenças condenatórias. Mas de fato não de direito com a política de inclusão automática das delegacias de Polícia a sua população carcerária mudou, passando a ter uma dinâmica administrativa do Centro de Detenção Provisório.

Em agosto de (2005), este presídio chegou a ter sob sua custódia, 2.100 detidos, ultrapassando assim, os limites, da convivência humana virando depósito de excluídos.

Qual o profissional de saúde que possa dar conta dessa demanda, até o ano de 2003 a equipe técnica era composta por: 8 Psicólogos, 7 Assistentes Sociais e 1 Médico Psiquiatra. Em 2005, estamos em 4 Psicólogos, 4 Assistentes Sociais e 1 Médico Psiquiatra que atende as 4 unidades prisionais de Guarulhos. A população carcerária do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" oscila entre 1.900 a 2.100 detentos.

Tabela 22. Quantas pessoas moravam com você antes de ser preso.

	Quantidade	Porcentagem
Sozinho	110	8.6
2 pessoas	190	14.8
3 pessoas	232	16.1
4 pessoas	194	19.8
5 pessoas	131	15.7
6 pessoas	79	8.1
7 pessoas	55	4.3
8 pessoas	30	2.3
9 ou mais	42	3.3
Total	1.280	100,0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 23. Com quem você morava antes de ser preso.

	Quantidade	Porcentagem
Cônjuge/Amasia	639	54.6
Mãe	438	37.4
Irmão	389	33.2
Filhos	515	44.0
Pai	257	22.0
Avós	37	3.2
Tios	45	3.8
Amigos	31	2.6
Namorada	24	0.8
Outros	167	14.3

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Quando se pergunta aos detentos com quem você morava antes de serem preso (tabela 22) constata-se 92 % tinham contato com figuras femininas - Cônjuges, amasia e/ ou mãe. Apenas 22% relatam contato com a figura paterna.

Tabela 24. Você tem filhos Quantos.

	Quantidade	Porcentagem
Nenhum filho	416	32.5
1 filho	315	24.6
2 filhos	225	17.6
3 filhos	152	11.9
4 filhos	80	6.3
5 filhos	46	4.6
6 ou mais	46	4.6
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 25. Com quem seus filhos estão.

	Quantidade	Porcentagem
Mãe	784	82.78
Avós Maternos	40	4.6
Avós Paternos	57	6.6
São independentes	26	3.0
Tios	8	0.9
Orfanato	1	0.1
Irmão(s) mais Velho(s)	8	0.9
Não sei	2	0.2
Preso	1	0.1
Febem	0	0.0
Outros	20	2.3
Total	947	109.6

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Os atendimentos às famílias dos presos são feitos através da Diretoria Técnica de Reabilitação, que é composta de 1 Psicólogo e 1 Assistente Social, e verificamos a média mensal de 15 a 20 Atestados de Permanência Carcerária e Autorizações para Registro de Nascimento, além dos documentos para fazer parte dos autos dos processos de Reconhecimento de Paternidade.

Podemos verificar que a boa parte dos presos 416 pessoas, 32.5% não tem filhos quantidade de 416 pessoas, isto esta relacionada ao número de presos que são solteiros, não tem um relacionamento estável, podemos levantar a hipótese de que os que têm, mais de 2 filhos já estão cumprindo sua pena há muito tempo no sistema carcerário. Observamos que o fato de ter filho é uma maneira de impedir que companheira deixalo sozinho no presídio e desta forma terá como satisfazer suas necessidades tanto na esfera sexual, como, levar para os mesmos alimentos nos finais de semana durante a

visita, e depositar durante a semana alimento e produtos de higiene pessoal, o que é denominado na gíria da cadeia como "Jumbo". Observa-se que 54.1% tem de 1 a 3 filhos

Tabela 26. Falando ainda da sua condenação atual por quantas penitenciárias você passou até agora, no Estado de São Paulo, sem contar que você está atualmente.

	Quantidade	Porcentagem
Nenhuma	349	27.3
1 penitenciária	696	54.4
2 penitenciárias	109	8.5
3 a 5 penitenciárias	123	9.6
6 ou mais penitenciárias	3	0.2
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 27. Falando apenas da sua condenação atual.quanto tempo você passou em Delegacia de Policia e/ou Cadeia Pública antes de vir para o presídio.

	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	64	5.0
Até 1 mês	222	17.3
Mais de 1 mês até meses	197	15.4
Mais de 3 meses até 6 meses	202	15.8
Mais de 1 ano até 2 anos	230	18.0
Acima de 2 anos	150	13.2
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio desembargador "Adriano Marrey" (2003)

As tabelas 25 e 26 demonstraram o período de cumprimento de pena: corresponde ao número de entradas e de passagens pelos presídios. Quanto maior o número de entradas, mais profundamente o preso tende a carregar a "marca" de preso, mais ele introjetará essa identidade, mesmo porque lhe será incultado pela própria sociedade. 54.4% passaram pelo menos em puma penitenciária.

Outro fator externo negativo será a severidade no trato com o preso quando a disciplina é muito rigorosa, com a ocorrência de persecutoriedade, castigos, confinamentos severos, ameaças constantes. No período da reentrada no convívio social o preso deve acatar as normas da instituição deve preparar-se para o novo convívio social.

"Influencia sócio-cultural a sociedade, cultura, região, cidade, bairro, tudo pode influenciar em termos de ajuda e apoio, ou em termos de cobrança e de exigência, ou ambas as coisas para certos homens que não contam com a admiração de seus contemporâneos, embora a grandeza deles repouse em atributos e realizações completamente estranhos aos objetivos e aos ideais da multidão". FREUD, (1927/1978 p.127)

A reincidência criminal será constituída com a emissão de um novo delito que é a resposta de um comportamento não adequado. É um serio problema de adaptação à liberdade ou pode ser que a reincidência se dará em função da piora na qualidade de adaptação exigida no mundo fora do presídio, ocasionando as crises de identidade, as dificuldades de emprego, as desconfianças da sociedade, as rejeições por parte da família. Retomando as expressões de Freud, as dificuldades referentes e as necessidades do trabalho e à aceitação social:

"Os preceitos do tabu constituíram o primeiro 'direito' ou 'lei'.[...] Eros e Ananke [Amor e Necessidade] se tornaram os pais também da civilização humana. O primeiro resultado da civilização foi que mesmo um número bastante grande de pessoas podia agora viver reunido numa comunidade. E, como esses dois grandes poderes cooperaram para isso, poder-se-ia esperar que o desenvolvimento ulterior da civilização progredisse sem percalços no sentido de um controle ainda melhor sobre o mundo externo e no de uma ampliação do número de pessoas incluídas na comunidade. É difícil compreender como essa civilização pode agir sobre os seus participantes de outro modo senão o de torná-los felizes". FREUD, (1930[1929]/1978 p.159)

Talvez os pilares básicos da cultura dos indivíduos principalmente por serem egressos do sistema penitenciários sejam o trabalho e o amor. Seriam estas condições individuais de cada sujeito. Segundo PELLEGRINO (1993, São Paulo).

"Ao romper com pacto social, na medida em que não tenha uma alternativa político- transformadora e libertadora rompe ao mesmo tempo, e por retroação, com a Lei da Cultura. Comete, no mundo inconsciente, e simples tendo destruído as barreiras antepostas aos seus impulsos primitivos, entrega-se a eles para a delinqüência: roubo, homicídio, estupro, seqüestro e tudo mais".

Segundo Sá (1986) podemos pensar, por exemplo, no fato do individuo provir de outra região do país, sobretudo se sua entrada na vida do crime se deu após sua chegada a São Paulo, sem ter tido chance de se adaptar à vida do trabalho. Outra condição pessoal que certamente terá sua importância é a idade com que o preso retorna à

liberdade. A maior idade supõe-se equivaler, em maior maturidade, maior preparo, melhor senso de realidade, menor imediatismo na busca de soluções do cotidiano.

A questão da reincidência e a precocidade do início na vida do crime é algo conflitante, em nosso meio legal. A idade da primeira ocorrência, quando o sujeito está abaixo dos 18 anos de idade, não é registrado, no sistema de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP). Portanto, podemos supor que aqueles que registram antecedentes criminais já aos 18 anos, têm grande probabilidade de já terem registrado a esta conduta de uma inadaptação social na menoridade.

Sá (1986), procurando refletir sobre essa não associação da idade com a reincidência, considera ser a idade com que o preso volta ao convívio social como algo complexo em suas implicações. Podemos ter, ao menos teoricamente, efeitos em direções opostas. Assim, se a idade de saída é mais avançada, isto pode implicar em maior maturidade emocional. Por outro lado o preso tem uma experiência mais longa na vida do crime.

Como vimos até aqui é importante considerar os fatores psicossociais que se associem à reincidência criminal ou para seu prognóstico. Se pensarmos a reincidência criminal à luz de fatores psicológicos é possível investigar, através de técnicas gráficas muito usadas no sistema prisional, características de personalidade tais como: consistência dos afetos, horizontes psicológicos, labilidade emocional, estruturação das emoções e afetos, instintos agressivos, sentimentos de inferioridade e inadequação, predisposição psicótica, distúrbio na área da sexualidade. A esse respeito Mira y Lopes (2000) afirmava:

"Nosso propósito é dar, ao jurista, os conhecimentos que a psicologia atual pode lhe oferecer para tornar mais eficiente seu trabalho afastando-nos de todos os alardes de erudição e dos delineamentos das diversas escolas psicológicas que são utilizadas por nós, e como resultado de tudo isso tentaremos demonstrar que o exercício honesto do Direito é impossível sem uma prévia base de psicologia, que deverá não só possuir não só os juristas, mas deve-se procurar acercar o Direito a outros campos de atividade psicossocial". (p. 289)

Ratificamos a conclusão de Mira y López (2000) ao demonstrar a necessidade de tratamento individualizado para os delinquentes pois se deve considerar os desvios de

conduta social ou os doentes sociais assinalando semelhanças e diferenças desses com os neuróticos, de acordo com os modernos resultados da criminologia.

Os esforços para se obter estudos dos criminosos não tem sido uma tarefa coroada de êxito (Maranhão,1995) e, até o presente, não temos uma sistemática de trabalho técnico nos presídios para melhor informar sobre a individualização das penas e prevenir a reincidência criminal.

Sá (2005), faz uma consideração sobre a arquitetura carcerária.

"De fato, quando um arquiteto for fazer o projeto de uma residência, por exemplo, é mais do que óbvio que, antes de tudo, ele deverá conhecer a família que ali pretende morar, seus costumes, hábitos e estilo de vida, seus valores, entre outras coisas. Assim, o arquiteto, ao projetar uma prisão, deverá ter uma visão muito clara sobre as seguintes questões, no âmbito da política de gestão prisional a ser implantada: o cárcere será valorizado por si mesmo ou será considerado como um mal necessário, indispensável no momento? O objetivo da gestão prisional será, primeiramente, o da punição, e, secundariamente, na medida do possível, a "recuperação" dos que ali vão se encontrar, ou a "recuperação" será a meta principal a ser perseguida? A gestão prisional vai buscar a "recuperação", através da punição e do cárcere, ou apesar da punição e do cárcere? O cárcere será considerado tanto melhor quanto mais cárcere for, ou quanto menos cárcere for? A segurança deve ser sempre preservada o máximo possível, deve sempre ser tida como primeira exigência a ser respeitada, subordinando-se a ela toda e qualquer outra medida, ou a segurança deve ser flexibilizada, dentro do bom senso, em função das necessidades da individualização da pena?[...] A pena de prisão, por si mesma, já é por demais severa; não há necessidade de que a arquitetura reforce essa austeridade. Pelo contrário, a arquitetura deverá se preocupar, isto sim, em aplacá-la, ou, mais do que isso, na medida do possível, em tornar o cárcere menos cárcere. Da mesma forma que a arquitetura dos hospitais não deve lembrar a doença, mas a saúde e a vida, assim, também, a arquitetura penitenciária não deve lembrar a prisão, mas a liberdade e esperança"(p.20).

Há de se levar em conta que o lapso de tempo para a confecção de pesquisas sobre acompanhamento dos detentos é de cinco anos, conforme previsto no CPB, para se reconhecer se há ou não a reincidência. Este acompanhamento poderá ser feito no futuro através da PRODESP ou do *site* da SAP que está em construção. O sistema de inclusão eletrônica facilitaria o acompanhamento do detento, mapeando assim todo o Estado de São Paulo.

A partir dos dados por nós levantados é possível a associação de fatores como idade, número de inclusões no CDP e os delitos cometidos. Os resultados do Anexo 1, Perfil do Detento no Estado de São Paulo Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de 2003, a amostra de 1.280 presos da Tabela nº 1 registra que na faixa de idade de 18 a

24 anos, a quantidade de pessoas presa é de 382 o que equivale a 29.8 % e entre 25 a 34 anos, a quantidade de pessoas presas chega a 568 o que equivale a 44.4 % e dos 35 a 44 anos representa 227 pessoas, 17.7 %. Nota-se no 2º estudo, realizado em 2004, entre 18 e 25 anos a quantidade de 93 pessoas, que representa 51.10 % na idade de 26 a 35 anos a quantidade é de 25 pessoas, o que representa 13.73 %, e dos 36 a 45 anos, 45 pessoas correspondendo a uma porcentagem de 25.82 %. Observa-se, a partir dos dados aqui relatados, que a idade do preso está diminuindo, pois, em 2004, 51% da população detida tinha de 18 a 25 anos. A Tabela nº 13 como já apresentamos, registra a quantidade de reincidentes no presídio em 2004 – 74.73 % da amostra examinada.

Podemos levantar a hipótese de que esta população ingressa muito cedo nos presídios e assim que liberada há uma grande possibilidade de retornar após novo delito cometido.

A análise da Tabela 19 já apresentada revela que 146 detentos passaram por alguma unidade da FEBEM como menor infrator o que corresponde 11.4% da população e 24 passaram na instituição como menor carente, 1.9 % da população, e não tiveram passagem por instituição sócio-educativa 1.108 pessoas, um percentual 86.7% do total de 1.280 presos. Não podemos afirmar que o fato de não ter passado ou ter passado por esse tipo de instituição garanta ou não a inserção na criminalidade. Pode-se supor que o preso não tenha revelado a verdade sobre o seu passado embora não haja registro de processo criminal na PRODESP, entre menores de 18 anos, por obrigação do Estatuto da Criança e do Adolescente. As notícias na mídia fazem supor que as pessoas entram no mundo do crime muito cedo, enquanto menores de idade, já articuladas aos grupos de marginais, criminosos experientes, assumindo todo tipo de crime, inclusive assassinatos, pois sabem que a partir dos 18 anos são indultados.

Tabela 28. Pensando apenas no tempo em que você está cumprindo pena, você teve algum problema de saúde nos últimos 12 meses.

	Quantidade	Porcentagem
Não tem problemas de saúde	787	61.5
Abscessos	10	0.8
Alergia de pele/ Dermatite/ Eczemas/ Coceira	31	2.4
Diabete	10	0.8
Dor nos dentes	53	4.1
Dor nos olhos/ Problema de visão	16	1.3
Epilepsia	5	0.4
Escaras	0	0.0
Facadas	0	0.0
Gastrite	30	2.3
Gonorréia	0	0.0
Gripe/ Resfriado	106	8.3
Hematomas/ Escoriações	1	0.1
Hipertensão	15	1.2
HIV / AIDS	9	0.7
Infecções	15	1.2
Picada de percevejo/ Muquirana	0	0.0
Problema de coluna	15	1.2
Sarna	0	0.0
Sífilis	0	0.0
Sinusite/ Dor de cabeça	32	2.5
Tiro	6	0.7
Tosse/ Bronquite/ Problemas respiratório/ Alergia/ Respiratória/ asma/ pneumonia	73	5.7
Tuberculose (TB)	13	1.0
Outros	137	10.7
Total	1.601	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio desembargador "Adriano Marrey" (2003)

Tabela 29. Você é soropositivo.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	19	1.5
Não	1.261	98.5
Total	1.280	100.0

Fonte: Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio desembargador "Adriano Marrey" (2003)

As tabelas 28 e 29 nos informam sobre as condições de saúde do preso. A maioria 61.5 % revela não terem problemas de saúde e se somarmos os que revelam gripes, resfriados e outros problemas respiratórios teremos um total de 75.5% de pessoas relativamente saudáveis.

Foi discutido, no I Encontro de Reintegração Social do sistema penitenciário do Estado de São Paulo na cidade de Barra Bonita, de 19 a 21 de setembro de 2005, a introdução ao plano de ação do programa de atenção básica à saúde no sistema penitenciário. Salientamos que no ano de 2004 foi criado o Departamento de Reintegração Social Penitenciário, departamento este que tem o objetivo de balizar os programas para reintegrar o detento a sociedade sob ótica biopsicossocial.

Conforme Salvador (2005) coordenadora de saúde do sistema penitenciário, falar sobre as diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, instituído pela Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de setembro de 2003, publica na prestação de assistência integral, resolutiva, contínua e de boa qualidade às necessidades de saúde da população penitenciária, contribuindo para o controle e redução dos agravos mais frequentes que acometem a população detida em ambiente prisional, definindo e implementando ações e serviços baseando nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma, é de suma importância a definição e implementação de ações de serviços, consoantes com os princípios e diretrizes do SUS, que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Penitenciário. Referidas ações e serviços decorrentes do Plano Nacional terão por finalidade promover a saúde da população confinada em unidades masculinas, femininas, bem como nas psiquiátricas, e estabelecer como prioridades para o alcance desta finalidade, visando a estruturação dos serviços ambulatoriais que atendam às necessidades de atenção no nível básico, mínimo da assistência no nível da média complexidade conforme as Normas Operacionais de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde (NOAS/MS) em seu Anexo III Grupo 7 e componentes das urgências e emergências em saúde, em consonância com as especificidades do Sistema Penitenciário.

Para a prática da atenção básica à saúde, a unidade prisional deve organizar o sistema de informação em saúde da população penitenciária; implantar ações de promoção da saúde. As condições insalubres de confinamento pressupõem o acesso a medidas de proteção específica, para combater os psicossociais decorrentes do confinamento. Pensando neste rol de doenças, não podemos deixar de pensar nos funcionários que lidam diretamente com os detentos, eles passam 12 horas em contato

direto com os presos e desta forma transformam -se em transmissores de doenças para o mundo fora do sistema penitenciário. Devemos implementar a atenção a saúde mental dos trabalhadores do sistema penitenciários através de planos que envolvam uma psicologia preventiva uma psicologia da saúde.

3.2 CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE NOS DESENHOS DA FIGURA HUMANA.

O estudo exploratório dos prontuários dos presos revela-nos a origem do crime, do julgamento e a condenação relacionada com a sua periculosidade em face da Lei. Mas são poucos os estudo científicos para balizar este procedimento e incorre-se num risco sem precedentes na execução da pena que deveria visar a recondução ao convívio social.

Devido a este fato, as pessoas envolvidas na execução da pena deverão dar mais ênfase à entrevista de inclusão para cumprir o que determina a LEP executando o exame de personalidade para a devida classificação. Para avaliar as características de personalidade avaliamos 30 protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana, em sentenciados do sexo masculino entre 19 a 35 anos de idade, condenados no artigo 157§2º (Assalto a Mão Armada), do Código Penal Brasileiro, em regime inicialmente fechado.

Ao 30 sujeitos desta etapa da pesquisa estão subdivididos em 15 primários e 15 reincidentes. Esta investigação tem como objetivo buscar as características de personalidade das pessoas que cometeram crimes. Com este trabalho pretende-se prestar uma contribuição para as entrevistas de inclusão e a devida classificação dos sujeitos privados de liberdade. O uso das técnicas projetivas e podem alicerçar as entrevistas de inclusão. Para tanto se propões o uso do Desenho da Figura Humana (D.F.H) Machover (1949), avaliados segundo os critérios propostos por Lourenção Van Kolck (1984).

A escolha do teste do Desenho da Figura Humana para esta pesquisa foi balizada na observação de que os psicólogos que compunham a equipe técnica desde 1998 utilizavam esta técnica para avaliar os presos em seus exames criminológicos visto que a maioria dos laudos psicológicos estavam alicerçados tecnicamente no DFH pois

trata-se de um teste que atende às necessidades a que se propõem e tem um baixo custo operacional. A categorização da interpretação será feita segundo os critérios adotados por Odette Lourenção Van Kolck (1984). Neste levantamento dos protocolos também foi levado em conta outros quesitos dos levantamentos anteriores como podemos observar nas tabelas.

Ela confirma, como já foi relatada anteriormente a precocidade da entrada na vida criminal. Podemos observar que entre 18 a 24 anos de a idade cronológica 382 pessoas o que corresponde 29.8 % de uma população carcerária de 1.280 detentos e dos 25 a 35 asnos corresponde a 44.4 % representando 568 pessoas, um número expressivo de pessoas em idade de produtiva. Na segunda etapa da pesquisa, Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos feito em fevereiro de 2004.- Presídio Desembargador "Adriano Marrey" pudemos verificar que os 182 prontuários pesquisados confirma o mesmo índice de idade dos 18 aos 25 anos de idade cronológica estão 51.10 % o que representa 93 pessoas presas e dos 26 aos 35 anos de idade cronológica 13.73 % representando 25 pessoas presas e na terceira etapa do estudo.

Tabela 30. Idade

Idade	Freqüência	Porcentagem
19	3	10,0
20	2	6,7
21	1	3,3
22	3	10,0
23	3	10,0
25	2	6,7
26	2	6,7
27	2	6,7
28	3	10,0
29	1	3,3
30	3	10,0
31	1	3,3
33	1	3,3
35	3	10,0
Total	30	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Tabela 31. Escolaridade

Ensino		Frequência	Percentual
Fundamental	Incompleto	26	86,7
Médio	Incompleto	3	10,0
Médio	Completo	1	3,3
Total		30	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Os resultados levantaram a hipótese da associação entre criminalidade e reincidência criminal com a baixa escolaridade. Na primeira fase da pesquisa, o estudo do Perfil do Detento no Estado de São Paulo Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003), verificamos que entre os 1.280 presos que responderam o Censo Penitenciário no Perfil do Detento no Estado de São Paulo 164 declararam ser analfabetos ou não frequentaram a escola, representando uma porcentagem de 12.8% da população pesquisada. Outro dado relevante ainda neste levantamento é que 766 pessoas declararam não ter completado o Ensino Fundamental, representando 59.8 % da população carcerária do Estado de São Paulo. Na 2ª etapa da pesquisa Estudo Exploratório de 182 Prontuários Criminológicos realizados no ano de 2004, observamos o número de 141 sujeitos com Ensino Fundamental Incompleto representando 77.47 % da população. A presente etapa da pesquisa revela entre os 30 sujeitos 26 têm apenas o Ensino Fundamental Incompleto 3 sujeitos tem o Ensino Médio Incompleto e apenas 1 tem o Ensino Médio Completo este resultado também confirma o que demonstra as tabelas anteriores e os estudos de Esteves, Alves e Castro (2005), mas não podemos afirmar que a baixa escolaridade leva o sujeito a cometer delitos.

Tabela 33. Local de Nascimento

Situação Processual		Frequência	Porcentagem
Primário	PE	2	13,3
	RJ	1	6,7
	SP	12	80,0
	Total	15	100,0
Reincidente	PE	1	6,7
	SP	12	80,0
	BA	1	6,7
	MG	1	6,7
	Total	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana

Confirma-se nesta 3ª etapa da pesquisa que 80.0 % dos 30 sujeitos analisados são oriundos da cidade de São Paulo e como já foi descrito, anteriormente os de outros estados representam 19.9 %, um número muito inferior.

Tabela 33. Filiação

Filiação	Frequência	Percentual
Pai e Mãe	28	93,3
Pai ou Mãe	2	6,7
Total	30	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Nesta 3ª etapa verifica-se que o que já foi apresentado anteriormente nos estudos de 2003 e 2004 que 93.3 % declararam que tem pai e mãe, mas isto não representa que estas pessoas estiveram presentes durante seu crescimento. Pois o observamos, durante as entrevistas para os exames criminológicos que geralmente eram pessoas oriundas de lares desestruturados sem a figura paterna presente. Pudemos constatar essa informação na tabela (18) que questiona as pessoas que o visita semanalmente no presídio, pois há um grande número de esposas, amasias e mãe, mas a presença de figura masculina ou paterna é mínima.

Tabela 34. Estado Civil

	Frequência	Percentual
Casado/ Amasiados	6	20,0
Solteiro	24	80,0
Total	30	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Continua-se constatando nesta 3ª etapa do estudo que 80.0 % dessas pessoas presas são solteiras ou não assumem seus relacionamentos de fato. Apenas 6 % relatam que são casados ou amasiados o que representa a grande minoria dos presos. Cabe aqui algum comentário das observações realizadas durante as entrevistas com os detentos ou das famílias. Muitos iniciam seus relacionamentos através de cartas respondendo a anúncios de revistas em que as mulheres procuram companhia. Essas correspondências são sistematicamente abertas pelo setor de segurança e são feitas leituras dinâmicas nas correspondências em nome da segurança das unidades prisionais pois já foram detectados planos de fuga ou de regates através desses procedimentos

Tabela 35. Profissão por situação processual

Situação Processual		Frequência	Porcentagem
Primário	Ajudante de Obras	1	6,7
	Ajudante Geral	4	26,7
	Balconista	1	6,7
	Marceneiro	1	6,7
	Moto Boy	1	6,7
	Motorista de Auto	1	6,7
	Pintor de Obras	3	20,0
	Sem Prof. Def.	3	20,0
Total		15	100,0
Reincidente	Ajudante Geral	6	40,0
	Moto Boy	1	6,7
	Sem Prof. Def.	3	20,0
	Aux. De Classificação	1	6,7
	Eletricistas de Autos	1	6,7
	Mec. Auto	1	6,7
	Pedreiro	1	6,7
	Pintor de Auto	1	6,7
	Total		15

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Tabela 36. Profissão

	Frequência	Porcentagem
Ajudante de Obras	1	3,3
Ajudante Geral	10	33,3
Aux. de Classificação	1	3,3
Balconista	1	3,3
Eletricista de Autos	1	3,3
Marceneiro	1	3,3
Mec. Auto	1	3,3
Moto Boy	2	6,7
Motorista de Auto	1	3,3
Pedreiro	1	3,3
Pintor de Auto	1	3,3
Pintor de Obras	3	10,0
Sem Profissão. Definida	6	20,0
Total	30	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Fica evidente nesta 3ª fase do estudo o resultado das etapas anteriores tanto na 1ª e 2ª a falta de instrução básica entre estas pessoas sub empregos sem profissionalização. Não temos como comprovar que estes dados obtidos nos estudos estejam associados à entrada na vida criminal ou a reincidência criminal. Devemos nos

aprofundar neste estudo para que possamos investigar com maior profundidade os fatores psicossociais e a criminalidade.

Tabela 37. Raça

	Frequência	Porcentagem
Branco	23	76,7
Pardo	7	23,3
Total	30	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Podemos observar nesta 3ª fase dos estudos exploratórios dos prontuários criminológicos o que foi detectado na 1ª fase da pesquisa o estudo do Perfil do Detento no Estado de São Paulo Presídio Desembargador "Adriano Marrey" (2003) Uma população considerada representante da raça branca apontou quantidade de 534 pessoas uma porcentagem de 41.8 %. A negos 194 pessoas, uma porcentagem de 15.2 %; Mulatos 220 pessoas, uma porcentagem de 17.2 % Os Índios representam 28 pessoas, uma porcentagem 2.2 %. Os de origens Orientais e Asiáticos 23 pessoas o que representa 1.8 % mas outro ponto relevante deste censo penitenciário seria verificar em futuras pesquisas, quem são essas outras raças que representavam 281 pessoas uma porcentagem significativa de 22.0 % de uma população de 1.280 presos. O "Adriano Marrey" vem a cada dia que passa abrigando mais e mais estrangeiros. A raça Branca representa 76.7% da população pesquisada de 30 protocolos do DFH evidenciando que as pessoas que se consideram brancas são a grande maioria entre os detentos, por outro lado 23.3 % se autodenomina com pardo. Estes dados não confirmam os obtidos Adorno (1996). Este autor constatou uma facilidade maior para capturar, condenar e manter o réu negro no presídio, dado também observado por Sá (1986). É de se supor que muitos dos nossos sujeitos se auto denominem brancos, apesar dos prováveis antepassados negros, por estarem cientes dos preconceitos que incidem sobre a etnia negra.

Tabela 38. Idade

Situação Processual	Idade	Frequência	Porcentagem
Primário	19	3	20,0
	20	2	13,3
	21	1	6,7
	22	3	20,0
	23	2	13,3
	25	1	6,7
	26	1	6,7
	27	1	6,7
Total	30	1	6,7
		15	100,0
	23	1	6,7
	25	1	6,7
	26	1	6,7
	27	1	6,7
	28	3	20,0
	29	1	6,7
Reincidente	31	1	6,7
	33	1	6,7
	35	3	20,0
		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Tabela 39. Descritiva das idades por situação processual

Situação Processual	N	Idade Mínima	Idade Máxima	Média	Desvio Padrão
Primário	15	19	30	22,53	25,778
Reincidentes	15	23	35	30,13	25,534

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Observa-se nas tabelas (38 e 39) que a idade cronológica dos detentos na terceira etapa do estudo diferem dos primeiros estudos. Os resultados nos levam a pesquisa de Sá (1986), quanto à questão da precocidade da entrada na vida do crime. Temos uma diferença entre as pessoas que são consideradas primários e os reincidentes criminais que deve ser levada em conta, mas assim mesmo os reincidentes são ainda jovens. Alguns autores Sá e Maranhão defendem que quando o sujeito alcança uma certa idade a entrada na vida crime fica menor. Podemos supor que o fator idade é uma maneira de elaborar as frustrações e canalizar sua agressividade de uma forma produtiva e socialmente aceita sem ferir as normas da sociedade. Ao contrário acontece quando se é jovem pois pela própria característica da idade é mais fácil cometer delitos principalmente quando se tem um ambiente favorável.

Uma vez analisada as características sócio-demográficas do, grupo de 30 sujeitos apresentaremos a seguir, os resultados obtidos nos protocolos do DFH. Estes resultados serão introduzidos conforme requisitos adotados por Lourenção Van Kolck (1984).

3.2 RESULTADOS NO TESTE DO DESENHO DA FIGURA HUMANA.

Tabela 40. Posição da folha em relação à situação processual

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Vertical	15	100,0
Reincidentes	Vertical	13	86,7
	Horizontal	2	13,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Verifica-se que, os 15 sujeitos classificados como primários confeccionaram seus desenhos na posição vertical, e 3 sujeitos classificados como reincidentes criminais, também o fizeram. Apenas 2 sujeitos classificados como reincidentes criminais confeccionaram seus desenhos na posição horizontal o que significa: liberdade em relação à ordem dada e portanto indicio de espírito curioso e cheio de iniciativa e possível oposição e negativismo, enquanto a grande maioria revela atitude de conformismo obediência. Os dados da pesquisa de Esteves, Alves e Castro. (2005) também confirmam estes resultados.

Tabela 41. Localização na página

Situação Processual	Item	Frequência	Percentual
Primários	2	5	33,3
	3	3	20,0
	4	2	13,3
	5	1	6,7
	6	3	20,0
Total	8	1	6,7
		15	100,0
Reincidentes	3	4	26,7
	4	5	33,3
	5	1	6,7
	8	5	33,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

0. Centro = Segurança, autovalorização, emotividade, equilíbrio; pessoa centrada em si mesma e autodirigida. Resultado = 0

1. Primeiro Quadrante canto superior direito = Contato ativo com a realidade, rebelião e ataque, projetos para o futuro. Resultado: 0

2. Segundo Quadrante canto inferior direito = Fôrça dos desejos, impulsos e instintos; obstinação e teimosia. Resultado: 5 presos classificados como Primário.

3. Terceiro Quadrante canto inferior esquerdo = Conflito, egoísmo, regressão, fixação a estágio primitivo.. Resultado: 3 presos classificados como Primário e a frequência de 4 presos classificados como Reincidente

4. Quarto Quadrante canto superior esquerdo = Passividade, atitude de expectativa diante da vida, inibição, nostalgia. Resultado: 2 presos classificados como Primários e 5 presos classificados como Reincidente

5. Metade superior = Espiritualidade, misticismo, energia, objetivos muito altos, possivelmente inatingíveis, satisfação na fantasia, "estar no ar". Resultado: 1 preso classificado como Primário e 1 preso classificado como Reincidente.

6. Metade inferior = Materialismo, fixação à terra e ao inconsciente, orientação para o concreto, insegurança e inadequação, com depressão. Resultado: 3 presos classificados como Primários.

7. Metade direita = Extraversão, altruísmo, atividade, socialização, relação com o futuro, progresso. Resultado: 0

8. Metade esquerda = Introversão, egoísmo, predomínio da afetividade, do passado e do esquecido, comportamento impulsivo. Resultado: 1 preso classificado como Primário e 5 presos Reincidentes .

A tabela acima traz os dados dos detentos primários e dos reincidentes a quanto aos resultados obtidos para a localização na folha do DFH. Levantam a hipótese que não há diferença significativa entre os presos primários e os presos reincidentes. Nota-se entre os sujeitos primários, características de força e desejo, impulsividade, egoísmo, regressão; materialismo, insegurança, depressão. Os reincidentes manifestaram depressão, passividade, impulsividade, egoísmo, primitivismo.

Tabela 42. Tamanho em relação à folha

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	3	10	66,7
	4	1	6,7
	5	3	20,0
	6	1	6,7
		15	100,0
Total	2	1	6,7
	3	6	40,0
Reincidentes	4	1	6,7
	5	6	40,0
	6	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

1 Exagerado, saindo do papel = Sugere sentimento de constrição pó parte do ambiente, com fantasia supercompensatória, o que lembra aspectos paranóides. Frequência = 0

2. Muito grande, Folha toda ou quase saindo do papel = Evidência de agressividade e descarga mora. Resultado: 1 preso Primário

3. Grande, 2/3 e metade da fôlha = Sentimento de expansão e agressão; fad controle e inibição. Frequência Resultado: 10 presos Primários e 6 presos Reincidentes

4. Médio, 1/3, 1/4, 1/6 e 1/8 da fôlha = Nada a interpretar. Resultado: 1 preso Primário e 1 preso Reincidente

5. Pequeno, 1/16, 1/32 da fôlha = Indica inferioridade, inibição, constrição e depressão, comportamento emocionalmente dependente. Resultado: 3 presos Primários e 6 presos Reincidentes.

6. Muito pequeno, 1/64 e 1/128 da fôlha = Traduz sentimento de inadequação e mesmo rejeição pelo ambiente, tendências ao isolamento. Resultado: 1 preso Primário e 1 preso reincidente.

Observando a tabela acima ela nos revela que os sujeitos classificados como primários na situação processual apresentaram atitudes mais agressivas enquanto os reincidentes se dividem entre agressivos e inibidos e constrictos.

Tabela 43. Qualidade do grafismo

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	3	20,0
	2	3	20,0
	3	9	60,0
Total		15	100,0
Reincidentes	1	1	6,7
	2	2	13,3
	3	12	80,0
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

1. Grossa = correspondente à espessura do traço feito pelo lápis nº 1: energia, vitalidade, iniciativa, decisão, constância, confiança em si, possivelmente agressão e hostilidade para com ambiente, esforço para manter o equilíbrio da personalidade, falta de adaptação (a ênfase levaria a suspeita de psicose). Neste item 3 sujeitos primários, o que corresponde a 20 % dos protocolos corresponderam a esta interpretação e 1 sujeito reincidente que corresponde a 6.7 % da amostra tiveram esta produção gráfica neste item.

2. Média = correspondendo ao traço ao lápis nº2. Nada a interpretar. Observa-se na tabela acima que 3 sujeitos primários, 20 % dos protocolos corresponderam a esta interpretação. E 3 sujeitos reincidentes que, o corresponde a 13.3 % tiveram esta produção gráfica neste item

3.Fina = correspondendo ao traço do lápis nº 3 ou 4. Insegurança, timidez, sentimento de incapacidade, falta de energia e de confiança em si, mas, também personalidade hipersensível e artista.

Neste item 9 sujeitos primários desenharam utilizando esta qualidade de grafismo, o que corresponde a 60.0 % dos desenhos e 12 sujeitos reincidentes que representam 80.0% da amostra de 15 sujeitos. Tanto primários quanto reincidentes apresentaram com mais frequência, linhas finas evidenciando timidez sentimento de inferioridade ou hipersensibilidade.

Tabela 44. Traço

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	11	73,3
	2	2	13,3
	3	2	13,3
Total		15	100,0
Reincidentes	1	8	53,3
	2	6	40,0
	3	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

1. Contínuo = decisão, rapidez, energia, esforço dirigido, auto-afirmação, mas também pode ser a falta de sensibilidade de vida, como se o lápis tivesse ficado aderido ao papel. Neste item observamos que 11 pessoas classificadas como primários o que corresponde a 73.3 % da amostra dos protocolos e 8 pessoas classificadas como reincidentes criminais, que corresponde a 53,3 % dessa população tiveram esta classificação em sua produção do DFH.

2. Avanços e recuos = emotividade, ansiedade, falta de confiança em si, timidez, insegurança, hesitação ao enfrentar novas situações, mas também, sentimento artístico, intuição, sensibilidade. Neste item observamos que 3 pessoas classificadas como primários, o que corresponde a 20.0 % da amostra dos protocolos e 2 pessoas classificadas como reincidentes criminais, o que corresponde a 13.03 % tiveram esta classificação em sua produção do DFH.

3. Interrompido = incerteza, temor, angústia e, possivelmente, tendências psicóticas. Neste item observamos que 9 sujeitos classificados como primários confeccionaram seus desenhos o que correspondem a 73.3 % da amostra dos protocolos e 8 pessoas classificadas como reincidentes criminais que corresponde a 53,3 % dessa população tiveram esta classificação em sua produção no DFH.

4. Tremulo = medo, insegurança, sensibilidade e se presente em todo o desenho intoxicação do eixo nervoso por alcoolismo ou fadiga extrema; traço involutivo.

Os primários revelam mais características de auto afirmação energia, esforço dirigido. Enquanto os reincidentes apresentaram alem destas evidencias de ansiedade, insegurança, emotividade.

Tabela 45. Resistências

Situação Processual	Item	Freqüência	Porcentagem
Primário	Não	12	80,0
	Sim	3	20,0
Total		15	100,0
Reincidente	Não	11	73,3
	Sim	4	26,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Dizem respeito casos de rejeição em grau diferentes de intensidade , a partir da negação a desenhar até o não complementando do desenho feito. Significam basicamente atitudes negativas e de oposição. A negação pode assumir outros significado como intensa inferioridade da pessoa que se sente muito inadequada para arriscar-se à imperfeição e ao julgamento; severo bloqueio em um histérico e desconfiança do paranóico. No caso especial de não completamento do desenho, as omissões de partes determinadas ainda podem ser analisadas em conexão com significado próprio de área em que aparece. Sempre com o sentido de resistência para desenhar, a omissão de uma parte integrante da figura constitui indícios de problemas e conflitos em relação a essa parte e ao que ela significa. Será considerada de maior ou menor gravidade segundo a extensão e a área em que se apresenta e o fato de estar ou não associada a outros aspectos característicos. Pode chegar a ser indício de perturbações bem grave, como deficiência mental, esquizofrenia, histeria, depressão.

Observamos a tabela acima e verificamos que não houve resistência confeccionar o DFH em 12 sentenciados primários e 11 reincidentes. Houve apenas 3 presos primários e 4 reincidentes nos quis foi observado este comportamento na avaliação do teste. Os dois grupos de sujeitos tendem a manifestar pouca resistência ao desenhar.

Tabela 46. Tema

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	14	93,3
	Sim	1	6,7
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	13	86,7
	Sim	2	13,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Verificar se é estereótipo, uma pessoa específica ou auto-imagem (para as duas últimas: a idade ajuda). Estudar o tema em relação ao que pode significar.

Na tabela acima observamos que 14 presos primários e 13 reincidentes não têm tema em sua produção gráfica. A partir destes dados não podemos diferenciar esta população quanto a esse quesito.

Tabela 47. Estereótipo

Situação Processual	Estereótipo	Frequência	Porcentagem
Primário	1	8	53,3
	2	7	46,7
Total		15	100,0
Reincidente	1	13	86,7
	2	2	13,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

1. Identidade em nível de fantasia = para escapar da insegurança, indicativo de evasão dos problemas de relacionamento pessoal, freqüente em pessoas inseguras e dubitativas; esforço inconsciente para deformar a realidade: palhaço, caricaturas, desprezo e hostilidade párea com as pessoas; policiais, bandidos. etc. São encontrados em desenhos de crianças com grandes problemas com os pais; estatuas, múmias, interpretação com significado próprio. Resultado: de 8 presos primários foram categorizados neste item da avaliação e 13 presos reincidentes.

2. Figuras mais jovens = fixação emocional ou alguma forma de reagir a uma situação presente que leva o indivíduo a pensar em situações mais felizes, anteriores em sua vida. Resultado: de 7 presos primários foram categorizados neste item da avaliação e 2 presos reincidentes.

3. Figuras mais velhas = identificação com figuras paternas e maternas; papel influente, pais e/ou mãe dominantes. Resultado: 0.

Da tabela acima constata-se que os reincidentes utilizam muito mais a representação das figuras humanas em nível de fantasia revelando características de insegurança, evasão dos problemas de relacionamento. Poder-se-ia levantar a hipótese de dificuldade de relacionamento com as figuras parentais.

Tabelas 48. Ação ou movimento

Situação Processual	Item	Freqüência	Porcentagem
Primário	1	15	100,0
Reincidente	1	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

1. Parada = Dispensa interpretação.

2. Movimento = Fantasia, grande mobilidade psíquica, capacidade mental ação, contato social, adaptação; mas também muito usado na esquizofrenia.

Podem revelar avaliar este item deve haver maior cuidado por parte do plicador. Os desenhos aqui analisados foram aplicados por outros psicólogos e não podemos esclarecer os movimentos, não foram feitas anotações nos protocolos. Os dois grupos fizeram figuras paradas. Não há nada a conceituar.

Tabela 49. Perspectiva

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Frente	15	100,0
Reincidentes	Frente	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Significado geral = grau de auto- exposição. Todos os desenhos foram feitos de frente significa exibicionismo, ingenuidade e comunicabilidade social; encontrado mais em moças (têm mais defesas que os rapazes: utilizam roupas, pinturas, etc).

Tabela 50. Postura da figura

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	14	93.3
	2	0	00.0
	3	1	6.7
Total		15	100,0
Reincidentes	1	14	93.3
	2	0	00.0
	3	1	6.7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

- 1. Ereta** = dispensa interpretação. Resultado: 14 sujeitos Primários e 14 sujeitos Reincidentes
- 2. Sentada ou deitada** = depressão Resultado: 0
- 3. Inclinada** = instabilidade, equilíbrio precário (encontrada em alcoolismo crônico).

Os resultados indicam muita semelhança entre os grupos (14 primários e 14 reincidentes): 28 sujeitos fizeram na posição ereta dispensando interpretação.

Tabela 51. Transparências

Situação Processual	Transparências	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	13	86,7
	Sim	2	13,3
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	10	66,7
	Sim	5	33,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Transparência de chapéu, roupa, etc = sentido diferente de transparência do corpo (anatomia interna). Indica julgamento deficiente ou muito pobre; problema com a área, exemplos sob chapéu conduta sexual primitiva; pernas do homem sob as calças = problemas sexuais, possivelmente homossexuais (Homossexualismo). Em geral significa deficiência de evolução, pois caracteriza desenho de crianças pequenas. Em adultos pode ser indício de uma ausência muito inquietante de senso de realidade e sinal de deficiência mental ou esquizofrênia, se generalizado; é sinal patológico.

A maioria dos sujeitos em ambos os grupos não fizeram desenhos com transparência. Quando ocorre refere-se a pernas visíveis sob as roupas podendo estar relacionado com conflitos na esfera sexual.

Tabela 52. Simetria

Situação Processual	Item	Freqüência	Porcentagem
Primários	1	5	33,3
	2	9	60,0
	3	1	6,7
Total		15	100,0
Reincidentes	1	1	6,7
	2	13	86,7
	3	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

A construção do desenho é simétrica, porque a figura humana é essencialmente simétrica (em essência, não em detalhes).

1. Muita ordem e igualdade entre as duas partes do corpo = obsessão compulsiva; defesa na rigidez (defesa muscular hipertônica contra os impulsos e contra as ameaças do meio exterior); indivíduos emocionalmente frios e distantes e precariamente controlados; também são correlacionados perfeccionismo e impulso para o exibicionismo. Resultados: 5 sujeitos Primários e 1 sujeito Reincidente.

2. Distúrbios na simetria = braços e pernas diferentes quanto ao tamanho, largura, um ombro menor que outro; a forma acentuada é encontrada em desenhos de neuróticos, é expressão de sentimento de incoordenação e insuficiência física em geral; encontrada em hipomaníacos e histéricos. O transtorno dos impulsos, o excesso de espontaneidade

produz distúrbios de simetria por descuido, falta de controle, grande atividade e difusão. Resultados: 9 sujeitos Primários e 13 sujeitos Reincidentes.

3. Linha mediana = significada preocupação com o corpo e sentimento de inadequação e dependência; ênfase acentuada = proporções patológicas. Resultados: 1 sujeito Primário e 1 sujeito Reincidente.

Os resultados obtidos neste item de avaliação tendem a ser semelhantes entre os dois grupos. Os distúrbios de simetria podem ser indícios de dificuldades de elaboração psíquica e transtorno dos impulsos. O excesso de espontaneidade produz distúrbios de simetria por descuido, ausência de controle, grande atividade e difusão. É importante saber, com amostras maiores, se as características encontradas revelam a experiência do presídio ou dizem respeito à característica da própria personalidade dos sujeitos.

Tabela 53. Articulações

Situação Processual	Item	Frequência	Percentual
Primários	Não	11	73,3
	Sim	4	26,7
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	14	93,3
	Sim	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Denuncia o compulsivo ou dependente e incerto, aquele que necessita de indícios de percepção familiar para sentir-se seguro. Atenção excessiva à articulação = extrema preocupação somática sentida imperfeito e indeciso de integridade corporal; dependência materna, imaturidade afetivo- sexual.

A grande maioria não desenharam articulação portanto não lhes cabe esta interpretação partindo dos dados da tabela não podemos afirmar que este resultado esteja associado à entrada na vida do crime ou a reincidência criminal.

Tabela 54. Pormenores

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primário	Não	10	66,7
	Sim	5	33,3
Total		15	100,0
Reincidente	Não	10	66,7
	Sim	5	33,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Diz respeito a tudo que o indivíduo coloca fora do corpo além da roupa essencial; lenço no bolso, luvas, enfeite no chapéu, no vestido, bolsa ou objetos na mão, cordão e ilhoses do sapato, etc...Os pormenores são analisados em relação ao desenho e ao papel que desempenha; ex. um bolso pode ser colocado para ressaltar o seio. Em geral, abundância de pormenores ou áreas características obsessivo-compulsivos. Houve uma manifestação significativa de pormenores nas duas populações no DFH e partindo desta pequena amostra podemos pensar que este resultado não esteja associado à entrada na vida do crime ou a reincidência criminal.

Tabela 55. Anatomia interna ou transparência do corpo

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primário	Não	15	100,0
	Sim		
Reincidente	Não	12	80,0
	Sim	3	20,0
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Indica quase certamente esquizofrenia. Não é caso dos sujeitos da pesquisa e partindo dos dados da tabela não podemos afirmar que este resultado esteja associado à entrada na vida do crime ou a reincidência criminal.

Tabela 56. Complementos

Situação Processual	Item	Freqüência	Porcentagem
Primários	0	12	80,0
	1	1	6,7
	2	2	13,3
	Total	15	100,0
Reincidentes	0	6	40,0
	1	6	40,0
	2	2	13,3
	5	1	6,7
	Total	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Quando aparecem, devem ser bem analisados:

0. Ausência de linha do solo deixando a figura como que solta na fôlha = sentir-se

no ar. Resultado: 12 sujeitos Primários e 6 sujeitos Reincidentes.

1. Linhas do solo = significado aproximado ao do teste da árvore, mas temos que ter atenção ao fato de não ser tão essencial à estruturação do desenho. Resultado: 1 sujeitos Primário e 6 sujeitos Reincidentes.

2. Quando acentuada = preocupação com o estar no mundo; pessoa que quer saber onde está e onde pisa. Resultado: 2 sujeitos Primários e 2 sujeitos Reincidentes.

3. Paisagem = tendência ao sonho, contemplação, indolência; dom de imaginação, fantasia afetividade, observação, indivíduo prolixo e tagarela; exagero ou paisagem como tema dominante; sente-se ameaçado pelo mundo exterior, está à mercê das forças exteriores; ausência de liberdade em relação à realidade; ansiedade, depressão, cansaço, falta de controle sobre as idéias negras. Resultado: O

4. Figura apoiada a um poste, a uma cerca, etc = necessidade de segurança, falta de confiança em si, procura de apoio, falta de independência. Resultado: O

5. Dizeres, versos ou rabiscos sem significados = forma imprópria junto à figura pode ser indivíduo brincalhão, disparatado, chistoso, irônico, que revela incerteza, insegurança e falta de confiança em si; mas também é próprio de esquizofrênia, principalmente as formas impróprias e os rabiscos sem significado. Resultado: 1 sujeito Reincidente.

Os resultados obtidos neste item de avaliação entre sujeitos primários e os reincidentes parecem indicarem que não há diferenças significativas quanto ao uso de complementos nas duas amostras.

Tabela 57. Proporções

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	10	66,7
	Sim	5	33,3
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	10	66,7
	Sim	5	33,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Certa harmonia deve existir entre as várias partes do corpo. Muita proporção revela Preocupação com o que é errado. É um indicador de conflitos na esfera relativa à desenhada.

Os resultados obtidos neste item de avaliação em sujeitos primários e os reincidentes indicam que não houve uma manifestação significativa de preocupações com a proporção nas duas populações.

Tabela 58. Tratamento diferencial dado a qualquer área

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	5	33,3
	Sim	10	66,7
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	5	33,3
	Sim	10	66,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Reflete as atitudes do sujeito para com os dois sexos. Figuras maiores e mais elaboradas revelam real importância atribuída àquele sexo, e valor do próprio sexo ou não. Figura menor e menos elaborada, depreciação. Os resultados obtidos neste item de avaliação entre sujeitos primários e reincidentes não revelam diferenciação de gêneros entre ambos subgrupos. Partindo desta pequena amostra podemos pensar que ocorreu uma produção gráfica indiferenciada que pode denotar um conflito na esfera sexual.

Entretanto partindo dos dados da tabela não podemos afirmar que este resultado esteja associado à entrada na vida do crime ou a reincidência criminal.

Tabela 59. Ordem das figuras

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	4	26,7
	Sim	11	73,3
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	6	40,0
	Sim	9	60,0
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Referem-se ao sexo desenhado em primeiro lugar e nos remete ao ponto de vista da identificação sexual. É normal primeiro desenhar o próprio o que sexo revela indicio de identificação com o papel característico do próprio sexo. Porém no caso contrário concluir daí para inversão sexual ou conflito homossexuais não é necessariamente adequado. Deve-se lembrar também que o desenho pode não ser expressão de imagem corporal do autor e que outras variáveis podem influir no sexo do primeiro desenho; fantasias românticas, preocupações momentânea ou outras condições temporárias do sujeito, grande relação afetiva com o genitor do sexo oposto e variações nas instruções do aplicador do teste.

Os resultados obtidos neste item de avaliação entre os sujeitos revelam que há maior preferência pela figura do próprio sexo entre os primários enquanto 6 sujeitos reincidentes fizeram o sexo oposto na primeira figura. Pode-se levantar a hipótese de preocupações momentâneas que geram conflitos de identidade sexual. Grande relação afetiva com o genitor do sexo oposto.

Tabela 60. Tratamento diferencial da figura

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	0	9	60,0
	1	6	40,0
Total		15	100,0
Reincidentes	0	8	53,3
	1	7	46,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

É uma indicação de conflito relativo à área tratada de modo diferencial:

0. Omissões = são importantes as omissões dos braços, das pernas ou pés, dos traços fisionômicos e das mãos. Além da sugestão de conflito em realidade à área focalizada, assumem outros significados que serão abordados na análise dos aspectos de conteúdos dos desenhos.

1. Correção e retoques = insatisfação e insegurança; às vezes agressividade.

2. Borraduras = resultados de correções, insegurança e desejo de perfeccionismo.

3. Sombreamento = expressão de ansiedade. Quando mais extensa a área, mais extrema é a reação de ansiedade. Sombreamento não excessivo, mas sim moderado e aplicado revela tato e sensibilidade mais do que ansiedade.

Nossos sujeitos em ambos os grupos revelam características semelhantes ou seja confeccionaram partes do corpo nos quais fizeram correção e retoques revelando insatisfação, insegurança e agressividade.

Tabela 61. Tipos de imagem do corpo

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	5	33,3
	Sim	10	66,7
Total		15	100,0
Reincidentes	Não	5	33,3
	Sim	10	66,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Pode ser incluído no tema. O avaliador verifica se é realista ou compensatório, sendo o segundo tem significado igual ao dos estereótipos; possibilidade de certo zoomorfismo = regressão; desenho esquemático = regressão e/ou evasão. Podemos pensar em conflito em realidade a área focalizada e insatisfação e insegurança, às vezes agressividade. Pode ser regressão e também evasão.

Tabela 62. Cabeça

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	3	20,0
	2	11	73,3
	3	1	6,7
Total		15	100,0
Reincidentes	1	3	20,0
	2	11	73,3
	3	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

A cabeça é o centro de localização do próprio eu, revela o poder intelectual, o domínio social, o controle dos impulsos. Junto com os traços fisionômicos expressa as necessidades sociais e o contato. É a parte do corpo consistentemente mais exposta e a forma como é tratada projeta as aspirações intelectuais e o controle dos impulsos. No desenho de crianças significa um pouco mais de dependência social e emocional.

1. Cabeça, tamanho relativo = a cabeça do adulto é o órgão mais importante em relação à segurança emocional projeta as aspirações intelectuais, e o controle dos impulsos da criança. Resultados: 3 sujeitos Primários e 3 sujeitos reincidentes.

2. Grande = aspirações intelectuais; agressividade e afirmação mas também dores de cabeça ou outros sintomas psicossomáticos; frustração das aspirações intelectuais deficiência mental dependência infantil e mesmo indício de paranóia e narcisismo. Resultados: 11 sujeitos Primários e 11 sujeitos Reincidentes.

3. Pequena sem ênfase = desenho de neurótico, deprimidos ou socialmente inadaptados. Resultados: 1 sujeito Primário e 1 sujeito Reincidente.

Os resultados obtidos neste item em sujeitos primários e reincidentes se mostraram idênticas nos dois grupos. Estes dois grupos tem indícios de dificuldades de elaboração da frustração, infantilidade por regressão ou fixação. Entretanto partindo dos dados da tabela não podemos afirmar que este resultado esteja associado à entrada na vida do crime ou a reincidência criminal. É comum a todos.

Tabela 63. Cabelo

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	2	2	13,3
	3	5	33,3
	4	5	33,3
	6	1	6,7
	7	2	13,3
Total		15	100,0
Reincidentes	1	1	6,7
	2	1	6,7
	3	3	20,0
	4	7	46,7
	6	2	13,3
	7	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Significado geral na esfera da sexualidade; necessidades sexuais, possivelmente, vitalidade sexual. Cabelos com expressão do que está crescente e é vivo. Entretanto, deve se dar atenção ao esteriótipo social ao interpretar o desenho desta parte do corpo.

1. Comprido = e em abundância dificuldade do estabelecimento do comprimento. Vitalidade sexual, luta pela virilidade (em sujeitos do sexo masculino). Resultado: 0 sujeitos Primários e 1 sujeito Reincidente.

2. Escassos = virilidade insegura e débil. Resultado: 2 sujeitos Primários e 1 sujeito Reincidente.

3. Bem cuidado ou penteado = preocupação em deslumbrar e seduzir, freqüente em adolescentes do sexo feminino. Resultado: 5 sujeitos Primários e 3 sujeitos Reincidentes.

4. Desordenados = desordem sexual. Resultado: 5 sujeitos Primários e 7 sujeitos Reincidentes.

5. Destacado da cabeça = caráter regressivo ou esquizóide. Resultado: 0 sujeitos Primários e 0 sujeitos Reincidentes.

6. Sombreamento = conflito de virilidade. Resultado: 1 sujeito Primário e 2 sujeitos Reincidentes.

7. Ausência = passividade ressentida; isolamento e vacuidade. Machover (1974), chama a atenção para desenhos deste tipo no caso de delinqüente juvenil. Resultado: 2 sujeitos Primários e 1 sujeito Reincidente.

8. Fita no cabelo da figura feminina = sugere esforços no sentido da contenção de impulsos. Resultado: 0 sujeito Primário e 0 sujeito Reincidente.

Os resultados obtidos neste item, em ambos os grupos, revelam concentração de desenhos avaliados nos itens três e quatro nota-se claramente o quadro relativo à preocupação em seduzir e desordem sexual e imaturidade.

Tabela 64. Rosto

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	0	4	26,7
	1	9	60,0
	2	1	6,7
	3	1	6,7
Total		15	100,0
Reincidentes	0	8	53,3
	1	6	40,0
	2	1	6,7
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Significado geral : parte mais expressiva do corpo, o centro mais importante de comunicação; o traço social do indivíduo. Contorno, pinturas ou linhas extras, podem revelar indícios de conflito.

0. Omissão dos caracteres faciais com contorno acentuado = tendência a evitar problemas de contato; indivíduo evasivo com referência à relação interpessoal. Superficialidade, cautela e hostilidade são característicos nas relações interpessoais desses sujeitos. Resultados: 4 sujeitos Primários e 8 sujeitos Reincidentes.

1. Acentuação dos caracteres faciais com contorno acentuado = Sujeito tímido, fugidio, importância ao próprio eu e forte tendência à participação social, mas egocentricamente bloqueada. Resultados: 9 sujeitos Primários e 6 sujeitos Reincidentes.

2. Linhas extras, para dar maior amadurecimento e profundidade ao rosto, testa e área naso- labial = revela elaboração intrapsíquica se corroborada por outro traço. Resultados: 1 sujeito Primário e 1 sujeito Reincidente.

3. Sombreamento na superfície = Ansiedade com relação ao contato social. Resultados: 1 sujeito Primário

4. Sombreamento ou reforço = Dificuldade na interação social. Resultados: 0

5. Traços confusos na face = Timidez e acanhamento. Resultados: 0

6. Queixo bem pronunciado = Compensação de indecisão e medo de responsabilidade. Resultados: 0

Neste quesito os dois grupos de sujeitos se distribuíram entre os quesitos 0 e 1 revelando maior maturidade entre os primários (sujeitos fugidios, tímidos) do que os reincidentes (sujeitos com dificuldades mais sérias de contato, egocentricamente bloqueados).

Tabela 65. Bigode e barba

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	15	100,0
Reincidentes	Não	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

O significado geral diz respeito ao plano da sexualidade, luta pela virilidade naqueles que têm sentimento de inadequação sexual ou dúvidas sobre a masculinidade.

Os dois grupos omitiram bigode e barba não se pode concluir sentimento de inadequação pessoal. Há um fato a ser lembrado: o prisioneiro não pode ter barba ou bigode enquanto estiver detido.

Tabela 66. Olhos

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	6	40,0
	3	1	6,7
	4	2	13,3
	5	6	40,0
Total		15	100,0
Reincidentes	3	1	6,7
	4	6	40,0
	5	4	26,7
	6	1	6,7
	7	3	20,0
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Avalia-se tamanho, detalhes, sombreamento e indícios de conflitos o significado funcional revela que é órgão básico para o contato com o mundo exterior, o ponto principal de concentração para o sentimento do próprio eu e a vulnerabilidade; dos

olhos são as janelas da alma, podem revelar incerteza, medo ou perplexidade. Grande parte de comunicação que se atribui à cabeça se concentra nos olhos.

1. Grandes = parecem observar o mundo visualmente, curiosidade, dependência do ambiente e de experiência social. Podem, também, significar a desconfiança do paranóico e o seu poder hipnótico (se com olhar fixo). Nos desenhos de moças, estímulo sexual. Resultados: 6 sujeitos Primários.

2. Médios = Dispensam a interpretação. Resultado: 0

3. Pequenos = Parecem excluir o mundo, apresentam-se associados a outros sinais de que indivíduo está em si mesmo. Resultado: 1 sujeito Primário e 1 sujeito Reincidente.

4. Fechados = Maior exclusão, propósito de concentrar-se sobre o próprio narcisismo. Resultados: 2 sujeitos Primários e 6 sujeitos Reincidentes.

5. Sem pupilas = O mundo está ativamente cerrado para o indivíduo mas, percebendo vagamente, como uma espécie de massa não diferenciada; imaturidade e egocentrismo, indivíduos histéricos, também. Resultados: 6 sujeitos Primários e 4 sujeitos Reincidentes.

6. Grande, sem pupilas = Culpa em relação ao *voyerismo*. Resultados: 6 sujeitos Primários e Resultado: 1 sujeito Reincidente.

7. Só um círculo, assim como a boca, nariz, etc = Adultos retrógrados ou infantis, ou deficientes, em crianças; dependência, emoção, superficialidade e falta de discriminação. Resultados: 3 sujeitos Reincidentes.

8. Pupila sem a órbita do olho = Penetrante cautela e limitando campo de visão do paranóico. Resultado: 0

Neste item, os sujeitos primários se apresentaram como dependentes do ambiente, de experiência social, inseguros, com ansiedade paranóides, imaturos e culpados. Os reincidentes também são imaturos e sentem-se culpados e principalmente egocêntricos, fechados em si mesmos, talvez por defesas.

Tabela 67. Sobrancelhas e pestanas

Situação Processual	Item	Freqüência	Porcentagem
Primários	0	3	20,0
	1	6	40,0
	2	2	13,3
	3	4	26,7
Total		15	100,0
Reincidentes	0	5	33,3
	1	2	13,3
	2	3	20,0
	3	5	33,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Significado não muito claro, a segunda apresenta relação com atração sexual, conferida à figura.

0. Omissão dos olhos = Sinal de deterioração, o de mais alto valor. Resultado: 3 sujeitos Primários e 5 sujeitos Reincidentes.

1. Sobrancelhas cuidadas = Refinamento pessoal. Resultado: 6 sujeitos Primários e 2 sujeitos Reincidentes.

2. Sobrancelhas grossas = Personalidade primitiva áspera e não inibida. Resultado: 2 sujeitos Primários e 3 sujeitos Reincidentes.

3. Sobrancelhas na figura masculina, desenhada por meninos, olhos grandes com pestanas = Homossexualismo. Resultado: 4 sujeitos Primários e 5 sujeitos Reincidentes.

Neste quesito os primários se apresentam buscando uma afirmação pessoal que pode ser decorrente de uma maturidade sexual primitiva, que leva a uma dificuldades de identificação ou até de deterioração da realidade. Os reincidentes revelam mais traços de deterioração e de identidade sexual comprometida com a imaturidade sexual.

Tabela 68. Nariz

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	0	1	6,7
	1	5	33,3
	3	3	20,0
	5	1	6,7
	6	4	26,7
	8	1	6,7
Total		15	100,0
Reincidentes	0	1	6,7
	1	3	20,0
	3	1	6,7
	4	1	6,7
	5	2	13,3
	6	5	33,3
	7	2	13,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Significado geral: Simbolismo sexual por estar na linha média do corpo e sobressair como o pênis, portanto, um símbolo fálico; mas também, estereótipo social, mas ligado à agressividade, nariz grande. O tamanho e o detalhe revelam indício de conflito.

0. Omissão = Deterioração, de igual importância que o dos olhos. Resultado: 1 sujeito Primário e 1 sujeito Reincidente.

1. Grande = Sentimento de impotência sexual, necessidade do adolescente de afirmação agressiva do papel sexual. Resultado: 5 sujeitos Primários e 3 Sujeitos Reincidentes.

2. Médio = Nada a interpretar. Resultado: 0

3. Pequeno = Infantilidade no plano sexual. Resultado: 1 sujeito Primário e 1 sujeito Reincidente.

4. Narinas em lugar do nariz = Infantilidade, sensibilidade auto-afirmação e provocação de desprezo. Resultado: 1 sujeito Reincidente

5. Narinas assinaladas com certa ênfase = Acento específico da agressividade. Resultado: 1 sujeito Primário e 2 sujeitos Reincidentes.

6. Nariz de perfil em rosto de frente = Persistência de maneira infantil de desenhar. Resultado: 4 sujeitos Primários e 5 sujeitos Reincidentes.

7. Nariz em só traço = Persistência de maneira infantil de desenhar. Resultado: 2 sujeitos Reincidentes.

8. Corte de uma parte do nariz = Como castração, pode ser também um dos indícios de conflito, além dos mencionados. . Resultado: 1sujeito Primário.

Os resultados obtidos neste item de avaliação, em sujeitos primários e os reincidentes, revelam algum problema de ordem emocional co ênfase em infantilidade e dependência e a agressividade seria uma maneira de defesa para disfarçar a insegurança diante do mundo.

Tabela 69. Boca

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	1	6,7
	2	5	33,3
	4	8	53,3
	7	1	6,7
Total		15	100,0
Reincidentes	1	6	40,0
	3	1	6,7
	4	6	40,0
	7	2	13,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Significado funcional: Zona erógena, órgão de fixações precoces com efeito em dificuldades de alimentação, distúrbios da fala, linguagem indecente, intemperança, crises de mau humor alcoolismo e forma de sadismo verbal. Ênfase é observada pelo tamanho ou forma especiais, reforço, sombreamento e omissão, pois tamanho e detalhe revelam indício de conflito.

1. Boca grande = Ambição, oralidade. Resultado: 1 sujeito Primário e 6 sujeitos Reincidentes

2. Boca média = Nada a interpretar. Resultado: 5 sujeitos Primários

3. Boca pequena = Repressão do erotismo oral. Resultado: 1 sujeito Reincidente

4. Boca côncava = Oralmente receptiva primariamente passiva; desenho de indivíduos infantis e dependentes; mais próprio de crianças. Resultado: 8 sujeitos Primários e 6 sujeitos Reincidentes.

5. Boca para cima, tipo de palhaço = Também em desenhos de crianças desejo de obter aprovação, afeto não apropriado. Resultado: 0

6. Boca para baixo = Pessimismo, depressão, mau humor. Resultado: 0

7. Boca cerrada ou linha grossa apenas = Agressividade, personalidade verbalmente agressiva, supercrítica e possivelmente sádica. Resultado: 1 Sujeito Primário e 2 Reincidentes

8. Em uma linha em figura de perfil cerrado com tensão = Em desenhos de indivíduos com experiência ativa. Sem tensão, encontrada em desenhos de pacientes que perdeu a fala numa operação de laringe. Resultado: 0

9. Omissão da boca, quando olhos e nariz presentes = Culpabilidade em relação à agressão oral, com tendências sádicas, encontrada em indivíduos patologicamente deprimidos e também em asmático. Resultado: 0

Os resultados nos permitiram sugerir que ambos os grupos tenderam a revelar dado de imaturidade, dependência e ambição, principalmente entres os reincidentes.

Tabela 70. Lábios

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	1	1	6,7
	2	7	46,7
	3	4	26,7
	5	3	20,0
Total		15	100,0
Reincidentes	1	1	6,7
	2	7	46,7
	3	5	33,3
	4	2	13,3
Total		15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

1. Lábios médios = Dispensa interpretação. Resultado: 1 sujeito Primário e 1 Reincidente.

2. Lábios finos = Repressão ou falta de manifestação de aspectos das atitudes sexuais. Resultado: 7 sujeitos Primários e 7 sujeitos Reincidentes.

3. Lábios em arco de cupido = Dependência oral em nível imaturo. Observar que lábios recebem tratamento diferente nas figuras feminina e masculina. Resultado: 4 sujeitos Primários e 5 Reincidentes.

4. Linha entre os lábios (palito, cigarro, cachimbo) = Acentuação da concentração erótica. Resultado: 2 sujeitos reincidentes.

5. Lábios grossos = Sensualidade, na figura masculina, sinal de efeminação e junto com outros traços, de afetação e narcisismo. Resultados: 3 sujeitos Primários.

Neste item em ambos os grupos observa-se sinais de imaturidade e dificuldade na esfera sexual.

Tabela 71. Dentes

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	15	100,0
Reincidentes	Não	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

A presença de dentes indica infantilidade e agressão oral, e mesmo sadismo encontrado em desenho de esquizofrênicos e de histéricos.

Os resultados obtidos neste item de avaliação indicaram ausência de dentes em todos os sujeitos.

Tabela 72. Língua

Situação Processual	Item	Frequência	Porcentagem
Primários	Não	15	100,0
Reincidentes	Não	15	100,0

Fonte: Protocolos do Teste do Desenho da Figura Humana (2004)

Intensificação de concentração oral em um estágio primitivo e com a adição de sinal erótico.

Os resultados obtidos neste item de avaliação não apresentaram a presença de língua em nenhum DFH.

Até aqui fizemos um levantamento de dados sócio-demográficos e de características de personalidade de réus primários e de reincidentes criminais. Chegou o

momento de tentar estabelecer um perfil destes dois sub-grupos levando em conta todos os dados aprofundados.

3.3 CARACTERÍSTICA PSICOSSOCIAIS DA REINCIDENCIA CRIMINAL.

Do ponto de vista socio-demográfico os sujeitos analisados revelaram características comuns em varias pesquisas realizadas com detentos do Adriano Marrey, a saber: são jovens, a maioria com 18 a 25 anos de idade; têm pouca escolaridade, basicamente o ensino fundamental incompleto; são provenientes do próprio estado de São Paulo e não têm profissão definida. Antes da prisão moravam com cônjuges e amasias mas não alegam a união civil; possuem poucos filhos.

A maioria da população estudada é composta por reincidentes criminais mas poucos confirmam a passagem por unidades da FEBEM. Também não é possível confirmar experiências pregressas como adolescentes infratores na medida em que, por conta do ECA, a PRODESP não pode registrar a vida criminal do menor infrator e com isso somar os delitos cometidos na adolescência aos da idade adulta. Nossos dados atuais parecem confirmar uma entrada precoce na vida do crime com grande probabilidade de retornar à mesma, o que Adorno (1996) considerou como super representação dos jovens entre os grupos de delinqüentes.

Quando buscamos os vínculos mantidos anteriormente e pós a detenção observamos a presença constante da figura feminina. A maioria dos detentos (51,9%) recebe visitas toda semana com a presença evidente de mulheres seja a mãe, a esposa ou a namorada. Apenas (15%) fala em presença do pai. Um amigo entre os visitantes é mais freqüente (21,7%) do que o pai. Além disso 43,5% recebe visita íntima toda semana.

Este contato com a mulher se evidencia na presença constante da esposa ou amasia em 62 % de sujeitos que se diziam casados em 2003, dados relativos ao Perfil de 2002. Em 2004 apenas 25% confirmam este estado civil pois 71,41% se diziam solteiros. É de se supor que com ingresso tão cedo na vida criminal não há tempo para estabelecer vínculos afetivos mais duradouro. De qualquer forma no Perfil 67,6% alegavam ter entre um até seis ou mais filhos supostamente. No dia a dia do presídio observamos detentos que chegam a assumir filhos não legítimos na expectativa de

garantir a manutenção da visita, seja íntima ou não. São elas que levam cigarros, doces, comidas diferentes e até telefones celulares na vagina, como já afirmamos anteriormente. Salientamos que, em muitos presídios, se a família não levar alimentos suplementares o detento passa fome. Esta mulher é ainda a que irá se responsabilizar pelo cuidados dos filhos do detento.

Tamanha dependência da figura feminina e presença inconstante da figura masculina nos faz pressupor imaturidade no desenvolvimento da personalidade. Este fato é possível observar no perfil que se estabelece na análise do DFH.

Os resultados obtidos nesta pesquisa parecem não evidenciar diferenças significativas entre as características avaliadas dos presos primários e reincidentes. As características mais comuns encontradas nos dados dos reincidentes e dos primários, sugerem novas pesquisas com o aumento das amostras até para permitir um tratamento estatístico adequado. Foi difícil estabelecer diferenças entre os dois subgrupos pois não há segurança quanto às informações de crimes praticados antes da maioridade. O ECA impede o registro de delitos cometidos após o término da medida sócio educativa. Conseqüentemente, as pessoas que fizeram parte da amostra de presos considerados primários podem ser reincidentes no crime, sendo o fator idade o único a diferenciar os dois grupos.

As características de personalidade que sobressaíram nos dois grupos foram as seguintes: imaturidade, ambição, impulsividade, agressividade, sentimento de inferioridade e conflitos com a sexualidade. Não foram encontradas características psicóticas tanto no grupo de primários quanto de reincidentes criminais.

Quando nos referimos a traços de personalidade de detentos, tais como agressividade e sexualidade, podemos estar tocando em aspectos centrais da personalidade destas pessoas. Temos aí os dois instintos primários discutidos por Freud (1927-1931) e (1925-1926), que em sua obra aprofunda estas questões e as remete ao confronto das culturas. Estes instintos podem estar associados à incidência criminal mas não podemos afirmar que são características que diferenciam o grupo de pessoas classificadas como primárias ou reincidentes. Estes dados também são confirmados por Esteves, Alves e Castro (no prelo)

Durante interpretação dos DFH não houve incidência de características psicóticas. É provável, no entanto, que estes indivíduos por apresentarem características imaturas de personalidade também se utilizam de defesas primitivas e se desorganizam quando em crise, características muito bem estudadas por Sá (1986). Sabe-se da história de sujeitos que se tornaram muito violentos e vingativos em situações adversas. Pode ocorrer uma ruptura com a realidade como por exemplo esfaquear e voltar esfaquear diversas vezes um inimigo já morto.

Alguns indícios nos permitem supor que há uma personalidade frágil, que pode romper e dominar a conduta em determinado momento da vida. Pode-se supor, assim, que se trata de personalidade, portadora de um ego frágil pouco integrado com dificuldade de elaborar as frustrações.

Através da produção gráfica anexa, levantamos a hipótese de haver problemas de desajustamento mais ou menos sérios na área da sexualidade, partindo da própria interpretação dos itens: imaturidade sexual, dificuldade de projetar os papéis masculino e feminino remetendo a homossexualidade, fortes indícios de sentimentos de impotência que estão atrelados à agressividade. Diante desses dados podemos concluir que essas pessoas estão fixadas ou regredidas em fases primitivas do desenvolvimento humano. Estes dados também são corroborados com a pesquisa de Sá (1986) quanto aos resultados de seu estudo. Sá inclusive alerta o leitor quão freqüente ele observava indícios de serias perturbações no desenvolvimento sexual inclusive em sentenciados que cotaram crimes não sexuais tais como crime de roubo, assalto a mão armada ...

A discussão dos resultados do Desenho da Figura Humana permite-nos reafirmar que as características de personalidade dessa amostra de detentos primários e reincidentes criminais estão interligadas a fatores psicossociais, que se associam a núcleos psicológicos profundos do desenvolvimento humano e à complexidade para se compreender a personalidade do ser humano. Este estado primitivo a que nos referimos permite pensar nos núcleos simbióticos estudados por Melanie Klein e também na "sensação de eternidade" e no "sentimento oceânico" assinalados por Freud e que levam as pessoas a não terem limites, a não entrarem em contato com as frustrações e a livrar-se das angustias para não sofrer conforme descrito por Sá (1986) Não sofrer indica não crescer e ser uma eterna criança para quem impera o egocentrismo, para

quem o princípio do prazer se sobrepõe ao princípio da realidade, mas é também a entrada para o cárcere.

São também os aspectos observado por Gallo& Williams (2005). Estes autores, ao realizar pesquisa bibliográfica sobre fatores de risco para conduta infracional contataram: fragilidade dos vínculos familiares, funções parentais de controle sobre a prole comprometidas; negligencia, punições severas, violência física, abandono; baixa auto-estima, fracasso escolar, dificuldades financeira sérias Não podemos atribuir à pobreza a inserção na vida criminal toda via é fator que acarreta dificuldades, estresse emocional, probabilidade de gravidez indesejada, fracasso acadêmico ...

O conjunto de comportamentos primitivos emitidos por essas pessoas nos leva a pensar que nunca lhes foram dadas oportunidades de se desenvolverem adequadamente, sempre foram mantidas à margem da sociedade e, a partir do momento em que foram presas, continuam vivendo da mesma forma: em locais insalubres e sem condições ou orientações para se estruturarem psiquicamente. Nos questionamos, diante dessas condições, sobre que programas de reintegração social poderiam ser úteis a quem nunca foi integrado à sociedade.

4. CONCLUSÃO

No presente estudo descrevemos as características psicossociais e de personalidade dos detentos considerados tecnicamente primários e dos reincidentes criminais. Para chegarmos a elas exploramos o Perfil do Detento no Estado de São Paulo (2003) e selecionamos a população carcerária do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos. Um segundo estudo exploratório foi realizado com uma amostra de prontuários criminológicos do mesmo presidio. Por meio das informações neles contidas pudemos extrair uma segunda amostra que permitisse comparação com a primeira e que contivesse presos considerados primários e reincidentes. Uma terceira amostra foi construída a partir do estudo dos prontuários criminológicos que contivessem avaliação psicológica, com aplicação do teste do Desenho da Figura Humana, e dados que se encaixassem às características já levantadas e comparáveis às duas anteriores.

A análise dos dados obtidos com a população masculina do Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos, realizada em 2003, revelou que 29,8% deles tinham entre 18 a 24 anos; 44,4 % entre 25 a 34 anos e perfaziam 74,2 % dos 1.280 detentos. Já a de 2004 era de 1.654 presos e estava assim distribuída: 51,10% tinham entre 18 e 25 anos; 8,24 % entre 26 e 30 anos; 5,49 % entre 31 e 35 anos, perfazendo um total de 64,83 % de uma amostragem de 11% da população de pessoas presas no mesmo presídio. O que nos chamou a atenção é que a reincidência criminal chega a 74,73 % da população carcerária e o artigo 157 § 2º do Código Penal Brasileiro (Assalto a Mão Armada) é o de maior incidência chegando a 53,2 % dos delitos cometidos até o ano de 2004. No ano de 2005 a população carcerária desta instituição penal chegou a ser de 2.100 pessoas presas o que aponta para a importância da implantação de programas preventivos, baseados em uma política de redução de danos desenvolvida em colaboração com a psicologia da saúde.

Quanto à situação conjugal, verificamos que 62% são casados ou tem união consensual e 33,9 % são solteiros. Não pudemos concluir se o fato de manter laços afetivos previne a entrada na vida do crime ou a reincidência ao mesmo. Observamos, porém, por meio do acompanhamento constante de pessoas presas e de suas famílias que os vínculos afetivos nem sempre são estáveis e duradouros, dado que se relaciona ao obtido com as avaliações dos testes dos Desenhos da Figura Humana que já evidenciaram as dificuldades afetivo-sexuais dessa população, devendo portanto ser esse dado mais aprofundado em estudos posteriores.

A renda do trabalhador preso varia entre R\$20,00 a R\$201,00 por mês, mas a grande maioria, que é 94,4 % recebe até R\$120,00. Este é um fator muito importante, pois essas pessoas continuam tendo a sua mão de obra explorada e muitos têm consciência disso e se mantêm nessa condição para receber a redução da pena pelo trabalho, sustentando essa engrenagem.

O mesmo não ocorre com a educação. O número de presos que estudam é muito baixo, apenas 24,5%. A grande maioria (59,8%), tem apenas o Ensino Fundamental Incompleto e são os analfabetos funcionais. Existe projeto de Lei tramitando entre o Ministério da Educação e da Justiça para que se implemente a redução da pena através da educação. Isto poderá ser um reforçador para que o presos reivindiquem e dêm

importância ao estudo. Temos elementos para supor que a reincidência criminal está relacionada à baixa escolarização.

Nos resultados do Desenho da Figura Humana, apesar desta amostra ser de apenas 15 sujeitos considerados tecnicamente primários e de 15 sujeitos reincidentes, observa-se que os traços de personalidade que mais apareceram foram: agressividade, perturbações e conflitos na área da sexualidade, imaturidade, ambição, impulsividade, sentimento de inferioridade. Durante a interpretação dos DFH não houve incidência de características psicóticas, mas podemos afirmar que diante de situações de crise algumas características mais patológicas podem surgir nos detentos. Podemos supor, ainda, que são portadores de personalidade frágil, cujos impulsos podem romper e dominar a conduta em determinado momento da vida, incapazes que são de elaborar as frustrações.

O estudo exploratório dos prontuários dos presos revelou-nos a origem do crime, do julgamento e a condenação relacionada com a sua periculosidade em face da Lei. Não há, no entanto, um estudo técnico e científico para balizar o julgamento e a condenação o que gera problemas nas execuções das penas, dificultando a recondução da pessoa condenada ao convívio social.

Devemos sugerir que novos estudos sejam feitos para investigar a incidência criminal como propôs o Conselho Federal de Psicologia (2005). Informamos ainda que o Sistema Conselhos de Psicologia promoveu no VI Fórum Social Mundial, realizado nos dias 24 a 29 de janeiro de 2006, na cidade de Caracas, Venezuela, a oficina "Grades não são solução para a vida; queremos outra saída" (Pol News, 17 de janeiro de 2006). É fundamental avaliar a necessidade de programas interventivos, de gestão junto às políticas públicas para que se previna o comportamento delituoso já na infância. Isto pode ser feito com maior atenção à saúde das famílias, à promoção dos vínculos familiares já no período gestacional. Que se promovam atenção aos escolares para evitar a evasão, abandonos dos bancos escolares. Que se promova uma formação profissional e preparo para a inclusão do jovem no campo do trabalho. E mais ainda, para a inclusão do detento na vida social após o cumprimento da pena.

Devido aos fatos mencionados, as pessoas envolvidas na execução da pena deverão dar mais ênfase à entrevista de inclusão para cumprir o que determina a Lei de

Execução Penal, executando o exame de classificação sob a óptica dos processos psicossociais.

Novas pesquisas são necessárias, com uma amostragem maior e dentro de uma perspectiva longitudinal visando o acompanhamento dessas pessoas por um período de tempo maior a fim de verificar se ocorrem mudanças em seus comportamentos e nas características de personalidade durante o período em que são mantidas no cárcere.

Os dados obtidos não são suficientes para afirmarmos que a entrada na vida do crime ou a reincidência criminal estão associadas a esses traços de personalidade. Podemos, no entanto, construir programas que tenham como base entrevistas de inclusão, nas quais haja o acolhimento à pessoa que é presa, por uma equipe interdisciplinar, que exponha a essa pessoa quais são seus deveres e direitos dentro da instituição penal e lhes ofereça, também, materiais de primeiras necessidades. É dever do Estado oferecer esses materiais para que o detento não caia nas mãos das facções criminosas que se organizam dentro do sistema penitenciário e cabe à equipe técnica ter o papel fundamental de contribuir na resolução dos problemas apresentados por essas pessoas e, conseqüentemente, influenciar o seu desenvolvimento.

5. REFERENCIAS

- ANASTASI, A. **Testes psicológicos**. 2^a. ed. São Paulo: E.P.U., 1977.
- ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v9, n.18, P 283-300, 1996. <http://cpdoc.fgv.br/revista/arq/196.pdf>
- ANZIEU, D. **Os métodos projetivos**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1978.
- ARZENO, M.E.G. **Psicodignóstico clínico novas contribuições**. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.
- BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. 3^a ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1984.
- _____. **Temas de psicologia entrevista e grupos**. 2^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985
- BRASIL. **Perfil do detento no Estado de São Paulo**. Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Funap. 2003. 1 CD-ROM.
- _____. **Código Penal**. 2^a edição. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1997
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicólogos discutem Sistema Prisional. **Jornal do Federal**, Brasília, p10, dez, 2005.
- _____. **Pol News**. Brasília, 17 de Janeiro de 2006.
- ESTEVES, C.; ALVES, I.C.B.; CASTRO, P. F. Indicadores de agressividade nos desenhos da figura humana realizados por homens que cometem delitos. **In Boletim de Psicologia**. São Paulo. 2005 no Prelo.
- FANDINO, M J. M. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. **Sociologias**. [online]. July/Dec. 2002, no.8 [cited 04 November 2005], p.220-244. Available from World Wide Web: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- _____. Ciclos históricos da violência na América Latina. **São Paulo Perspectiva**. [online]. Jan./Mar. 2004, vol.18, no.1 [cited 04 November 2005], p.31-38. Available from World Wide Web: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- FREUD, S. Edição Eletrônica Brasileira das **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** Rio de Janeiro: Imago. (s/d).
- _____. (1915/1978) **O Inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud v XIV).

- _____ (1927 /1978) **O Futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud v XXI).
- FUCAULT, M. (1977) **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 10ª edição tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1993.
- GALLO, A. E.; WILLIAMS, L.C. de A. Adolescentes em conflitos com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **In Revista - psicologia: teoria e prática**, v7 - n. 1 de janeiro - junho/ 2005; <http://www.Mackenzie.com.Br/universidade/psico/p14.htm>
- GOFFMAN, E.(1961) **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo. Editora Perspectiva,1974.
- GOTTSFRITZ, M.O. **A confiabilidade na interpretação do desenho da figura humana**. 2000. 228p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HAMMER, E.F. **Aplicações clínicas dos desenhos projetivos**. Rio de Janeiro: Ed. Internacional, 1981.
- LOPES, R. **Atualidade do discurso disciplinar: A representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária**.1998. 208p. Dissertação (mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MACHOVER, K. **Proyeccion de la personalidad em el dibujo de la figura humana**. Bogotá, Colômbia: Ed. Cultural, 1974
- MARANHÃO, O R. **Psicologia do crime**. 2ª ed. e 2ª tiragem.São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 1995.
- MIRA Y LÓPEZ, E. **Manual de Psicologia Jurídica**. 1ª ed. São Paulo: Péritas Editora e Distribuidora Ltda. 2000.
- OCAMPO, M.L.S. ARZENO, M.E.G. e colaboradores **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. São Paulo : Martins Fontes,1981.
- PEDROSO, R.C. Os Signos da Opressão: História e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Arquivos do Estado de São Paulo, Imprensa **Oficial do Estado** 2002.
- PELLEGRINO, H. **Revisão do Complexo de Édipo**. Texto datilografado extraído Folhetim *Jornal Folha de São Paulo* de 11/09/1993.

PORTUGUES, M.R. **Educação de adultos presos.** Educ. Pesqui. [online]. jul/dec. 2001.vo 27, nº 2 [citado 01 de novembro 2005], p355-374. Disponível na Wold Wilde Web: -<<http://www.scielo.Br/scielo.>>

ROCHA,L.C. **A prisão dos pobres.** 1994. 302p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SÁ, A .A. a **Três estudos sobre fatores associados à reincidência criminal.** 1986. 379p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ **Reincidência criminal: sob o enfoque da psicologia clínica preventiva.** São Paulo: EPU, 1997.

_____.Sugestão de um esboço de base conceituais para um sistema penitenciário. In: **I Encontro de Reintegração Social do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo.** 2005. Barra Bonita. São Paulo.Manual de Reintegração Social. 2005. 1 CD-ROM.

SANTIAGO, M.D.E. LOPEZ.M.A. (org.) **Psicodiagnóstico: uma prática em crise ou uma prática na crise?.** São Paulo: Ed. Cortez.1995.

SALVADOR, M.A. Plano de ação do programa de atenção básica à saúde no sistema penitenciário. In: **I Encontro de Reintegração Social do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo.** 2005. Barra Bonita. São Paulo.Manual de Reintegração Social. 2005. 1 CD-ROM.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21^a Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

TEIXEIRA, A.; BODINI, E. B. T. **Decisões judiciais da Vara das Execuções Criminais: punindo sempre mais.** São Paulo Pespec [online]. jan/mar.2004,vol18, n.º12 [citado12 agosto <http://.scielo.Br/scielo.>]

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico.** São Paulo: EPU, 1984.

ANEXOS

ANEXOS A

**Perfil do Detento no Estado de São Paulo - Presídio Desembargador
"Adriano Marrey" (2003)**

Tabela1. Qual a sua idade.

	Quantidade	Porcentagem
18-24	382	29,8
25-34	568	44,4
35-44	227	17,7
45-54	77	6.0
55-64	23	1.8
65 ou mais	3	0.2
Total	1.280	100

Tabela 2. Estado Civil.

	Quantidade	Porcentagem
Casado/ Amasiado	804	62.0
Solteiro	433	33.9
Separado/ Divorciado/ Desquitado	43	3.4
Total	1.280	100.0

Tabela 3. Você tem filhos Quantos.

	Quantidade	Porcentagem
Nenhum filho	416	32.5
1 filho	315	24.6
2 filhos	225	17.6
3 filhos	152	11.9
4 filhos	80	6.3
5 filhos	46	4.6
6 ou mais	46	4.6
Total	1.280	100.0

Tabela 4. Com quem seus filhos estão.

	Quantidade	Porcentagem
Mãe	784	82.78
Avós Maternos	40	4.6
Avós Paternos	57	6.6
São independentes	26	3.0
Tios	8	0.9
Orfanato	1	0.1
Irmão(s) mais Velho(s)	8	0.9
Não sei	2	0.2
Preso	1	0.1
Febem	0	0.0
Outros	20	2.3
Total	947	100.0

Tabela 5. Quantas pessoas moravam com você antes de ser preso.

	Quantidade	Porcentagem
Sozinho	110	8.6
2 pessoas	190	14.8
3 pessoas	232	16.1
4 pessoas	194	19.8
5 pessoas	131	15.7
6 pessoas	79	8.1
7 pessoas	55	4.3
8 pessoas	30	2.3
9 ou mais	42	3.3
Total	1.280	100.0

Tabela 6. Com quem você morava antes de ser preso.

	Quantidade	Porcentagem
Cônjuge	639	54.6
Mãe	438	37.4
Irmão	389	33.2
Filhos	515	44.0
Pai	257	22.0
Avós	37	3.2
Tios	45	3.8
Amigos	31	2.6
Namorada	24	0.8
Outros	167	14.3
Total	1.280	100.0

Tabela7. Você nasceu no Brasil ou Qual estado.

	Quantidade	Porcentagem
São Paulo	755	59.0
Bahia	80	6.3
Paraná	37	2.9
Minas Gerais	54	4.2
Pernambuco	92	7.2
Ceará	25	2.0
Alagoas	14	1.1
Piauí	9	0.7
Rio de Janeiro	16	1.3
Mato Grosso do Sul	4	0.3
Paraíba	19	1.5
Rio Grande do Sul	2	0.2
Sergipe	1	0.1
Rio Grande do Norte	15	1.2
Mato Grosso	1	0.1
Estrangeiros	130	10.2
Total	1.280	100.0

Tabela 8. Em qual cidade do Estado de São Paulo você nasceu.

	Quantidade	Porcentagem
Outras cidades do estado	110	14.9
São Paulo Capital	411	54.5
Grande São Paulo	233	30.9
Total	764	100.0

Tabela 9. Qual é a raça que melhor descreve você.

	Quantidade	Porcentagem
Branco	533	41.7
Negro	194	15.2
Mulato	220	17.2
Índio	28	2.2
Oriental/ Asiático	23	1.8
Outros	281	22.0
Total	1.279	100.0

Tabela 10. Depois de ser preso, fez algum curso profissionalizante.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	65	5.0
Não	1.215	95.0
Total	1.280	100.0

Tabela 11. Antes de ser preso, até que ano da escola você tinha estudado.

	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto/ não freqüentou a escola	164	12.8
Fundamental incompleto	766	59.8
Fundamental completo	79	6.2
Médio incompleto	125	9.8
Médio completo	98	7.7
Superior incompleto	24	1.9
Superior completo	24	1.9
Total	1.280	100.0

Tabela 12. Depois que foi preso, você continuou estudando ou começou estudar.

	Quantidade	Porcentagem
Sim e estou estudando até hoje	236	24.5
Sim, mas atualmente não estou estudando	245	29.3
Não	799	62.4
Total	1.280	100.0

Tabela 13. Depois de ser preso, até que ano da escola já estudou ou está estudando.

	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto/ não freqüentou a escola	107	8.4
Fundamental incompleto	764	59.8
Fundamental completo	95	7.4
Médio completo	112	8.8
Superior incompleto	31	2.4
Superior completo	30	2.3
Total	1.278	100.0

Tabela 14. Você tem ou pratica alguma religião atualmente se sim qual.

	Quantidade	Porcentagem
Não tem religião	322	25.9
Católica	582	45.5
Evangélica	305	23.8
Umbanda	3	0.2
Candomblé	3	0.2
Espirita Kardecista	8	0.6
Judaica	0	0.0
É ateu/ não acredita em deus	4	0.3
Outra	53	4.1
Total	1.280	100.0

Tabela 15. E antes de ser preso, qual religião você praticava.

	Quantidade	Porcentagem
Não tem religião	138	10.8
Católica	680	53.1
Evangélica	252	19.7
Umbanda	4	0.3
Candomblé	7	0.5
Espirita Kardecista	9	0.7
Judaica	0	0.0
É ateu/ não acredita em deus	4	0.3
Outra	186	14.5
Total	1.280	100.0

**Tabela 16. Atualmente você trabalha ou não.
Para quem você trabalha.**

	Quantidade	Porcentagem
Não trabalha	512	40.0
Firma/ Patronato	465	36.3
Casa (Presídio)	256	20.0
Funap	17	1.3
Manual/ Artesanato	24	1.9
Outros	11	0.9
Não Respondeu	1	0.1
Total	1.280	100.0

Tabela 17. Quantos dias na semana você trabalha.

	Quantidade	Porcentagem
2 Dia	2	0.3
2 dias	4	0.5
3 dias	9	1.2
4 dias	50	6.5
5 dias	539	70.5
6 dias	60	7.8
7 dias	101	13.2
Total	765	100.0

Tabela 18. Quanto você ganha com este trabalho.

	Quantidade	Porcentagem
Não ganha nada	25	3.3
Até R\$ 20,00	383	50.0
De R\$ 21,00 até R\$ 80,00	285	37.2
De R\$ 81,00 até R\$120,00	55	7.2
De R\$ 121,00 até R\$ 200,00	12	1.6
Acima de R\$ 201,00	5	0.7
Total	765	100.0

**Tabela 19. Com quem você gasta a maior
parte do dinheiro que você ganha.**

	Quantidade	Porcentagem
Comigo mesmo	518	70.1
Família	311	42.7
Outro	7	0.9
Total	836	100.0

Tabela 20. Nos finais de semana você costuma receber visitas aqui no presídio. Com que frequência você costuma receber visitas.

	Quantidade	Porcentagem
Não Recebe Visita	164	12.8
Toda a semana	663	51.9
Três vezes por mês	47	3.7
Duas vezes por mês	188	14.7
Uma vez por mês	186	14.5
Menos de puma vez por mês	32	2.5
Total	1.280	100.0

Tabela 21. Nos finais de semana você recebe visitas intimas aqui no presídio. Com que frequência você costuma receber visitas intimas aqui.

	Quantidade	Porcentagem
Não Recebe Visita	351	31.5
Toda a semana	485	43.5
Três vezes por mês	39	3.5
Duas vezes por mês	142	12.7
Uma vez por mês	86	7.7
Menos de puma vez por mês	11	1.0
Total	1,114	100.0

Tabela 22. Quais são as pessoas que costumam visitar você nos finais de semana.

	Quantidade	Porcentagem
Companheira (esposa / namorada)	764	68.5
Mãe	567	50.8
Irmãos	516	46.2
Filhos	281	25.2
Pai	167	15.0
Amigo	242	21.7
Tios	73	6.5
Avós	18	1.6
Netos	3	0.3
Outros	191	17.1

Tabela 23. Pensando apenas no tempo em que você está cumprindo pena, você teve algum problema de saúde nos últimos 12 meses.

	Quantidade	Porcentagem
Não tem problemas de saúde	787	61.5
Abscessos	10	0.8
Alergia de pele/ Dermatite/ Eczemas/ Coceira	31	2.4
Diabete	10	0.8
Dor nos dentes	53	4.1
Dor nos olhos/ Problema de visão	16	1.3
Epilepsia	5	0.4
Escaras	0	0.0
Facadas	0	0.0
Gastrite	30	2.3
Gonorréia	0	0.0
Gripe/ Resfriado	106	8.3
Hematomas/ Escoriações	1	0.1
Hipertensão	15	1.2
HIV / AIDS	9	0.7
Infecções	15	1.2
Picada de percevejo/ Muquirana	0	0.0
Problema de coluna	15	1.2
Sarna	0	0.0
Sífilis	0	0.0
Sinusite/ Dor de cabeça	32	2.5
Tiro	6	0.7
Tosse/ Bronquite/ Problemas respiratório/ Alergia/ Respiratória/ asma/ pneumonia	73	5.7
Tuberculose (TB)	13	1.0
Outros	137	10.7
Total	1.601	100.0

Tabela 24. Você já teve passagem por alguma unidade da FEBEM, mesmo que tenha sido em outro estado.

	Quantidade	Porcentagem
Sim, como menor infrator	146	11.4
Sim, como menor carente	24	1.9
Não	1.108	86.7
Total	1.278	100.0

Tabela 25. Você já cumpriu pena, foi posto em liberdade e voltou a ser preso por ter sido enquadrado em algum delito.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	806	63.0
Não	473	37.0
Total	1.279	100.0

Tabela 26. Falando apenas da sua condenação atual. Quanto tempo você passou em Delegacia de Policia e/ou Cadeia Pública antes de vir para o presídio.

	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	64	5.0
Até 1 mês	222	17.3
Mais de 1 mês até meses	197	15.4
Mais de 3 meses até 6 meses	202	15.8
Mais de 1 ano até 2 anos	230	18.0
Acima de 2 anos	150	13.2
Total	1.280	100.0

Tabela 27. Falando ainda da sua condenação atual por quantas penitenciárias você passou até agora, no estado de São Paulo, sem contar que você está atualmente.

	Quantidade	Porcentagem
Nenhuma	349	27.3
1 penitenciária	696	54.4
2 penitenciária	109	8.5
3 a 5 penitenciária	123	9.6
6 ou mais	3	0.2
Total	1.280	100.0

**Tabela 28. Quantia e distribuição de crimes cometidos pela população
(Delitos já julgados)**

	Quantidade	Porcentagem
Roubo	937	53.2
Furto	107	6.1
Tráfico de drogas	238	13.5
Homicídio	147	8.3
Porte de Arma	104	5.1
Porte de droga	24	1.4
Receptação	64	3.6
Estelionato	19	1.1
Dos Crimes contra a vida	11	1.6
Dos Crimes contra a fé pública	36	2.0
Dos Crimes contra o patrimônio	23	1.3
Dos Crimes contra a saúde	17	1.0
Dos Crimes contra a administração pública	5	0.5
Dos Crimes contra a paz pública	10	0.5
Dos Crimes contra a liberdade	8	0.5
Atentado violento ao pudor	2	0.1
Estupro	2	0.1
Dos crimes contra o respeito	0	0.0
Dos crimes sexuais	0	0.0
Dos crimes contra a incolumidade pública	11	0.6
Dos crimes contra a organização do trabalho	0	0.0
Dos crimes contra a honra	0	0.0
Total	1.762	100.0

**Tabela 29. Quantia e distribuição de crimes cometidos pela população
(Delitos aguardando julgamento).**

	Quantidade	Porcentagem
Roubo	94	26.9
Furto	7	2.0
Tráfico de drogas	72	20.6
Homicídio	87	24.9
Porte de Arma	22	6.3
Porte de droga	1	0.3
Receptação	13	3.7
Estelionato	4	1.1
Dos Crimes contra a vida	1	0.3
Dos Crimes contra a fé pública	21	6.0
Dos Crimes contra o patrimônio	3	0.9
Dos Crimes contra a saúde	18	5.1
Dos Crimes contra a administração pública	2	0.6
Dos Crimes contra a paz pública	4	1.1
Dos Crimes contra a liberdade	1	0.3
Atentado violento ao pudor	0	0.0
Estupro	0	0.0
Dos crimes contra o respeito	0	0.0
Dos crimes sexuais	0	0.0
Dos crimes contra a incolumidade pública	0	0.0
Dos crimes contra a organização do trabalho	0	0.0
Dos crimes contra a honra	0	0.0
Total	350	100.0

**Tabela 30. Quantia e distribuição de crimes cometidos
pela população carcerária**

	Quantidade	Porcentagem
Roubo	1.031	48.8
Furto	114	5.4
Tráfico de drogas	310	14.7
Homicídio	234	11.1
Porte de Arma	123	5.8
Porte de droga	25	1.2
Receptação	77	3.6
Estelionato	23	1.1
Dos Crimes contra a vida	12	0.6
Dos Crimes contra a fé pública	57	2.7
Dos Crimes contra o patrimônio	26	1.2
Dos Crimes contra a saúde	35	1.7
Dos Crimes contra a administração pública	7	0.3
Dos Crimes contra a paz pública	14	0.7
Dos Crimes contra a liberdade	9	0.4
Atentado violento ao pudor	2	0.1
Estupro	2	0.1
Dos crimes contra o respeito	0	0.0
Dos crimes sexuais	0	0.0
Dos crimes contra a incolumidade pública	11	0.5
Dos crimes contra a organização do trabalho	0	0.0
Dos crimes contra a honra	0	0.0
Total	2.112	100.0

Tabela 31. Conhecimento da situação penal.

	Quantidade	Porcentagem
Não sabe se foi julgado ou não todos os processos.	4	0.3
Não sabe se foi julgado ou não alguns processos.	1.273	99.9
Não sabe se foi julgado ou não em todos os processos.	3	0.2
Total	1.280	100.0

Tabela 32. Conhecimento da situação penal Condenação.

	Quantidade	Porcentagem
Não sabe o tempo da pena- todos os processos	75	6.7
Não sabe o tempo da pena- de alguns processos	1.046	93.1
Sabe o tempo da pena- todos os processos	3	0.3
Total	1.124	100.0

Tabela 33. Somando todas as suas condenações, quanto tempo ainda falta para você cumprir a(s) sua(s) pena(s).

	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	23	2.1
Até 1 ano	120	11.1
Mais de 1 ano até 2 anos	136	12.6
Mais de 2 ano até 4 anos	296	27.4
Mais de 4 ano até 8 anos	288	26.6
Mais de 8 anos	219	20.2
Total	1.082	100.0

Tabela 34. Você já fez exame para progressão de regime, ir para colônia (RSA).

	Quantidade	Porcentagem
Sim	425	33.2
Não	853	66.8
Total	1.280	100.0

Tabela 35. Quantas vezes você já fez o exame criminológico.

	Quantidade	Porcentagem
Não fez exame	855	66.8
1 vez	239	18.7
2 vezes	112	8.8
3 vezes	43	3.4
Mais de 4 vezes	29	2.3
Total	1.280	100.0

Tabela 36. Você está aguardando benefício.

	Quantidade	Porcentagem
Sim e já subiu para o juiz	202	47.6
Sim mas ainda não subiu para o juiz	51	12.0
Não sabe se subiu para o juiz	86	11.6
Total	424	100.0

Tabela 37. Já recebeu o benefício e não faz uso dele.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	180	89.6
Não	21	10.4
Total	201	100.0

Tabela 38. Você é soropositivo.

	Quantidade	Porcentagem
Sim	19	1.5
Não	1.261	98.5
Total	1.280	100.0

ANEXO B

**Estudo Exploratório dos Prontuários Criminológicos - Presídio
Desembargador "Adriano Marrey"
(2004)**

Tabela 39. Classificação Criminal

Situação	Quantidade	Porcentagem
Primários	46	25,27
Reincidentes	136	74,73
Total	182	100

Tabela 40. Idade Cronológica

Faixa etária	Quantidade	Porcentagem
18 a 25 anos	93	51,10
26 a 30 anos	15	8,24
31 a 35 anos	10	5,49
36 a 40 anos	37	20,33
41 a 45 anos	08	4,40
46 a 50 anos	11	6,04
51 a 55 anos	03	1,65
56 a 60 anos	01	0,55
Acima de 60 anos	04	2,20
Total	182	100

Tabela 41. Classificação do Código Penal Brasileiro.

Artigos	Quantidade	Porcentagem
157, § 2°	59	32,42
12	35	19,23
155	32	17,58
121	23	12,64
157, §3°	12	6,59
10	10	5,49
180	07	3,85
213 / 214	02	1,10
Outros	02	1,10
Total	182	100.0

Tabela 42. Escolaridade: o Grau de Instrução

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Analfabetos	08	4,40
Ensino Fundamental Completo	05	2,75
Ensino Médio Incompleto	05	2,75
Ensino Médio Completo	17	9,34
Ensino Superior Incompleto	02	1,10
Ensino Superior Completo	04	2,20
	182	100.0

Tabela 43. Qualificação Profissional

Atividades	Quantidade	Porcentagem
Ajudante Geral	42	23,08
Servente	23	12,64
Comerciante	22	12,09
Mecânico	20	10,99
Pedreiro	10	5,49
Vendedor Ambulante	07	3,85
Sem Profissão Definida	07	3,85
Eletricista	06	3,30
Pintor de Autos	05	2,75
Motorista	05	2,75
Feirante	04	2,20
Motoboy	04	2,20
Estudante	03	1,65
Tapeceiro	02	1,10
Pintor de Paredes	02	1,10
Corretor	02	1,10
Cabeleireiro	02	1,10
Professor	02	1,10
Soldador	02	1,10
Outros	12	6,59
Total	182	100

Outros: Operador de máquinas, instalador de som, funileiro, eletricista, carpinteiro, gráfico, marinho, sapateiro, gerente, digitador, vidraceiro e jardineiro.

Tabela 44. Local de Nascimento

Estados / Brasil	Quantidade	Porcentagem
São Paulo	92	50,55
Pernambuco	15	8,24
Bahia	15	8,24
Minas Gerais	10	5,49
Ceará	04	2,20
Paraná	04	2,20
Rio G. Do Norte	03	1,65
Paraíba	03	1,65
Rio de Janeiro	02	1,10
Maranhão	02	1,10
Goiás	02	1,10
Outros Estados	03	1,65
Outros Países	27	14,84
Total	182	100

Tabela 45. Estado Civil

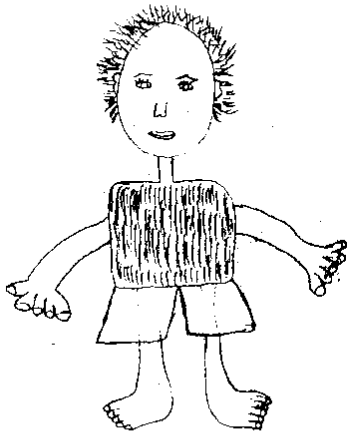
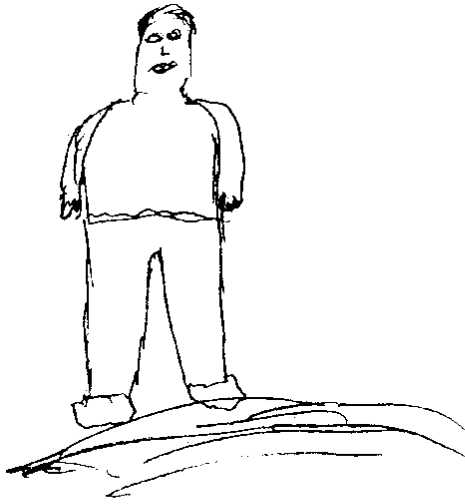
	Quantidade	Porcentagem
Casados	46	25,27
Separados	06	3,30
Solteiros	130	71,43
Total	182	100

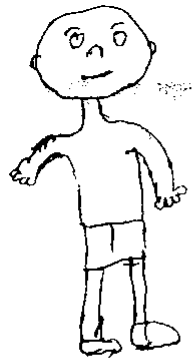
Tabela 46. Vínculos Religiosos

Religião	Quantidade	Porcentagem
Católica	139	76,37
Evangélica	31	17,03
Espírita	02	1,10
Outras: Muçulmano, Judeu...	06	3,30
Total	182	100,0

ANEXO C

Desenhos da Figura Humana (DFH)





س ۲



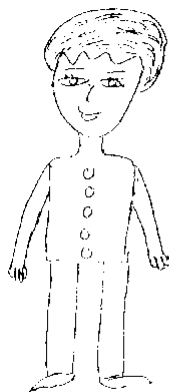
س ۳



س ۴



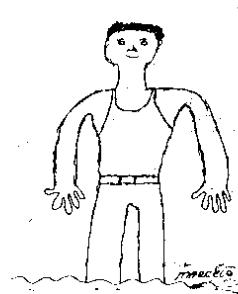
س ۴

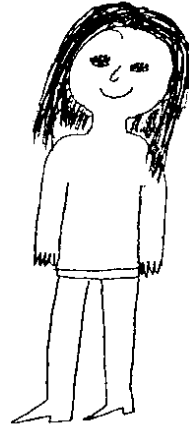
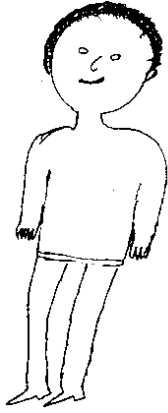


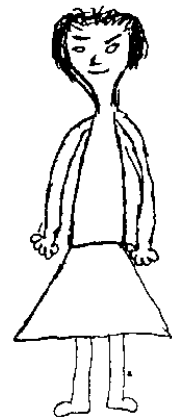
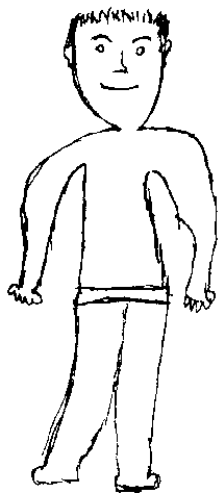
س ۵

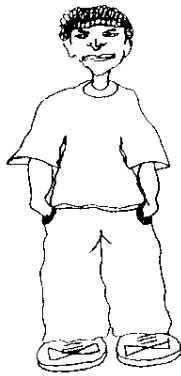
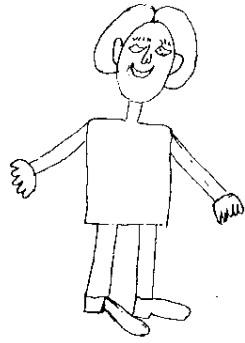


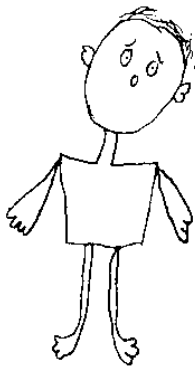
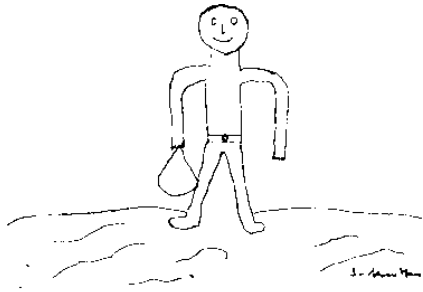
س ۵

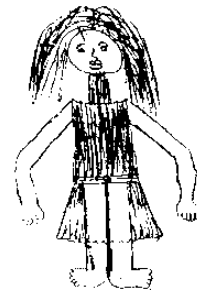
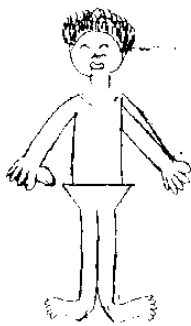
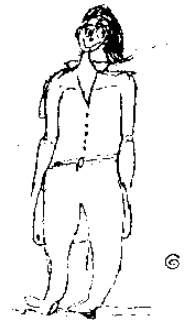
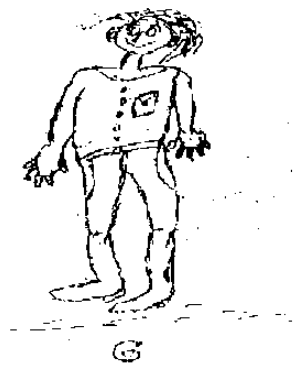


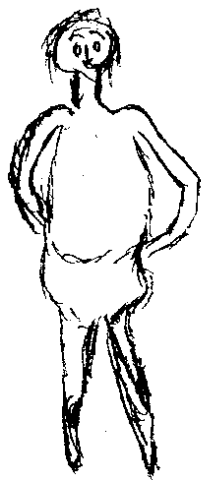
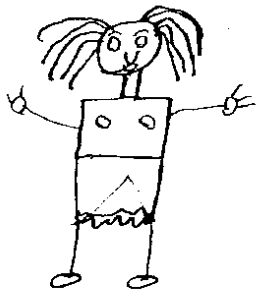
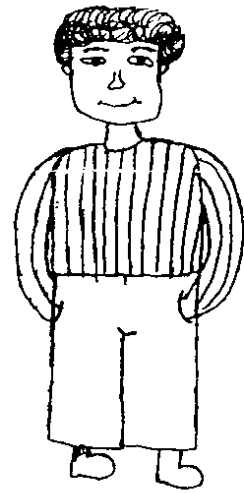
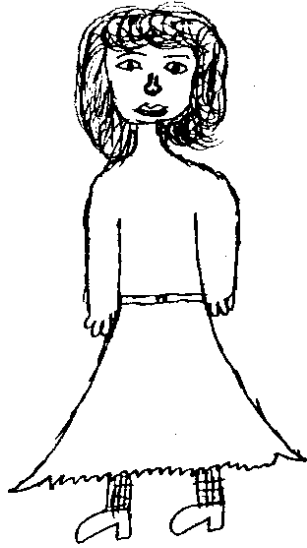


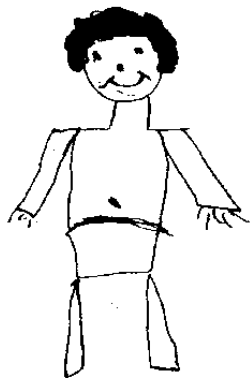
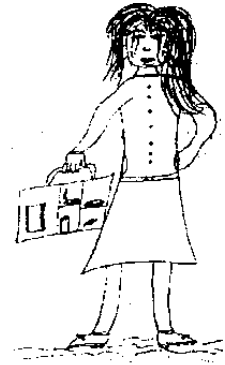


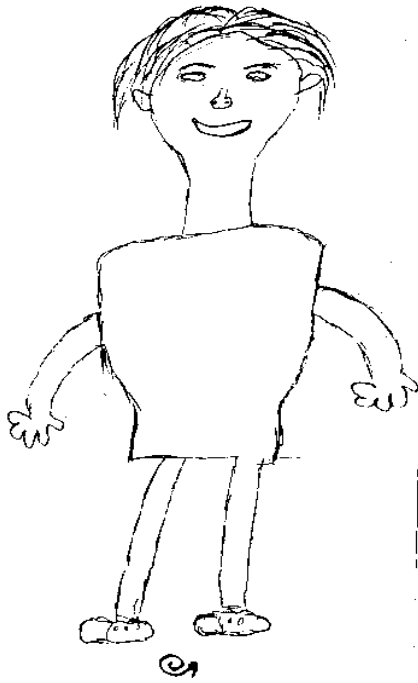












ANEXO D

Autorização da Instituição para Coleta de Dados.



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DE SÃO PAULO E
GRANDE SÃO PAULO
PRESÍDIO "ADRIANO MARREY" DE GUARULHOS
Rodovia Presidente Dutra, KM. 13 - Parque CECAP - CEP. 07034-900 -
Guarulhos - SP
Fone/Fax: CPD (011) 6440-5326/222613



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
CUIDANDO DE GENTE

AUTORIZAÇÃO

Eu, Cassio Ribeiro de Campos, Diretor Técnico de Departamento do Presídio Desembargador Adriano Marrey, autorizo que o Funcionário Público do Governo do Estado de São Paulo na Secretaria da Administração Penitenciária, Mario Aparecido Valle Cruces, Psicólogo CRP-06/50675-3, atualmente no cargo de Diretor Técnico de Serviço do Núcleo Interdisciplinar de Reabilitação, tenha acesso aos Prontuários Criminológicos desta unidade prisional para o estudo que vem realizando como parte de Programa de Mestrado, executado na Universidade Metodista de São Paulo, sob orientação da **Profa. Dra. Eda Marconi Custódio**.

O procedimento de coleta de dados, conforme descrito no projeto para qualificação tem como título provisório **ESTUDO SOBRE REINCIDÊNCIA CRIMINAL SOB O ENFOQUE DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS**, que tem como objetivo **investigar a reincidência criminal para alicerçar futuros programas de reintegração social**.

Declaro, ainda, ter compreendido que a Unidade Prisional não sofrerá nenhum tipo de prejuízo e que a privacidade dos sentenciados será preservada. Concordo que os dados sejam publicados para fins acadêmicos ou científicos. Estou também ciente de que poderei, a qualquer momento, comunicar desistência da Unidade Prisional em participar do estudo.

Guarulhos, 30 de novembro de 2004.


Cassio Ribeiro de Campos

ANEXO E

Parecer Consubstanciado do CEP- UMESP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-UMESP

Título do Projeto de Pesquisa: E reincidência criminal sob o enfoque nos processos psicossociais

Pesquisador Responsável: Mario Aparecido Valle Cruces

Curso/Faculdade: Pós-Graduação em Psicologia da Saúde

O Comitê de Ética em Pesquisa reunido em 25/11/04 deliberou o quanto se segue sobre o protocolo em questão:

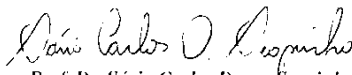
O projeto de pesquisa visa analisar a reincidência criminal sob o enfoque dos processos psicossociais. A coleta de dados dar-se-á no Presídio Desembargador "Adriano Marrey" de Guarulhos São Paulo. O projeto pretende estudar os prontuários dos presos, investigando os exames psicológicos, que utiliza-se do Teste do Desenho da Figura Humana, em sentenciados, do sexo masculino entre 18 a 35 anos de idade, condenados no artigo 157 §2º (Assalto a Mão Armada), do Código Penal Brasileiro, em regime inicialmente fechado para a devida classificação. O protocolo está de acordo com as exigências éticas contidas na Resolução CNS 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. **APROVADO.**

A partir desta discussão o CEP-UMESP considera o protocolo de pesquisa aprovado.

O CEP-UMESP lembra que a condição de aprovação exige o quanto se segue:

- Que sejam encaminhados ao CEP-UMESP relatórios anuais sobre o andamento da pesquisa (parciais e finais);
- Que sejam notificados ao CEP-UMESP eventos adversos que tenham ocorrido no curso da pesquisa e que sejam significativos do ponto de vista ético e metodológico;
- Que sejam notificadas eventuais emendas e modificações no protocolo de pesquisa.

São Bernardo do Campo, 25 de novembro de 2004.


Prof. Dr. Sívio Carlos Dexan Scopinho
Coordenador do CEP-UMESP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)